

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Brasília, março de 2012

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e da Portaria CGU nº 2546/2010.

Unidades Agregadas: Gabinete do Sr. Ministro, Secretaria de Energia Elétrica (SEE), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG), Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), e o Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

Brasília, março de 2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica
AID - Associação de Desenvolvimento Internacional
ANA - Agência Nacional de Águas
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APM - Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso
ASV – Autorização de Supressão da Vegetação
BACEN - Banco Central do Brasil
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAP - *Country Assessment Paper*
CELPA - Central Elétrica do Pará
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins
CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CGP - Comitê Gestor De Projeto
CGU - Controladoria-Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIEIX - Comissão de Financiamento Externo
CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
CTI - Cooperação Técnica Internacional
DMSE - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico
DN - Decisão Normativa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU - Diário Oficial da União
DPL - Development Policies Loan
EIA -. Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético
FM - *Financial Management*
FPSO - *Floating Production Storage and Offloading* (Plataforma Flutuante de Produção e Estocagem)
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GM - Gabinete do Ministro
GPAC - Grupos do PAC
GTEC/COFIEIX - Grupo Técnico Executivo do COFIEIX
IBAS – Fórum de diálogo Índia/Brasil/África do Sul
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LOA - Lei de Orçamento Anual
LP – Licença Prévia
LpT - Programa Luz para Todos
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
META - *Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project*
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPT - Ministério Público do Trabalho
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NESA - Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental da Secretaria-Executiva do MME
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - *Project Appaiser Project*
PCT - Projeto de Cooperação Técnica.
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terra Indígena
PNUD/BRA 01-39 - Projeto de Apoio à Reestruturação do Setor Energético
PNUD/BRA 99-011 - Projeto de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil
POA - Plano Operativo Anual
PPA - Plano Plurianual
SBQC - Seleção Baseada na Qualidade Custo
SE - Secretaria-Executiva
SEAIN/MP - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SECEX - Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União
SEE - Secretaria de Energia Elétrica
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SFD - Sistemas Fotovoltaicos Domiciliares
SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISG - Sistema de Serviços Gerais
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TCU - Tribunal de Contas da União
TTL - *Task Team Leader*
UGP - Unidade Gestora de Programas
UHE - Usina Hidrelétrica
UTE - Usina Termelétrica
UTN – Usina Termonuclear
VGP - Unidade Gestora de Programas.
WWF - *World Wildlife Fund*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia.....	9
Figura 2: Organização Institucional do Setor Elétrico Brasileiro	17
Figura 3: Organização do Setor de Mineração.....	18
Figura 4: Roteiro para o ciclo de Planejamento Governamental 2011.....	22
Figura 5: Evolução da quantidade de visitas ao MME por empresas, países e org. internacionais.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Quadro de identificação da SE.....	11
Tabela II: Quadro de identificação da SEE.....	12
Tabela III: Quadro de identificação da SPE.....	12
Tabela IV: Quadro de identificação da SPG	13
Tabela V: Quadro de identificação da SGM.....	13
Tabela VI: Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3).....	24
Tabela VII: Programação das Despesas Correntes (Quadro A.2.4).....	24
Tabela VIII: Programação das Despesas de Capital (Quadro A.2.5).....	25
Tabela IX: Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência (Quadro A.2.6).....	26
Tabela X: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7).....	27
Tabela XI: Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ (Quadro A.2.8)	29
Tabela XII: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.9).....	30
Tabela XIII: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.10).....	31
Tabela XIV: Quantidade de textos produzidos	62
Tabela XV: Quantidade de expedições.....	62
Tabela XVI: Quantidade de tramitações	62
Tabela XVII: Quantidade de demandas por tipo.....	64
Tabela XVIII: Quantidade de demandas por áreas de interesse	64
Tabela XIX: Quadro de Avaliação dos Riscos e Consequências dos Macroprocessos.....	96
Tabela XX: Estrutura de controles internos da AEGE/SE – (Quadro A.9.1).....	97
Tabela XXI: Estrutura de controles internos da AEGE/SE – (Quadro A.9.1).....	101
Tabela XXII: Estrutura de controles internos da Coordenação do PAC/SE - (Quadro A.9.1).....	103
Tabela XXII: Estrutura de controles internos do NESA/SE - (Quadro A.9.1).....	107
Tabela XXIV: Prorrogação da <i>closing date</i>	116
Tabela XXV: Pagamentos de Encargos do Projeto ESTAL em 2011.....	117
Tabela XXVI: Resumo dos Projetos.....	118
Tabela XXVII: Valor da Cooperação Técnica BRA 08/012 (Quadro A.1.8)	119
Tabela XXVIII: Categorias do META	119
Tabela XXIX: Componentes do META	120
Tabela XXX: Resumo Geral das Ações Previstas/ Realizadas em 2011.....	129
Tabela XXXI: Execução Física das ações realizadas	129
Tabela XXXII: Indicadores BRA 08/012	130
Tabela XXXIII: Linha Orçamentária - BRA 08/012	130
Tabela XXXIV: Tabela IX: Ações do BRA 08/012 – para 2011.....	131
Tabela XXXV: Discriminação da Despesa por Objetivos	131
Tabela XXXVI: Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira do PCT.....	132
Tabela XXXVII: Quadro de Colaboradores do META	133
Tabela XXXVIII: Quadro de Colaboradores do IICA	134
Tabela XXXIX: - Macroprocessos dos Projetos.....	135
Tabela XL: Estrutura de controles internos da Diretoria de Programas	137
Tabela XLII: Estrutura de controles internos da Diretoria de Programas	139
Tabela XLIII: Relatório de Cumprimento Das Recomendações do OCI (quadro a.15.3).....	142
Tabela XLIII: Estrutura: Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Quadro A.15.3).....	143
Tabela XLIV: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (A.15.3).....	144
Tabela XLV: Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.15.4)	145

Sumário

Introdução.....	10
1. Identificação	11
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	14
a) Responsabilidades Institucionais	14
a.I) Competência Institucional	18
a.II) Objetivos Estratégicos	19
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	21
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	21
b.II) Análise do Plano de Ação	23
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da SE	23
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SE	23
c.II) Execução Física das Ações.....	23
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	23
d.I) Programação Orçamentária e das Despesas	23
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	30
d.III) Indicadores Institucionais	32
e) Principais Realizações do MME	32
e.I) Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.....	32
e.II) Realizações das Diversas Áreas que Compõem a Secretaria-Executiva.....	35
e.II.1) Atividades do Gabinete da Secretaria-Executiva	35
e.II.2) Atividades da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE.....	43
e.II.3) Atividades do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental da Secretaria-Executiva – NESA	46
e.III) Atividades do Gabinete do Ministro	51
f) Avaliação Sistêmica da Secretaria-Executiva a respeito das Secretarias Finalísticas.....	67
f.I) Secretaria de Energia Elétrica – SEE	67
f.II) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE	72
f.III) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG	78
f.IV) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM.....	91
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	94
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	94
5. Recursos Humanos da Secretaria-Executiva.....	94
6. Informação sobre Transferências	94
7. Declaração da Área Responsável sobre Convênios e Contratos	95
8. Declarações de Bens e Rendas	95

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	95
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	110
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SE.....	110
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SE.....	110
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	110
14. Renúncia Tributária.....	110
15. Determinações e/ou Recomendações do TCU	110
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	110
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela SE para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.....	110
Parte B – Item 1 – Declaração do Contador	111
Resultados e Conclusões	111
Anexo I: Diretoria de Programas – Projeto META/IICA	112
Anexo II: Documentos relativos ao Contrato de Gestão MME/ANEEL – Exercício 2011.....	152
Relatórios Agregados	196

Apresenta-se abaixo o organograma atual do Ministério de Minas e Energia:

Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia

Ministério de Minas e Energia - MME

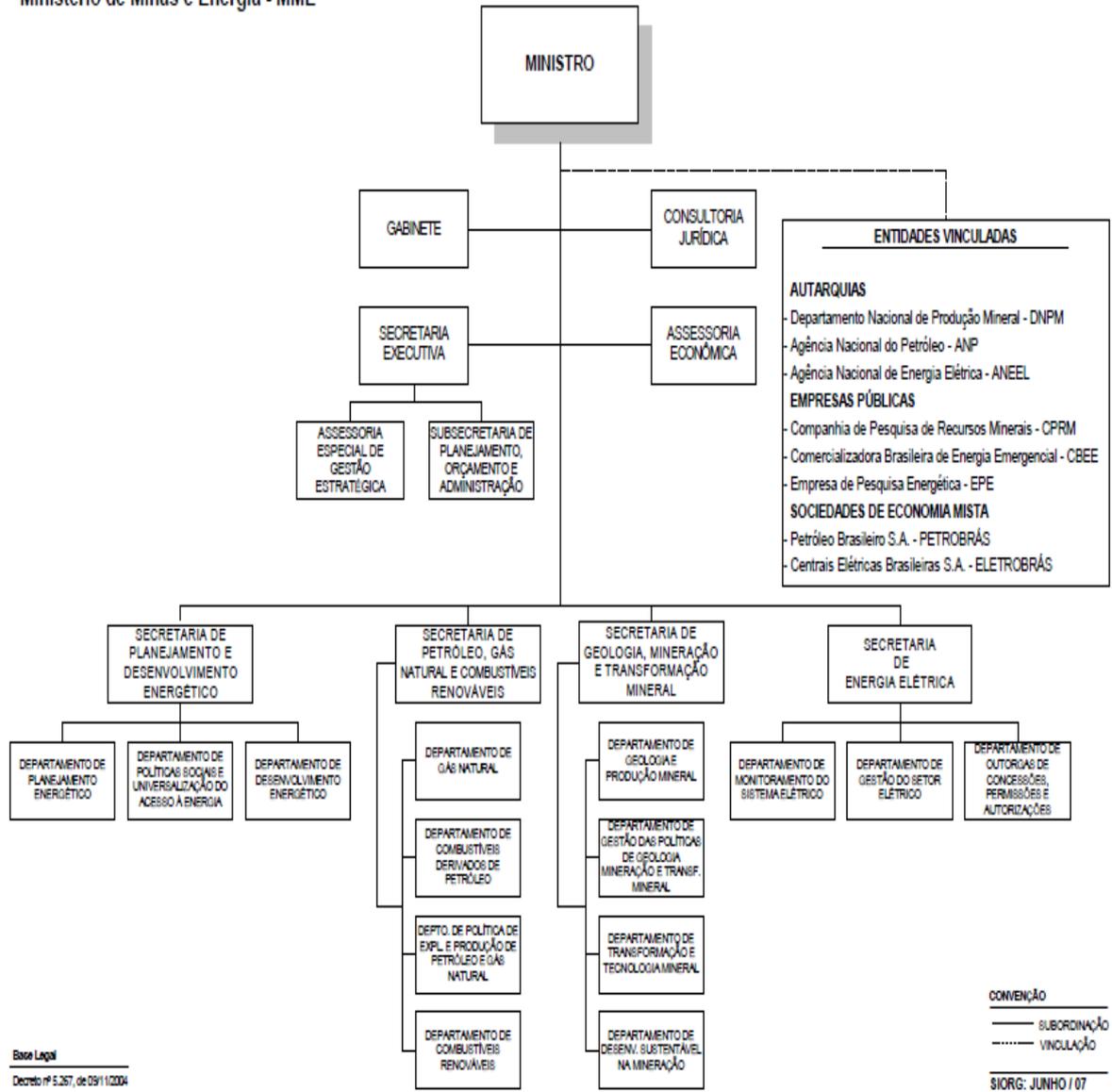


Figura 1: Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia¹

¹ O organograma constante do SIORG acima apresenta a CBEE como entidade vinculada - empresa pública. Entretanto, esta foi extinta em 30 de junho de 2006, conforme previa a Medida Provisória nº 2.209/2001, que a criou.

Introdução

O presente Relatório tem por finalidade apresentar os principais resultados alcançados pelo Ministério de Minas e Energia – MME, durante o ano de 2011, detalhando a execução dos seus principais Programas, Ações e Atividades.

Foi elaborado em cumprimento às disposições da Decisão Normativa nº 63, de 01 de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, da Decisão Normativa nº 108, de 24 de dezembro de 2010, Decisão Normativa nº 117, de 19 de outubro de 2011, da Norma de Execução nº 3, Anexo I da Portaria nº 2546, de 27 de dezembro de 2010 da Controladoria Geral da União – CGU, que orientam e tratam dos procedimentos de apresentação dos Relatórios de Gestão e dos Processos Anuais de Contas, e segue a estrutura determinada pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, que divulga os quadros para elaboração dos conteúdos gerais e no conjunto de orientações gerais publicadas pela CGU.

Este Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva agrega as informações sobre a gestão das seguintes Unidades: Gabinete do Ministro (GM); Diretoria de Programa (em anexo); Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental da Secretaria-Executiva (NESA), unidade ainda informal; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), Secretaria de Energia Elétrica (SEE), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE); Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG) e o da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA que, pelos termos do anexo I da DN nº 108/2010 do TCU, deverá apresentar seu Relatório de forma independente.

Os itens da Parte A da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 que não se aplicam à Secretaria-Executiva (excluindo Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, em razão da exigência do TCU na apresentação do Relatório da SPOA de forma independente) são os seguintes:

- Item 2, letra “c” - “Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade”;
- Item 3 - “Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”;
- Item 4 - “Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e Os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores”;
- Item 6 - “Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.”;
- Item 7 - “Declaração da Área Responsável”;
- Item 8 - “Declarações de Bens e Rendas”;
- Item 10 - “Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras”;
- Item 11- “Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ”;
- Item 12 - “Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI)”;
- Item 13 - “Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.”;
- Item 14 - “Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social”;
- Item 16 - “Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno”.

As informações relativas ao item 5 - Recursos Humanos da Unidade, são responsabilidades da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME.

1. Identificação

Identificação de Relatório de Gestão Agregado **Secretaria-Executiva – SE**

Tabela I: Quadro de identificação da SE

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia		Código SIORG: 02852
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora		
Denominação completa: Secretaria-Executiva		
Denominação abreviada: SE		
Código SIORG: 03245	Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320011
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:		(061)2032-5211
Endereço eletrônico: secex@mme.gov.br		
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/se		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal.		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Lei nº 10.683/2003 institui que o Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:		
I – geologia, recursos minerais e energéticos;		
II – aproveitamento da energia hidráulica;		
III – mineração e metalurgia; e		
IV – petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e a estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Deriva da Lei mencionada as competências das secretarias do MME regulamentadas pelo Decreto nº 5.267, de 09 de Novembro de 2004, publicado no DOU de 10 de Novembro de 2004, institui as competências regimentais da SE, SEE, SPE, SPG e SGM.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Não se aplica		

Tabela II: Quadro de identificação da SEE

Identificação da Unidade Jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Energia Elétrica			
Denominação abreviada: SEE			
Código SIORG: 1919	Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320013	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Energia Elétrica		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2032-5923	(61) 2032-5013	(61) 2032-5948
Endereço eletrônico: see@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/see/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios; Bloco U; Brasília DF; CEP 70.065-900; 6º Andar; Sala 603.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto. Nº 5.267, de 09/11/2004; DOU de 10/11/2004 e republicado em 17/11/2004 e Port. nº 144, de 26/06/2006; DOU de 26/06/2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividade da Unidade Jurisdicionada			
O Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE, manual do Programa Luz para Todos, etc.			

Tabela III: Quadro de identificação da SPE

Identificação da Unidade Jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 2			
Denominação completa: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			
Denominação abreviada: SPDE			
Código SIORG: 1917	Código na LOA: 320010	Código SIAFI: 320010	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2032-5019	(061) 2032-5762	(061) 2032-5185
Endereço eletrônico: spe@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/spe			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco “U” 5º andar, sala 500			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.267, de 9/11/2004			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 144, de 23/6/2006			

Tabela IV: Quadro de identificação da SPG

Identificação da Unidade Jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 3			
Denominação completa: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			
Denominação abreviada: SPG			
Código SIORG: 80045	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 320017
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público.			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 2032-5511	(61) 2032-5103	(61) 2032-5626
Endereço eletrônico: spg@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/spg/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 9º Andar, Brasília/DF 70.065-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE			

Tabela V: Quadro de identificação da SGM

Identificação da Unidade Jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 4			
Denominação completa: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.			
Denominação abreviada: SGM			
Código SIORG: 80058	Código LOA: 32101		Código SIAFI: 320012
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Serviços técnicos em Geologia			Código CNAE: 7119-7/02
Telefones/Fax de contato:	(061) 2032-5555	(061) 2032-5175	(061) 2032-5949
E-mail: mineracao@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br/sgm			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 4º Andar, CEP 70065-900, Brasília/ DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Lei nº 10.683/2003 institui que o Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I – geologia, recursos minerais e energéticos; II – aproveitamento da energia hidráulica; III – mineração e metalurgia; e IV – petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, publicado no DOU de 10 de novembro de 2004, institui as competências regimentais da SGM.			

2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

a) Responsabilidades Institucionais

O Ministério de Minas e Energia - MME, como órgão setorial da União, tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social do País, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, na implementação e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, que é importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de empregos e de novos investimentos produtivos.

As ações do MME, dada a horizontalidade do tema, buscam-se integradas com as de outros órgãos setoriais, a exemplo dos que atuam nas áreas de transporte, agricultura, indústria e comércio, integração nacional, ciência e tecnologia, além de meio ambiente. Neste sentido espera-se produzir uma ação pública organizada e coordenada com o poder público e com os desejos da sociedade.

• Setor de Energia

O Conselho Nacional de Política Energética- CNPE, criado pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia. O Presidente do Conselho é o Ministro de Minas e Energia e o Secretário Executivo do MME, juntamente com a empresa de Pesquisa Energética – EPE, vinculada ao MME, também participam desse Conselho.

As políticas e diretrizes de energia formuladas são destinadas a:

I – promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com o disposto na legislação aplicável;

II – assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios, observado o disposto no parágrafo único do artigo 73 da Lei n.º 9.478, de 1997;

III – rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;

IV – estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, de outras biomassas, do carvão e da energia termonuclear;

V – estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seu derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o artigo 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

A composição desse Conselho está definida no Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.

Sendo um órgão de representação interministerial das unidades federadas e da sociedade civil, existe, no âmbito do CNPE, uma harmonização das políticas públicas e das diretrizes para o setor de energia, bem como o comprometimento destas com o desenvolvimento sustentável.

Como instrumento de acompanhamento e avaliação permanente, à continuidade e à segurança do suprimento eletroenergético em todo território nacional, o Ministro de Minas e Energia preside o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, cujas principais atribuições são:

I – acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados;

II – avaliar as condições de abastecimento e de atendimento, relativamente às atividades referidas no inciso I deste artigo, em horizontes pré-determinados;

III – realizar periodicamente análise integrada de segurança de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica, de gás natural e petróleo e seus derivados;

IV – identificar dificuldades e obstáculos de caráter técnico, ambiental, comercial, institucional e outros que afetem, ou possam afetar, a regularidade e a segurança de abastecimento e atendimento à expansão dos setores de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados; e

V – elaborar propostas de ajustes, soluções e recomendações de ações preventivas ou saneadoras de situações observadas em decorrência da atividade indicada no inciso IV, visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as, quando for o caso, ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE é o principal instrumento de acompanhamento de que dispõe o Ministério de Minas e Energia para a atuação na execução das políticas públicas com reuniões de periodicidade mensal ou extraordinárias.

O CMSE foi criado pela Lei 10.848 de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança do suprimento eletro energético em todo o território nacional. O Conselho é presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, conta com 4 representantes do MME e titulares da ANEEL, ANP, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Empresa de Pesquisas Energética – EPE; e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

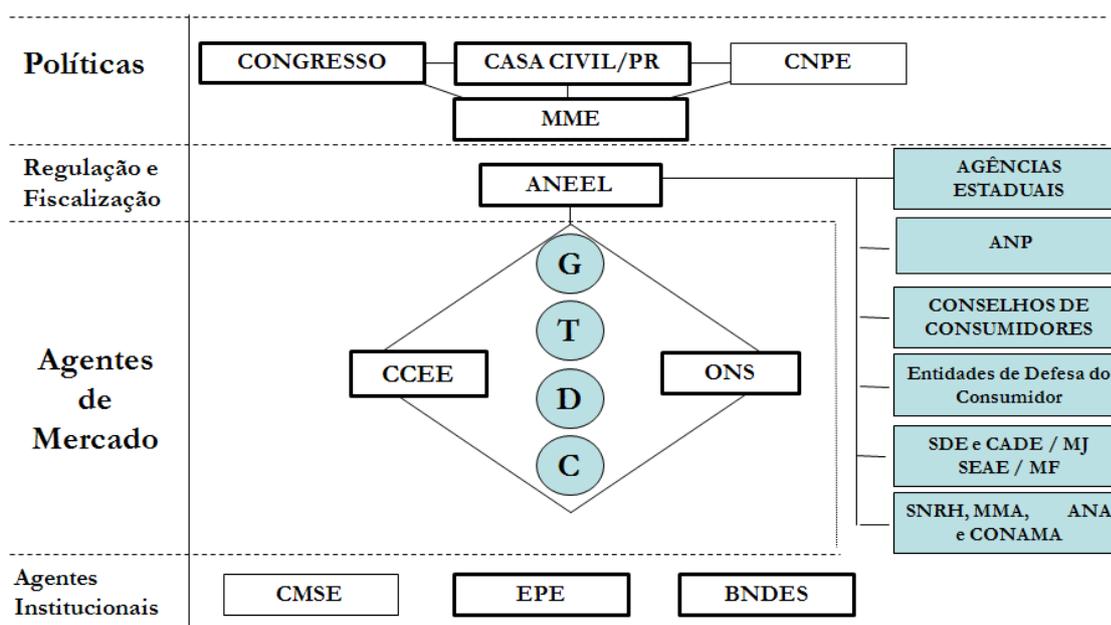
Em 2011, os temas principais acompanhados / desenvolvidos nas reuniões do CMSE foram os seguintes:

- Monitoramento da expansão da Geração e Transmissão;
- Avaliação das condições de atendimento eletro energético do Sistema Interligado Nacional – SIN
- Homologação das “datas de tendência” da operação comercial das usinas;
- Acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia
- Plano de modernização de instalações de interesse sistêmico
- Consumo de energia elétrica, em 2010;
- Avaliações, em reuniões extraordinárias, de perturbações regionais (desligamentos elétricos)
- Desempenho operacional e manutenção de empresas elétricas geradoras e transmissoras
- Aspectos de segurança das UTN’s Angra I e II;
- Aprovação dos parâmetros do procedimento operativo de curto prazo para aplicação mensal
- Revisões quadrimestrais do mercado de energia elétrica
- Planejamento anual de operação energética – ciclo 2011
- Apresentação e aprovação do relatório final do GT – Copa 2014
- Condições de atendimento eletro energético ao Estado de Goiás

As atas das reuniões do CMSE estão, em sua íntegra, publicadas no sítio eletrônico do MME.

É importante mencionar que o Ministério de Minas e Energia interage também com diversas entidades setoriais, tais como a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE e com Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

A figura 2, a seguir, indica a estrutura dos órgãos e entidades envolvidas no planejamento estratégico do Setor Elétrico Brasileiro.



LEGENDA

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
SDE – Secretaria de Direito Econômico
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico
SNRH - Secretaria Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
ANA – Agência Nacional de Águas
MF – Ministério da Fazenda
ONS – Operador Nacional do Sistema



Figura 2: Organização Institucional do Setor Elétrico Brasileiro

O MME atua no acompanhamento e monitoramento do setor de petróleo e gás natural e combustíveis renováveis interagindo com a Agência Reguladora - ANP, participando no processo de elaboração dos editais e contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A ANP implementa as rodadas de licitações para blocos exploratórios ou campos marginais de acordo com as diretrizes do CNPE, aprovadas pelo Presidente da República.

Com relação ao mercado de biodiesel no País, o MME estabelece as diretrizes específicas para realização dos leilões pela ANP, incluindo, entre outros, a data do leilão, o período de entrega e o volume a ser contratado. Para o monitoramento, o MME verifica, a partir dos dados encaminhados pela ANP, o desempenho do volume contratado e efetivamente entregue. Trata-se de um instrumento que avalia a política pública que determinou que todo o biodiesel para a mistura obrigatória fosse contratado mediante leilões públicos, utilizando matéria prima nacional, além da determinação que no mínimo 80% do biodiesel seja contratado de empresas detentoras do selo combustível social;

Para o efetivo monitoramento do mercado de combustíveis, o MME elabora mensalmente boletins nas áreas de gás natural, derivados de petróleo e combustíveis renováveis. Essas informações são recebidas da ANP, Petrobras, Abegas, Única, Esalq, e do MAPA.

A partir da quebra do monopólio estatal, anteriormente exercido pela Petrobras, este Ministério de Minas e Energia se relaciona não só com a Petrobras, mas com todas as entidades representantes do setor.

- **Setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.**

Para cumprir a legislação mineral vigente e estabelecer as políticas para o setor, o MME conta com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, criada pelo Decreto 5.267/04, e com outras duas instituições vinculadas, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, autarquia reguladora da produção mineral, responsável pelas ações operacionais de outorga, fiscalização, arrecadação e fomento mineral e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM, o Serviço Geológico do Brasil, responsável pela produção e difusão do conhecimento geológico territorial nacional.

A SGM, que atua como formuladora das políticas de geologia, mineração e transformação mineral é a responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atividades desempenhadas pela autarquia,

pela coordenação do processo de concessões de direitos minerais e pela supervisão do controle e da fiscalização da exploração e produção dos bens minerais.

O DNPM tem por finalidade promover a regulação das atividades de mineração, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, com vistas a dotar o país de vantagens comparativas e competitivas.

A CPRM, vinculada ao MME pela Lei nº 8.970 de 28 de dezembro de 1994, tem a função de gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Compete à SGM o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor mineral e para isso é imprescindível o conhecimento geológico do território brasileiro, o qual é realizado pela CPRM. Nesse sentido a SGM coordena e acompanha os estudos geológicos realizados pela CPRM, os quais compõem programas estratégicos do Governo.

A figura 3, a seguir, indica a organização do Setor de Mineração:

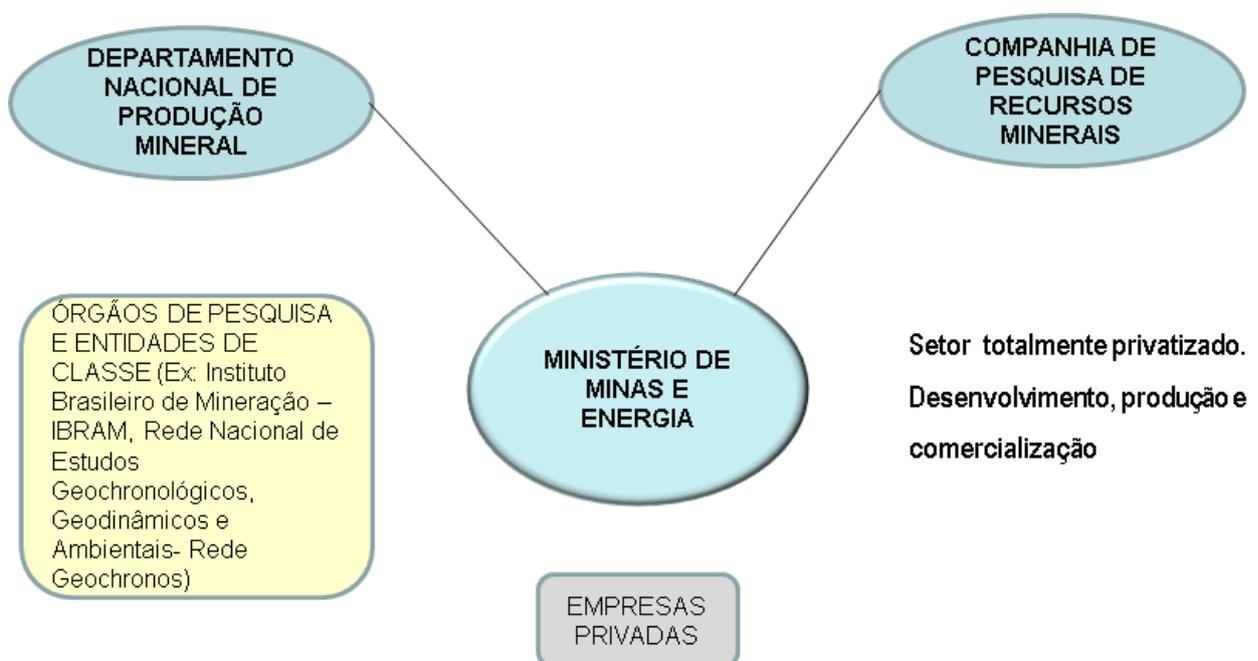


Figura 3: Organização do Setor de Mineração

a.I) Competência Institucional

A Unidade Jurisdicionada Agregadora Secretária-Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, tem as seguintes atribuições definidas no Decreto nº 5.267, de 09/11/2004:

- I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas;
- II - supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério;
- III - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

- IV - coordenar, orientar, supervisionar e consolidar o processo de elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas, promovendo a articulação desses agentes com o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;
- V - prestar assistência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE; e
- VI - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério.

A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA. Os sistemas de planejamento e de orçamento federal (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN) são coordenados por meio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE e pela SPOA.

a.II) Objetivos Estratégicos

As políticas públicas referentes à energia, geologia, mineração e transformação mineral estão sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME e, por via de consequência, compete à Secretaria-Executiva auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação de suas ações na área de competência do Ministério, coordenando e supervisionando as Secretarias Finalísticas.

A Secretaria-Executiva buscou atingir durante o exercício, ao supervisionar Programas, Ações e Atividades e ao cumprir suas atribuições, os objetivos estratégicos definidos na elaboração do Plano Plurianual (PPA), período 2008~2011. Dentre aqueles objetivos, pode-se selecionar os seguintes, como os mais importantes às funções desempenhadas pelo MME:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, a geração de empregos e a distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura energética eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

Desses objetivos do Governo, derivam objetivos setoriais para o MME, também colocadas no PPA. São os seguintes:

- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional por um processo de planejamento participativo, que promova a diversificação da matriz energética, o uso de fontes renováveis, a eficiência e conservação de energia, incentivando a integração energética, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor e sua integração com outros países;
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade, sob regras econômico-financeiras e políticas que permitam a remuneração atrativa dos investimentos, em harmonia com os princípios da modicidade tarifária, do desenvolvimento sustentável e da universalização e inclusão social;
- Gerar e difundir o conhecimento geológico que promova a atração de investimentos para a descoberta de novas jazidas, a diversificação da produção mineral, a produção de insumos para a construção civil e agricultura e que subsidie o ordenamento territorial, o abastecimento de

água, a preservação e a conservação ambiental, bem como a prevenção de riscos e desastres naturais;

- Desenvolver o planejamento de curto, médio e/ou longo prazos e promover marcos regulatórios e ações que induzam o conhecimento do território, a segurança jurídica, a competitividade, o desenvolvimento tecnológico no país, a agregação de valor na cadeia produtiva de base mineral, o apoio ao pequeno minerador, o aumento do superávit da balança comercial e a articulação no âmbito do pacto federativo para o desenvolvimento sustentável;
- Potencializar o aproveitamento sustentável dos recursos minerais do país por meio de uma gestão eficiente baseada na contínua melhoria dos seus processos de fomento, formalização, regulação e fiscalização;
- Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais, a substituição de importados, a otimização da produção nacional e as exportações, em consonância com a disponibilidade das reservas, por meio de políticas e diretrizes governamentais alinhadas com a evolução do consumo nacional e o desenvolvimento tecnológico, observadas as exigências ambientais, bem como de segurança e qualidade;
- Promover o aumento da produção e da oferta nacionais de gás natural, o desenvolvimento da infraestrutura de transporte e distribuição e a integração energética com outros países, minimizando custos e impactos ambientais em benefício da sociedade;
- Promover a adequação da produção de derivados de petróleo e de outros combustíveis líquidos à demanda, dotando os respectivos parques industriais, a infraestrutura de transporte e de distribuição de características que maximizem o uso de insumos nacionais, reduzindo a dependência externa e o risco de desabastecimento, observadas às exigências ambientais, bem como os padrões de qualidade e segurança.

Estes objetivos se desdobram em programas e ações do Plano Plurianual, gerenciados ou executados pelas Secretarias do MME e supervisionados pela Secretaria-Executiva.

Considerando que as políticas devem estar alinhadas com estes objetivos setoriais, é indispensável que as ações do MME atendam a essas orientações.

Para o setor elétrico o Ministério desenvolve diretrizes e políticas voltadas para o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, a qualidade e estabilidade da energia fornecida, o equilíbrio econômico-financeiro das empresas outorgadas, a modicidade tarifária e a universalização do uso da energia elétrica no território nacional.

Para o setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (biocombustíveis), o MME trabalha visando garantir a adequada participação dos derivados de Petróleo, Gás Natural e dos Combustíveis Renováveis na matriz energética nacional e, em conjunto com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o desabastecimento.

Para o setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, o MME tem como principal diretriz a disponibilização de informações geológicas e de dados econômicos e técnicos sobre as condições de mercado, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento setorial com vistas à atração de novos investimentos privados para a pesquisa e produção mineral. Além disso, a assistência técnica a pequenos produtores minerais e a busca pela formalização da atividade minerária, são ações prioritárias do MME.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

O MME além de indutor e coordenador de todo o processo de planejamento setorial e em estreita articulação com os órgãos vinculados e agentes envolvidos, busca sempre ajustar-se aos interesses da sociedade, ao conjunto das orientações de governo e às questões socioambientais pertinentes, com transparência nas decisões, clareza e democratização do acesso às informações.

O planejamento estratégico do MME está estruturado visando o atendimento dos objetivos de governo constantes no Plano Plurianual - PPA e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC condizentes com o planejamento setorial definido por esse Ministério. A coordenação e supervisão de todas as Secretarias Finalísticas do Ministério são realizadas pela Secretaria-Executiva, que promove de maneira direta ou indireta, as ações necessárias para o pleno cumprimento de suas metas.

Ao longo de 2011, a Secretaria-Executiva elaborou cronograma para acompanhar e desenvolver as várias ações vinculadas ao processo de planejamento governamental (PLDO, LDO, PLOA, LOA, PPA e PAC), representadas pela figura 4.

Planejamento Governamental 2011 da Assessoria Especial de Gestão Estratégica/SE

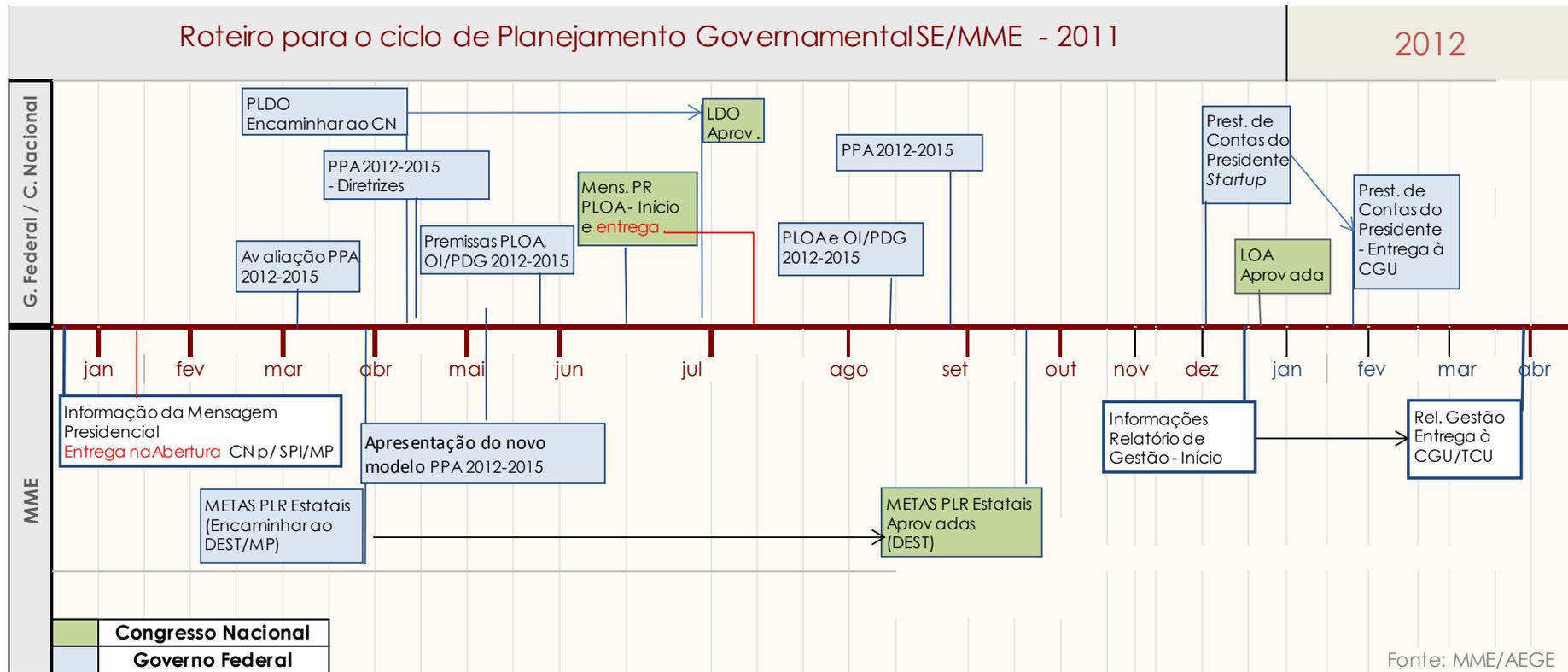


Figura 4: Roteiro para o ciclo de Planejamento Governamental 2011

b.II) Análise do Plano de Ação

Por meio do “Plano de Ação”, sistema de controle que compartilha informações gerenciais, implementado em abril de 2010 na Secretaria Executiva / Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE foi acompanhado o desenvolvimento de cerca de 60 atividades da AEGE, ao longo de 2011.

Foram atividades tanto de rotina da Assessoria perante outros órgãos de Governo (DEST/MP, PGFN/MF, STN/MF) em apoio às empresas Petrobras e Eletrobrás, e atividades novas tais como encerramento do PRODEEM, Avaliação de Desempenho Institucional no âmbito do MME, gastos com a Copa do Mundo 2014 etc.

Esse Plano permite, além da informação da situação atual das atividades e processos, anexar os documentos concernentes.

Além desse instrumento de acompanhamento e monitoramento, a supervisão da Secretaria-Executiva requer estreita participação em reuniões periódicas, com efetiva interação com as Secretarias e Entidades Vinculadas.

c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da SE

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SE

Não se Aplica. A Secretaria-Executiva não coordena Programas e Ações do âmbito do Plano Plurianual.

c.II) Execução Física das Ações

Não se Aplica. A Secretaria-Executiva não coordena Programas e Ações do âmbito do Plano Plurianual.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária e das Despesas

Tabela VI: Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia	32101	320002

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Tabela VII: Programação das Despesas Correntes (Quadro A.2.4)

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	402.000	137.101	78.801.626	74.688.114	
	PLOA	-	-	402.000	137.101	78.801.626	82.815.848	
	LOA	-	-	402.000	137.101	106.801.626	82.815.848	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	210.000	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	(2.868.622)	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		-	-	402.000	137.101	104.143.004	82.815.848	

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Valores em R\$1,00)

Tabela VIII: Programação das Despesas de Capital (Quadro A.2.5)

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios						
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	8.470.000	5.960.000	-	-	2.432.100	2.226.400	
	PLOA	8.470.000	5.960.000	-	-	2.432.100	2.226.400	
	LOA	28.077.006	68.703.181	65.000.000	-	2.432.100	2.226.400	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	(9.589.904)	-	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		28.077.006	68.703.181	55.410.096	-	2.432.100	2.226.400	

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. (Valores em R\$1,00)

Tabela IX: Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência (Quadro A.2.6)

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	79.203.626	74.825.215	10.902.100	8.186.400	892.059.612	669.477.800	
	PLOA	79.203.626	82.952.949	10.902.100	8.186.400	892.059.612	669.477.800	
	LOA	107.203.626	82.952.949	95.509.106	70.929.581	892.059.612	818.965.062	
CRÉDITOS	Suplementares	210.000	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	(2.868.622)	-	(9.589.904)	-	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		104.545.004	82.952.949	85.919.202	70.929.581	892.059.612	818.965.062	

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. (Valores em R\$1,00)

Análise Crítica (Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6)

Os limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário foram compatíveis com as necessidades de crédito da UO, para cumprimento da sua programação de trabalho. O Congresso Nacional não efetuou alterações no Projeto de LOA.

Não houve alterações relevantes na programação orçamentária em relação ao exercício anterior.

Tabela X: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7)

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	320002	25122027622720001			251.559
			25572047620AA0001			150.400
			22128106948710001			180.000
			22663106948870001			205.000
			25122027322720001			826.325
			25122027622720001			140.000

			28844090602840001		59.232	
			25121027648920001			221.015
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	320002				
			25752027320A90001	89.412		
			28844090602840001			1.490.178
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Análise Crítica

As descentralizações internas foram concedidas pela UG 320002 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/MME da UJ SPOA/MME para as seguintes Unidades Gestoras da Administração Direta do MME (UJ Secretaria Executiva/MME), para a execução das suas ações orçamentárias:

- 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE
- 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM
- 320013 – Secretaria de Energia Elétrica – SEE
- 320015 – SE/BIRD/MME – Projeto ESTAL
- 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG

Tabela XI: Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ (Quadro A.2.8)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Pagamento de Pessoal				
Diárias	165.173,33	206.753,84	165.173,33	206.753,84
Outros				

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

As informações sobre Execução Orçamentária das Despesas do Ministério de Minas e Energia se concentram no Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, agregado a este Relatório de Gestão.

Tabela XII: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.9)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
2 – Juros e Encargos da Dívida	86.998	59.232	86.998	59.232	-	-	86.998	59.232
21	63.733	50.181	63.733	50.181	-	-	63.733	50.181
22	23.265	9.051	23.265	9.051	-	-	23.265	9.051
3- Outras Despesas Correntes	5.381.792	1.553.846	5.122.691	818.911	259.100	734.935	5.122.691	818.911
14	569.547	283.465	569.547	283.465	-	-	569.547	283.465
33	1.006.231	494.243	893.326	379.308	112.905	114.935	893.326	379.308
39	3.531.346	645.021	3.475.196	25.021	56.150	620.000	3.475.196	25.021
Demais elementos do grupo	274.668	131.117	184.622	131.117	90.045	-	184.622	131.117

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. (Valores em R\$ 1,00)

Obs.: O item 1 do quadro “Despesas de Pessoal” (Quadro A.2.9) não se aplica à Secretaria-Executiva.

Tabela XIII: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.10)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	1.879.075	89.412	231.388	89.412	1.647.687	-	211.850	89.412
51	133.728	-	37.500	-	96.228	-	37.500	
52	1.745.347	89.412	193.888	89.412	1.551.459	-	174.350	89.412
6 – Amortização de Dívida	2.105.400	1.490.178	2.105.400	1.490.178	-	-	2.105.400	1.490.178
71	-	1.490.178		1.490.178	-	-	-	1.490.178
77	2.105.400	-	2.105.400	-	-		2.105.400	-

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. (Valores em R\$ 1,00)

Obs.: O item 5 – Inversões Financeiras do Quadro A.2.10 não se aplica à UJ.

Análise Crítica (quadros A.2.9 e A.2.10)

Alterações significativas ocorridas no exercício

Não houve alterações relevantes para a gestão na programação orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior. O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras não geraram efeitos negativos na gestão orçamentária ou nos resultados planejados.

Não houve eventos internos ou externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ.

Eventos negativos / positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não houve eventos relevantes que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ.

d.III) Indicadores Institucionais

A Secretaria Executiva realiza o monitoramento sistêmico de todos os indicadores apurados ou acompanhados no âmbito do MME. Estes indicadores podem ser divididos em três categorias: indicadores setoriais, indicadores institucionais e indicadores de gestão. Os indicadores setoriais são representados por aqueles que medem o desempenho das áreas abrangidas pela ação política do MME, quais sejam: energia elétrica, geologia e mineração e petróleo e gás. Os indicadores institucionais são indicadores que medem o desempenho institucional do MME para fins de pagamento de gratificações de desempenho de seus servidores e, por vezes, são coincidentes com os indicadores de gestão, pelos quais as Secretarias procuram medir a eficiência de sua ação finalística.

Existem três grupos de indicadores setoriais: os indicadores do PPA e PAC, os indicadores dos boletins e informativos publicados pelas secretarias finalísticas e os indicadores do Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas – SIGE. O MME avalia a possibilidade de transformar o SIGE no instrumento centralizador de todos esses indicadores setoriais. Nesse sentido, foi publicada a Portaria nº 540, de 16 de setembro de 2011, que instituiu o Comitê permanente de Monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas, com o objetivo de coordenar, aperfeiçoar, promover o monitoramento contínuo, e consolidar o painel de controle de indicadores do sistema de informações gerenciais e estratégicas do MME como instrumento de suporte aos atos de gestão e aos processos de tomada de decisão.

Os indicadores de desempenho institucional servem de base para a avaliação de desempenho do órgão e, por conseguinte, de seus servidores. Para construção desse processo de avaliação, o MME está atento à legislação que rege os órgãos e entidades da Administração Direta, para editar critérios e procedimentos específicos que permitam um monitoramento sistemático dos servidores para efeitos de pagamento da Gratificação de Desempenho GDPGPE (Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.784/2008) e GDAIE, dos Analistas de Infraestrutura (Lei nº 11.539, de 08 de novembro de 2007, Decreto nº 6.693, de 12 de dezembro de 2008, Portaria nº 130, de 19 de março de 2009) e Portaria 565 de 30 de setembro de 2011.

e) Principais Realizações do MME

A seguir apresentam-se as principais realizações do âmbito do Ministério de Minas e Energia, assim subdivididas:

e.I) Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Desde o início do programa, em 2007, o Ministério de Minas e Energia contempla ações² no citado programa. Essas dizem respeito a todas as ações dos Eixos Energia, totalizando 702 ações, e Luz para Todos, totalizando 26 ações, com um total de 728 ações.

No Eixo Energia as 702 ações estão distribuídas da seguinte forma:

429 referentes à Geração de Energia Elétrica³, distribuídas da seguinte forma: 4 Estudos de Inventário (10.850 MW), 32 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (23.743,7 MW), 21

² O conceito “ações” é aquele definido na divulgação do PAC.

³ A Usina Hidrelétrica São Roque foi considerada em duas ações de geração, sendo uma na parte de Usinas Hidrelétricas Planejadas, uma vez que os estudos foram concluídos em 2011, e outra na parte de Usinas Hidrelétricas Outorgadas, uma vez que ela foi levada a leilão em 2011 e mudou de status.

Usinas Hidrelétricas Planejadas⁴ (13.273,5 MW), 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas outorgadas (246,52 MW), 257 Parques Eólicos outorgados (6.635,79 MW), 22 Usinas Hidrelétricas Outorgadas⁵ (24.285,1 MW), 35 Usinas Termelétricas a Biomassa outorgadas (2.127,7 MW), 9 Usinas Termelétricas a Gás Natural outorgadas (2.692,6 MW), 1 Usina Termelétrica Nuclear outorgada (1.405 MW), 32 Usinas Termelétricas a Óleo outorgadas (6.310,95 MW), e 3 Usinas Termelétricas a Carvão outorgadas (1.440,4 MW).

144 referentes à Transmissão de Energia Elétrica, distribuídas da seguinte forma: 8 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica planejadas (22.701 km), 78 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica outorgadas (20.504,7 km), e 58 Subestações de Energia Elétrica outorgadas (30.322,8 MVA).

112 referentes à Petróleo, Gás Natural e Revitalização da Indústria Naval, distribuídas da seguinte forma: 6 Bases de Apoio ao serviço de Exploração de Petróleo, 29 Campos/Plataformas, 7 de Desenvolvimento da Produção, 8 Dutos/Terminais, 1 de Exploração no Pré-sal, 1 de Exploração no Pós-sal, 5 de Fertilizantes, 8 de Gás Natural, 14 Navios ou Sondas de Perfuração, 6 Novas Refinarias ou Petroquímicas, 15 de Refino – Modernização/Ampliação e 12 de Pesquisa Exploratória.

6 referentes à Combustíveis Renováveis, distribuídas da seguinte forma: 1 Ampliação de uma Usina de Etanol, em Goiás – GO, 1 Hidrovia – Tietê/Paraná (investimento em infraestrutura para escoamento de etanol), 1 Planta de Biodiesel no Norte, no Pará – PA, e 3 Alcoodutos/Polidutos.

11 referentes à Geologia e Mineração, distribuídas da seguinte forma: 1 de Gestão da Informação Geológica - CIG - Centro de Informações Geocientíficas, 1 de Gestão da Informação Geológica – Implantação da Rede de Litotecas, 1 de LAMIN - Modernização da Rede de Laboratórios Analíticos, 1 de Levantamento da Geodiversidade – Ordenamento Territorial, 1 de Levantamento da Geodiversidade – Riscos Geológicos e Desastres Naturais, 1 de Levantamentos Aerogeofísicos, 1 de Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais, 1 de Levantamentos Geológicos - Geologia Marinha, 1 de Levantamentos Geológicos – Cartografia Geológica, 1 de Levantamentos Geoquímicos e 1 de Levantamentos Hidrogeológicos.

No Eixo Luz para Todos, as 26 ações estão vinculadas a 662.830 ligações, nos seguintes estados: Roraima; Amazonas; Pará; Acre; Maranhão; Bahia; Piauí; Rondônia; Sergipe; Tocantins; Alagoas; Mato Grosso; Rio Grande do Norte; Mato Grosso do Sul; Paraíba; Pernambuco; Ceará; Minas Gerais; Goiás; Amapá; Espírito Santo; São Paulo; Rio de Janeiro; Paraná; Rio Grande do Sul; e Santa Catarina.

Das 702 ações do Eixo Energia: 66 foram concluídas, 9,4%; 579 estão adequadas, sem problemas que possam comprometer suas conclusões, 82,48%; 49 merecem atenção, 6,98%; e outras 8 estão preocupantes, 1,14%.

No subeixo Geração de Energia Elétrica, as 429 ações apresentam as seguintes situações: 32 ações concluídas, 7,46%; 350 adequadas, 81,59%; 40 merecem atenção, 9,32%; e 7 estão preocupantes, 1,63%.

⁴ A Usina Hidrelétrica São Roque foi considerada como uma ação de Usinas Hidrelétricas Planejadas, uma vez que ela foi levada a leilão em 2011 tendo em vista que foi concluída sua viabilidade técnica e econômica em 2011, bem como seus estudos ambientais.

⁵ A Usina Hidrelétrica São Roque foi considerada como uma ação de Usinas Hidrelétricas Outorgada, uma vez que passou da condição de Planejada para Outorgada após o leilão em 20 de dezembro de 2011.

No subeixo Transmissão de Energia Elétrica, as 144 ações apresentam as seguintes situações: 14 ações concluídas, 9,72%; 128 adequadas, 88,89%; e 2 merecem atenção, 1,39%.

No subeixo Petróleo e Gás Natural, o qual inclui também ações de Refino, Petroquímica, Fertilizantes e Revitalização da Indústria Naval Brasileira, as 112 ações apresentam as seguintes situações: 20 ações concluídas, 17,86%; 84 adequadas, 75%; 7 merecem atenção, 6,25%; e 1 está preocupante, 0,89%. Ressalta-se que, com exceção das 12 ações referentes à Pesquisa Exploratória, as quais são executadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, com valores provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, todas as outras 100 ações são executadas direta ou indiretamente pela Petrobras e monitoradas pela mesma.

No subeixo Combustíveis Renováveis, as 6 ações apresentam a situação adequada.

No subeixo Geologia e Mineração as 11 ações são executadas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, com valores provenientes do Orçamento Geral da União – OGU, e todas apresentam a situação adequada.

Das 26 ações do Eixo Luz para Todos: 15 estão adequadas, sem problemas que possam comprometer suas conclusões, 57,7%; 3 merecem atenção (RO, MT e PR), 11,54%; e outras 8 estão preocupantes (AC, AM, PI, PA, TO, GO, AP e RR), 30,76%.

No ano de 2011, destacam-se a conclusão das seguintes ações:

Geração de Energia Elétrica: conclusão do estudo de inventário da Bacia do rio Aripuanã e do Sucunduri (totalizando 3.650 MW); licitação da UHE São Roque (135 MW); entrada em operação comercial de 9 Parques Eólicos (216 MW), 2 Pequenas Centrais Hidrelétricas (35 MW), 4 Usinas Hidrelétricas (1.472,5 MW), 13 Usinas Termelétricas a Biomassa (759,8 MW) e 2 Usinas Termelétricas a Óleo (339,9 MW), totalizando 2.823,2 MW acrescido ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Transmissão de Energia Elétrica: 10 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica (1.658 km) e 4 Subestações de Transmissão de Energia Elétrica (1.950 MVA). Destacam-se ainda o início da implementação das duas Linhas de Transmissão que irão escoar a energia gerada pelas Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, ambas no Rio Madeira, sendo essas de 600 kV, em corrente contínua, com 2.375 km, cada, que será o maior Bipolo da América Latina, bem como a implementação da Linha de Transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, em 230 e 500 kV, corrente alternada, com aproximadamente 1.826 km de linha, a qual permitirá a interligação, ao Sistema Interligado Nacional – SIN, de aproximadamente 98% do Sistema Isolado Brasileiro, incluindo as capitais do Amazonas, Manaus, e do Amapá, Macapá, diminuindo assim a geração de energia por meio de fontes térmicas.

Petróleo, Gás Natural e Revitalização da Indústria Naval: 6 Campos/Plataformas (29 MM m³/dia, 22 Testes de Longa Duração e 380 mil Barris de Petróleo/dia), 1 Dutos/Terminais: Plangas GLP (em operação / 2.400 T/d de GLP), 1 Planta de Fertilizantes: ARLA 32 - FAFEN BA (em operação / 200 mil m³/ano), 4 de Gás natural (194 km de duto e 15 MM m³/dia), 1 de Navio/Sonda de Perfuração: Navio Celso Furtado, 2 Novas Refinarias/Petroquímicas, 5 de Refino – Ampliação/Modernização.

Geologia e Mineração: as ações são continuadas, com conclusões parciais. Desta forma destacam-se os seguintes resultados, referentes aos percentuais de realização da Meta até 2014: Gestão da Informação Geológica - CIG - Centro de Informações Geocientíficas, executado 51%; Gestão da

Informação Geológica – Implantação da Rede de Litotecas, executado 41%; LAMIN - Modernização da Rede de Laboratórios Analíticos, executados 54%; Levantamento da Geodiversidade – Ordenamento Territorial, executado 51%; Levantamento da Geodiversidade – Riscos Geológicos e Desastres Naturais, executado 19%; Levantamentos Aerogeofísicos, executado 46%; Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais, executado 52%; Levantamentos Geológicos - Geologia Marinha, executado 65%, contemplando estudos para requerimento de área, fora de nossa Plataforma Continental, à Autoridade Internacional; Levantamentos Geológicos – Cartografia Geológica, executado 38%; Levantamentos Geoquímicos, executado 52%; e Levantamentos Hidrogeológicos, executado 53%.

Luz para Todos: as ações do Luz para Todos são continuadas, com conclusões parciais. Assim sendo, em 2011, foram realizadas 247.862 ligações, referentes a 37,39% da meta do PAC em sua segunda fase.

Ressalta-se que as demais ações estão em implementação, sendo monitoradas pela Coordenação Geral do PAC do Ministério de Minas e Energia, vinculada à Secretaria Executiva, não tendo as mesmas sido concluídas.

e.II) Realizações das Diversas Áreas que Compõem a Secretaria-Executiva

e.II.1) Atividades do Gabinete da Secretaria-Executiva

Deficiências no Regimento Interno do MME

Durante as auditorias de contas realizadas na Secretaria de Energia Elétrica – SEE e na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, foram evidenciadas inconsistências relacionadas tanto à estrutura das secretarias, como relacionadas às atribuições desenvolvidas de fato e às formalmente designadas pelo Decreto 5.267, de 09/11/2004.

O Decreto 5.267/04 estruturou a SEE em três departamentos, quais sejam:

DGSEE – Departamento de Gestão do Setor Elétrico;

DMSE – Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico; e

DOCPA – Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações.

Quanto à SPE, está originalmente estruturada no Decreto 5.267/04, também em três departamentos seguintes:

DPE – Departamento de Planejamento Energético;

DDE – Departamento de Desenvolvimento Energético; e

DPUE – Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia.

Na prática, porém, para melhor funcionalidade, o DPUE ficou sob o controle da SEE e o DOCPA, sob o controle da SPE.

Para remediar essa situação até a próxima edição de Decreto, que disponha sobre a nova estrutura regimental do MME que irá solucionar definitivamente essas inadequações, o MME publicou a Portaria nº 261, de 15 de abril de 2011, resolvendo provisoriamente a inversão de administração dos citados departamentos. A Secretaria de Energia Elétrica – SEE exerce a supervisão sobre o Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia – DPUE e a supervisão

sobre o Departamento de Outorgas e Concessões, Permissões e Autorizações - DOCPA, fica a cargo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE.

Como é de conhecimento da CGU, o Ministério de Minas e Energia já enviou duas propostas para o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para o equacionamento dessa questão regimental (Avisos nº 83 e nº 192 de 12/05/2008 e 09/09/2008 com minutas de Decreto, as quais não foram respondidas).

Outras inconsistências existentes no Regimento Interno são a existência informal do Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental – NESA e a criação ainda informal da Gerência de Administração e Finanças – GEAF, a qual conta com 9 pessoas, sendo 4 em comissão, criada para melhorar a gestão de Contratos e Convênios, vinculada ao Gabinete da SEE.

A Secretaria-Executiva está atualmente em processo de estudo para a constituição de um Grupo de Trabalho para realizar uma reavaliação das necessidades operacionais de todos os seus órgãos, com o objetivo de elaborar uma proposta atualizada de Regimento Interno do MME, compatível com as necessidades técnicas e estratégicas da Pasta, a ser encaminhada ao MP.

- **Conselho Nacional Política Energética - CNPE**

A Secretaria Executiva do MME, representada pelo seu titular, o Sr. Secretário-Executivo, integra o CNPE, como membro efetivo, a partir da publicação do Decreto 6.685 de 10 de dezembro de 2008.

A Portaria CNPE nº 180, de 29 de março de 2011, designou o Chefe de Gabinete do Ministro de Minas e Energia - MME, para exercer a função de Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

Em 2011, duas Resoluções do Conselho foram publicadas, quais sejam:

Resolução nº 1, de 25 de março de 2011: estabelece que são quatro os submercados de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, assim segmentados: Norte; Nordeste; Sudeste/Centro-Oeste; e Sul;

Resolução nº 3, de 3 de maio de 2011: indica os projetos de geração de energia elétrica denominados Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jardim do Ouro e Chacorão como projetos estratégicos de interesse público, estruturantes e prioritários para efeito de licitação e implantação, e dá outras providências.

- **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE**

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE é o principal instrumento de acompanhamento de que dispõe o Ministério de Minas e Energia para a atuação na execução das políticas públicas com reuniões de periodicidade mensal ou extraordinárias.

O CMSE foi criado pela Lei 10.848 de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança do suprimento eletro energético em todo o território nacional. O Conselho é presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, conta com 4 representantes do MME e titulares da ANEEL, ANP, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Empresa de Pesquisas Energética – EPE; e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Durante o ano de 2011, no CMSE, os representantes do MME acompanharam o desenvolvimento das atividades de geração transmissão, distribuição, comercialização e exportação de Energia Elétrica, Gás Natural, Petróleo e seus derivados. Além disso, foram acompanhadas e avaliadas permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional, identificando dificuldades e obstáculos de caráter técnico, ambiental, comercial e institucional que podem afetar a regularidade, a segurança de abastecimento e o atendimento à expansão dos setores de energia elétrica, gás natural, petróleo e seus derivados. Dentre os principais temas acompanhados / desenvolvidos nas reuniões do CMSE em 2011, cabe destacar os seguintes:

- Monitoramento da expansão da Geração e Transmissão;
- Avaliação das condições de atendimento eletro energético do Sistema Interligado Nacional – SIN
- Homologação das “datas de tendência” da operação comercial das usinas;
- Acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia
- Plano de modernização de instalações de interesse sistêmico
- Consumo de energia elétrica, em 2010;
- Avaliações, em reuniões extraordinárias, de perturbações regionais (desligamentos elétricos)
- Desempenho operacional e manutenção de empresas elétricas geradoras e transmissoras
- Aspectos de segurança das UTN’s Angra I e II;
- Aprovação dos parâmetros do procedimento operativo de curto prazo para aplicação mensal
- Revisões quadrimestrais do mercado de energia elétrica
- Planejamento anual de operação energética – ciclo 2011
- Apresentação e aprovação do relatório final do GT – Copa 2014
- Condições de atendimento eletro energético ao Estado de Goiás

As atas das reuniões do CMSE estão, em sua íntegra, publicadas no sítio eletrônico do MME.

• **Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico Manaus - GTSEM**

O GTSEM, coordenado pela Secretaria-Executiva, foi criado por meio da Portaria MME nº 280, de 27 de agosto de 2008, com a finalidade de propor e monitorar ações e medidas de forma a assegurar o suprimento de energia ao Sistema Elétrico Isolado de Manaus e ao interior do Estado do Amazonas até a sua interligação com o Sistema Interligado Nacional – SIN.

No ano de 2011, ocorreram duas reuniões do grupo, sendo uma em 20/6/2011 e outra em 26/8/2011. Nestas foram abordados assuntos referentes: aos cronogramas das obras de transmissão de energia elétrica; à conversão das unidades geradoras para gás natural; às ações com intuito de minimizar as perdas de energia elétrica no sistema isolado da capital; à manutenção e expansão do sistema de distribuição de energia elétrica; à utilização eficiente do gás natural decorrente de Urucu/AM; entre outros.

Assim sendo obtiveram-se os principais resultados em 2011, no que diz respeito ao sistema da capital:

- Conversão, de óleo para gás natural, de mais 67,6% referentes a 386 MW, de um total de 571 MW previstos, chegando a um valor de 88,6% já convertidos;
- Desenvolvimento de estudos para substituição de, aproximadamente, 500 MW, com a instalação de uma nova usina termoelétrica a gás natural, ciclo combinado, prevista para operar no início de 2014, substituindo usinas ineficientes;

- Conclusão de 7 novas subestações em 69 kV, somando um valor de 256,1 MVA de transformação ao sistema da capital;
- Conclusão de 59 alimentadores de distribuição de energia elétrica em 13,8 kV, um acréscimo de 32,42% da malha existente em 2010, chegando a um total de 241;

Fora os destaques acima citados, várias outras ações estão sendo adotadas para melhorar o fornecimento de energia elétrica no sistema elétrico da capital, tais como:

- Recondutoramento de diversos alimentadores de distribuição;
- Substituição de transformadores avariados e/ou sobrecarregados;
- Instalação de redes blindadas; e
- Instalação de subestações provisórias.

Devido a essas ações de melhoria e ampliação, o sistema da capital operará, até a sua interligação com o Sistema Interligado Nacional – SIN, prevista para maio de 2013, com uma reserva de geração de energia elétrica variando entre 20% e 33%, garantindo assim a segurança no suprimento de energia elétrica.

No sistema do interior do Estado do Amazonas a capacidade de geração também está sendo ampliada, bem como o estoque de combustível, reforçando e incorporando reserva de geração em todas as usinas. A demanda máxima observada, 230 MW, diz respeito a 58,08% da capacidade total das 103 usinas termelétricas instaladas, as quais somam 396 MW.

No ano de 2011 foi acrescida em 29%, a capacidade de geração (89 MW), saindo assim de 307 MW, em 2010, para 396 MW, bem como em 23,1%, a capacidade de armazenamento de combustível (3.680 m³), saindo assim de 15.944 m³, em 2010, para 19.624 m³. Dessa forma, o sistema do interior do Estado está mais robusto, garantindo assim o fornecimento de energia elétrica às comunidades supridas pelo mesmo.

- **Grupo de Trabalho - Concessões de Serviços de Energia Elétrica**

Por meio das Resoluções nº 4 e 7, de maio e julho de 2008, respectivamente, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE determinou a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar estudos, para subsidiar definições competentes acerca da situação futura das centrais de geração hidrelétricas, das instalações de transmissão componentes da rede básica e das instalações de distribuição amortizadas ou depreciadas.

O desenvolvimento dos trabalhos se pautou na análise da situação dessas instalações dentro do contexto da evolução da legislação e regulamentação do Setor Elétrico Brasileiro, tendo como diretrizes básicas a modicidade tarifária e a garantia do atendimento do mercado de energia elétrica, sendo avaliados os impactos que poderiam resultar da aplicação da legislação vigente, qual seja a licitação dos ativos ao final dos prazos de concessão, bem como de outras alternativas, dentre elas a prorrogação desses prazos de concessão.

É de fundamental importância considerar a oportunidade de capturar o benefício da amortização desses investimentos em favor dos consumidores de energia elétrica, qualquer que seja a solução adotada.

Ao longo de 2011, foram realizadas reuniões com Associações representativas dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, bem como realizadas apresentações sobre o tema, por representantes do Ministério de Minas e Energia em eventos do setor elétrico.

- **Comissão Especial de Leilões de Energia Elétrica – CELEE**

Essa Comissão, criada em 2006 no âmbito do MME, tem a finalidade de propor diretrizes estratégicas, melhorias nas sistemáticas e ajustes nas normas para a realização de leilões de energia. São integrantes da Comissão, a Secretaria Executiva, as Secretarias de Energia – SEE e a de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A atividade dessa Comissão contribuiu para o sucesso na realização de quatro leilões em 2011, sendo dois Leilões de Energia Nova, um Leilão de Energia de Reserva, e um Leilão de Energia Existente, proporcionando maior segurança no abastecimento de energia. Vale destacar o resultado do 12º Leilão de Energia Nova e do 4º Leilão de Energia de Reserva, que resultaram na contratação de 1.928,7 MW de usinas eólicas, energia limpa e renovável, a um preço médio de R\$ 99,56/MWh, sendo este o menor preço já alcançado pela fonte nos leilões regulados.

Ao todo, em 2011, foram agregados 5.144,2 MW de capacidade de geração ao SIN, provenientes de 133 empreendimentos vencedores, com investimentos previstos de 15,731 bilhões de reais. Dentre estes, destacam-se as usinas eólicas que agregarão 2.905,2 MW de potência ao Sistema Interligado Nacional, cuja energia foi contratada a preços competitivos nos leilões de Energia Nova e de Energia de Reserva, reforçando a viabilidade desta fonte, com investimentos previstos de 10,946 bilhões de Reais.

Os leilões de energia elétrica atraem um número cada vez maior de investidores, que participam dos certames motivados tanto pela atratividade econômico-financeira dos projetos quanto pela estabilidade regulatória do setor elétrico. Esse modelo exitoso de contratação garante o cumprimento das políticas do setor de segurança do suprimento e de modicidade tarifária.

O desafio para a Comissão é a promoção de leilões nos sistemas isolados. Para tanto, várias ações estão em curso para viabilizar os certames durante o ano de 2012.

Outro desafio é a recontração dos contratos de energia vencidos em 2012, em análise no MME, para proposta de uma solução que garanta o suprimento com modicidade tarifária.

- **Comissão Permanente para Análise das Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP**

Criada pela Portaria MME Nº 47 de 19 de fevereiro de 2008, coordenada pela Secretaria Executiva e composta pelos dirigentes máximos das Secretarias de Energia Elétrica e de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Empresa de Pesquisa Energética, do Operador Nacional do Sistema Elétrico e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a CPAMP tem a finalidade de garantir a coerência e integração das metodologias e Programas Computacionais utilizados pelo MME, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Em 2011, foram realizadas cinco reuniões da CPAMP. Dentre os temas abordados, destacam-se: (i) revisão da metodologia dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP; e (ii) metodologia para cálculo de garantia física.

Quanto à revisão da metodologia dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP, o Operador Nacional do Sistema – ONS apresentou uma proposta que reduz a variação do despacho térmico complementar por POCP ao longo das semanas operativas do mês, bem como atenua as variações deste despacho. A mencionada proposta seria submetida à aprovação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

Com relação à metodologia para cálculo da garantia física, foram realizadas duas reuniões, que tiveram como objetivo tratar: (i) da Resolução Normativa ANEEL nº 440, de 05 de julho de 2011, que estabelece os critérios para a consideração de usinas não simuladas individualmente nos modelos computacionais de planejamento da operação e formação de preço, e consequentemente da (ii) necessidade de alterações nas metodologias de cálculo de garantia física das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH, das Usinas Termelétricas a Biomassa e das Usinas Eólicas.

Os temas associados aos trabalhos da Comissão estão relacionados com planejamento da expansão, planejamento e programação da operação, comercialização de energia, definição e cálculo da garantia física e energia assegurada dos empreendimentos de geração e elaboração de diretrizes para a realização de Leilões de Compra de Energia Elétrica.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, a Comissão inicialmente elencou 10 temas prioritários para pesquisa e desenvolvimento. Para isso, criou Grupos de Trabalho, coordenados e representados por especialistas de todos os segmentos do setor elétrico.

Abaixo, segue a relação dos grupos com seus respectivos coordenadores:

- GT 1 - Revisão de Metodologia dos Procedimentos Operacionais de Curto Prazo – POCP / Nível Meta
Coordenador: Istvan Gárdos - ONS
- GT 2 - Revisão da Resolução CGE n.º 109/2022
Coordenador: Altino Ventura Filho – SPE/MME
- GT 3 - Volatilidade do Custo Marginal de Operação – CMO e do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD
Coordenador: Roberto Nogueira Fontoura Filho - ONS
- GT 4 - Metodologia de Formação de Custo Marginal de Operação - CMO e Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e Impactos nos Encargos de Serviços do Sistema - ESS
Coordenador: Leonardo Calabro - CCEE
- GT 5 - Metodologia de cálculo de Índice de Custo Benefício - ICB e Impactos Financeiros de Parque Termelétrico Contratado por Disponibilidade
Coordenador: José Carlos de Miranda Farias - EPE
- GT 6 - Determinação da Função Custo de Déficit de Energia
Coordenador: Amilcar Guerreiro - EPE

- GT 7 - Questões Metodológicas Associadas ao Newave
Coordenadora: Maria Elvira Maceira - CEPEL
- GT 8 - Critério de Segurança de Sistema
Coordenador: Paulo Altaur - SPE/MME
- GT 9 - Viabilidade da Redução do Número de Submercados
Coordenador: Ildo W. Grudtner - SEE/MME
- GT 10 - Análise da Implementação da Superfície de Aversão a Risco - SAR
Coordenadora: Maria Elvira Maceira - CEPEL

A sistemática implementada para a operacionalização da CPAMP consiste no desenvolvimento dos temas priorizados pelos grupos de trabalhos, sob supervisão, orientação e acompanhamento da Secretaria-Executiva da Comissão.

Principais Atuações/Participações da Secretaria-Executiva em Eventos Nacionais/Internacionais

Com relação à participação do Secretário-Executivo em eventos nacionais, destacam-se os seguintes:

Convenção Anual de Energia da Siemens, realizada no dia 17 de março, na cidade de Campinas/SP, onde o Secretário-Executivo proferiu palestra sobre o tema “Os desafios do Novo Governo de Energia”.

O Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia na Cúpula Empresarial Brasil – Estados Unidos, realizada em Brasília, no dia 19 de março, em Brasília/DF, onde proferiu palestra.

IV Fórum Capixaba de Energia, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento (SEDES) e da Agência de Serviços Públicos de Energia (ASPE) do Governo do Estado do Espírito Santo, no dia 08 de junho de 2011, em Vitória/ES. O Fórum teve como tema “Energia e Desenvolvimento”, refletindo as preocupações quanto ao presente e ao futuro energético de nosso país, permitindo, assim, à sociedade, aos empresários, estudantes, universidades e ao Governo do Estado, a elaboração de estratégias e diretrizes capazes de planejar, fomentar e fortalecer o desenvolvimento econômico do Espírito Santo, com o uso racional dos recursos naturais. No mencionado evento, o Secretário-Executivo proferiu palestra sobre o tema “Plano Nacional de Eficiência Energética”.

Reunião do Comitê Estratégico de Energia, promovida pela Câmara Americana de Comércio - São Paulo e seu Conselho, no dia 19 de julho, na cidade de São Paulo/SP. O Secretário-Executivo proferiu palestra sobre o tema “Panorama e perspectivas do setor energético brasileiro”.

O Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia no evento “As Melhores da Dinheiro 2011” em homenagem as empresas com excelência em gestão financeira, responsabilidade social, recursos humanos, governança corporativa, inovação e qualidade entre as 500 maiores empresas do Brasil, promovido pela revista “Isto É – Editora Três”, no dia 11 de agosto, na cidade de São Paulo/SP.

Reunião do Fórum Industrial Parlamentar Sul, promovido pela Câmara dos Deputados, no dia 12 de agosto, na cidade de Florianópolis/SC.

Abertura do Seminário Sustentabilidade Energética e o Desenvolvimento Regional, promovido pelo Grupo CEEE, no dia 12 de agosto, em Porto Alegre/RS. O Mencionado teve como principais objetivos: promover um debate sobre os caminhos para a construção de uma agenda de ações públicas para o desenvolvimento socioeconômico através de energias alternativas; propiciar a interação de atores públicos e privados nas temáticas trazendo as concessionárias e empresas de energias alternativas para debater ações prioritárias; debater mecanismos de apoio que viabilizem o desenvolvimento de projetos de energias renováveis visando à sustentabilidade energética e econômica dos municípios e regiões; e conhecer ações regionais para o desenvolvimento sustentável através de energias alternativas.

O Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia na cerimônia de abertura do XXI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – SNPTEE, no dia 23 de outubro, em Florianópolis/SC.

Abertura do III Seminário sobre o Pré-Sal, com o tema “O Pré-Sal – Mobilização da Cadeia de Fornecedores”, no dia 21 de novembro, em Florianópolis/SC.

XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, no dia 29 de novembro, em Macéio/AL. O Secretário-Executivo participou da Mesa Redonda 2, onde proferiu palestra com o tema “A Matriz Energética Brasileira: Desafios para a Expansão da Oferta”.

Com relação à participação do Secretário-Executivo em eventos internacionais, destacam-se os seguintes:

Evento promovido pela área internacional da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, no mês de fevereiro na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com objetivo de divulgar o Brasil no exterior junto a formadores de opinião e jornalistas de vários países. No mencionado evento, o Secretário-Executivo realizou apresentação sobre “A política nacional de energia e o impacto das descobertas do Pré-Sal para o Brasil”.

II Reunião Ministerial sobre Energia Limpa em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, nos dias 6 e 7 de abril. A Reunião Ministerial sobre Energia Limpa é um fórum global de alto nível que tem o objetivo de promover políticas e programas de incentivo ao desenvolvimento de tecnologias de energia limpa, de forma a encorajar a transição para uma economia global com uso predominante de energia limpa. O fórum atualmente é composto por onze iniciativas. Dentre essas, duas são lideradas pelo Brasil – o Grupo de Trabalho em Bioenergia e o Desenvolvimento Sustentável de Hidroelétricas. Nesta última, está sendo desenvolvido em conjunto com a Agência Internacional de Energia um *Roadmap* de Hidroelétricas, que incluirá as principais constatações na área, o status atual da energia hidrelétrica, além de estratégias para redução de dióxido de carbono.

Press Trip - Energias Renováveis no Brasil, evento promovido pela área internacional da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, no mês de maio na cidade de Foz do Iguaçu/PR, com objetivo de mostrar a experiência brasileira de inovação e pioneirismo na produção em larga escala de energias renováveis para impulsionar o desenvolvimento sustentável do País, combinando crescimento econômico e uso racional dos recursos naturais. No mencionado evento, o Secretário-

Executivo participou de entrevista coletiva com a imprensa internacional sobre o Sistema Elétrico Nacional e novos projetos no setor.

O Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia na abertura do Congresso Mundial “Promovendo Eletricidade Sustentável”, promovido pela *International Hydropower Association – IHA*, no dia 14 de junho em Foz do Iguaçu/RS.

O Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia no Fórum de Energia de Viena e na Reunião Ministerial sobre Energia e Indústria Verde, no período de 19 a 24 de junho, em Viena/Áustria. Os mencionados eventos foram organizados pelo governo da Áustria e pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Indústria – ONUDI, organismo sediado em Viena.

O Secretário-Executivo representou o Ministro de Estado de Minas e Energia como palestrante na Conferência “Energy for All Financing Access for the Poor”, nos dias 10 e 11 de outubro em Oslo/Noruega. O objetivo da conferência era acelerar o processo de fornecimento de energia para todos, abordando os seguintes temas: mecanismo de financiamento e políticas para o aumento do acesso a energia pelos mais pobres, no contexto de uma energia futura mais sustentável.

No ano de 2011, o Secretário-Executivo também representou o Ministério de Minas e Energia na comitiva da Presidenta da República quando de sua visita: (i) ao Uruguai no dia 30 de maio; (ii) à África do Sul, por ocasião da V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do IBAS, à Moçambique e à Angola, no período de 17 a 20 de outubro; e (iii) à Venezuela, no período de 1 a 3 de dezembro.

e.II.2) Atividades da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE

A Secretaria-Executiva, por intermédio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE desenvolveu em 2011 uma série de atividades técnicas. Dentre essas, devem ser destacadas:

Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais (PDG) e Orçamento de Investimentos (OI)

- ✓ Acompanhamento da execução orçamentária de 2011 das Empresas do Grupo Petrobras e Sistema Eletrobras, monitorando as alterações do PDG (por Decretos) e do OI (por Projetos de Lei, Emendas etc.);
- ✓ Elaboração do PDG e OI para 2012.

Gestão das Empresas do âmbito do MME, perante o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST/MP

- ✓ Supervisão e acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do Sistema Eletrobras, das Empresas Federais de Distribuição (EFD), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Grupo Petrobras;
- ✓ Supervisão e acompanhamento dos Programas de Participação dos Lucros e Resultados-PLR da Petrobras e da Eletrobras;
- ✓ Supervisão e acompanhamento de assuntos relacionados a Fundos de Previdência, Aumento de Capital e Descontingenciamento de Crédito das empresas estatais;
- ✓ Ação de fortalecimento da Eletrobras, com a continuidade do processo de padronização dos estatutos das empresas controladas da Eletrobras;

- ✓ Supervisão e acompanhamento de assuntos relacionados aos Quadros de Pessoal, Planos de Cargos e Salários, Programas de Desligamento Incentivado de Pessoal.

Contrato de Gestão celebrado entre o MME e a ANEEL

O contrato de gestão entre MME e ANEEL, celebrado em sua 2ª fase, dia 26 de fevereiro de 2010 e com vigência até 31 de dezembro de 2012, teve seu desenvolvimento normal ao longo de 2011. Foram feitas 3 avaliações trimestrais dos resultados de suas metas e após o encerramento do exercício, foi realizada a avaliação final do cumprimento das metas fixadas para 2011. O resultado da avaliação foi de 90% de metas atingidas e foi enquadrado no nível satisfatório, conforme metodologia prevista. (Ver avaliação completa no item nº 17 deste Relatório de Gestão).

O período de vigência do Contrato de Gestão é até 31 de dezembro de 2012, porém, está sendo discutida entre a Diretoria da ANEEL e o MME uma reformulação com revisão e introdução de metas novas de fiscalização, solicitadas pelo MME, que levará à edição de termo aditivo ao Contrato de Gestão em 2012.

Participação do MME na elaboração do Plano Plurianual 2012~2015.

O PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações de governo no país e foi elaborado a partir das diretrizes estratégicas da Presidência da República, orientadas para a inclusão social e redução das desigualdades regionais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades regionais; promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

O MME participou ativamente de sua elaboração, no período de abril a agosto de 2011.

Esse Plano foi organizado em Programas Temáticos / Objetivos/ Iniciativas e Metas. Cada Programa temático é a execução de uma política pública, diferentemente da organização do PPA do período 2008/2011 no qual, cada Programa foi construído para resolver um determinado problema ou atender uma demanda da sociedade.

O PPA total reúne pouco mais de 60 Programas Temáticos dos quais o MME participa em 7 programas nas áreas de:

- ✓ Combustíveis;
- ✓ Energia Elétrica;
- ✓ Gestão Estratégica de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- ✓ Petróleo e Gás;
- ✓ Gestão de Riscos e Respostas a Desastres;
- ✓ Pesquisas Oceanográficas e Antártica, Gestão da Zona Costeira e Soberania no Mar;
- ✓ Desenvolvimento Produtivo (Petroquímicas);

Outras Atividades de Rotina da AEGE

- ✓ Gestão, Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual;
- ✓ Coordenação e Consolidação da Mensagem Presidencial que foi lida durante a abertura da Sessão Legislativa do Congresso Nacional em 2010;
- ✓ Coordenação e Consolidação da Mensagem Presidencial que acompanhou o Projeto de Lei do Orçamento Anual – PLOA/2011;

- ✓ Coordenação e Consolidação da Prestação de Contas do Senhor Presidente da República - Exercício 2009;
- ✓ Coordenação e montagem do Relatório Anual de Gestão e das etapas de Auditoria Anual de Contas e Planos de Providências das Secretarias do MME relativas a 2009;
- ✓ Supervisão e acompanhamento do processo de readmissão dos ex-empregados do Sistema Eletrobras, anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994;
- ✓ Supervisão e acompanhamento do processo de substituição de pessoal terceirizado, para atender compromisso assumido pela União com o Ministério Público do Trabalho, para regularizar a utilização de mão-de-obra terceirizada no âmbito da Administração Pública Federal;
- ✓ Solicitação de inclusão de Ações novas da Petrobras e Eletrobras, por crédito especial, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;
- ✓ Participação nas salas de Situação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para acompanhamento dos empreendimentos da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP;
- ✓ Operação do SISPAC para liberação de autorizações de empenho para as ações do PAC do Orçamento Fiscal;
- ✓ Encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional – STN das necessidades financeiras para ações do PAC (Orçamento Fiscal); e
- ✓ Coordenação da Identificação dos Indicadores de Desempenho do MME, atendendo solicitação da CGU, esses indicadores servem de base para definição do Indicador de Desempenho Institucional do MME (SIGE).

Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE

Durante o ano de 2011, a Secretaria Executiva deu continuidade ao processo de encerramento da Pessoa Jurídica da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.

Essa empresa, criada em agosto de 2001, em plena crise de abastecimento de energia elétrica no País, teve como objetivo a viabilização do aumento da capacidade de geração e da oferta de energia elétrica de qualquer fonte em curto prazo e a superação da crise de energia elétrica com o reequilíbrio e oferta de energia elétrica. Conforme previsto no Decreto nº 3.900/2001, que a criou, a empresa foi extinta em 30 de junho de 2006, passando por um processo de inventariança, concluído em julho de 2007.

Apesar da conclusão do inventário da empresa extinta, restaram pendentes alguns pontos, destacando-se como de maior complexidade o encerramento da pessoa jurídica na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, a baixa do CNPJ na Receita Federal do Brasil - RFB e a devolução do saldo das contas dos encargos emergenciais aos consumidores de energia elétrica.

O processo de encerramento e a baixa do CNPJ foram iniciados em 2006, porém não foram concluídos em função da exigência de Certidão Negativa de Débitos fiscais. Em decorrência do pedido de baixa do CNPJ, a Receita Federal do Brasil efetuou uma fiscalização previdenciária na documentação da extinta-CBEE, culminando com a emissão de autos de infração que foram parcialmente impugnados pelo MME com recurso à Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil, em Brasília. A Delegacia de Julgamento rejeitou as razões apresentadas, julgando procedentes os autos de Infração, razão pela qual o MME apresentou Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, do Ministério da Fazenda estando no momento no aguardo de pronunciamento daquele Órgão. Em razão da falta de pronunciamento do CARF, o MME buscou um processo conciliatório perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF, tendo ocorrido duas reuniões com a presença da CCAF,

AGU, PGFN, RFB e MME, sendo que na última, ocorrida em janeiro de 2011, foi gerado o Termo de Conciliação nº CCAF-CGU-002/2011-GHR, que foi homologado pelo Advogado Geral da União em março de 2011. Apesar da homologação do Termo de Conciliação, a RFB não baixou os processos referentes à fiscalização previdenciária.

Durante o período de atividade da CBEE houve o repasse de significativos valores de impostos o que gerou mais de 100 processos perante a Receita Federal do Brasil - RFB. A fiscalização desses repasses vem ocorrendo paulatinamente. A empresa extinta encerrou o exercício de 2011 ainda com 79 processos em andamento, a maioria referindo-se a Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP, ainda sob análise do órgão. Isso tem atrasado consideravelmente os trabalhos de encerramento da empresa, com a baixa da pessoa Jurídica na JUCERJA e do CNPJ na Receita Federal do Brasil, que dependem da emissão da Certidão Negativa de Débito.

Para a devolução dos encargos aos consumidores de energia elétrica foram apresentadas duas propostas: uma com a aplicação dos recursos no Programa de Eficiência Energética, especificamente, no Programa de Acesso a Refrigeradores Eficientes e outra para fazer frente aos custos de contratação do Encargo de Energia de Reserva- EER, visando garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional. Até o final de 2011, não foi escolhida a proposta ideal.

e.II.3) Atividades do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental da Secretaria-Executiva – NESA

Acompanhamento e Gestão do Licenciamento Ambiental de Empreendimentos do Setor Elétrico

Visando garantir as condições socioambientais de atendimento às metas de geração e transmissão de energia elétrica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico – PDE foram desenvolvidas atividades de articulação com concessionários, órgãos ambientais e demais gestores em questões referentes a Unidades de Conservação, patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental como: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Cultural Palmares, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio, Agência Nacional de Águas - ANA, Ministério da Saúde – MS e outros.

No que se refere ao PAC, foram realizadas reuniões sistemáticas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para o acompanhamento da evolução dos projetos de geração e transmissão de energia, com análise e definição de cronograma dos empreendimentos, visando atender às metas definidas pelo programa. Também foram realizadas reuniões com os órgãos estaduais e federal de meio ambiente e com as empresas do Sistema Eletrobras: Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, vinculadas ao MME, visando o acompanhamento das ações dos empreendedores e dos diversos órgãos intervenientes nos processos de licenciamento ambiental.

A gestão referente ao processo de licenciamento ambiental indicou a emissão de licenças ambientais para empreendimentos estratégicos para o país. Dentre os empreendimentos de geração hidrelétrica, destacam-se as Licenças Prévias para Usina Hidrelétrica São Roque - UHE São Roque, com capacidade instalada de 135 MW, localizada em Santa Catarina e UHE Castelhanos, com

94MW, localizada entre o Maranhão e Piauí; as Licenças de Instalação para UHE Teles Pires, com 1.820MW, situada no Mato Grosso e Pará, UHE Belo Monte, com 11.233MW, situada no Pará, UHE Santo Antonio do Jari, com 373 MW, situada no Amapá e Pará, UHE Garibaldi, com 178MW, localizada em Santa Catarina e UHE Ferreira Gomes, com 252MW, situada no Amapá; e a Licença de Operação para a UHE Santo Antônio do Complexo Madeira, com 3.150 MW, situada em Rondônia.

Dentre os empreendimentos de transmissão de energia elétrica, destacam-se a Licença Prévia da Linha de Transmissão 230 kV Jauru - Porto Velho – Rio Branco (Circuito 3 do Pré-Madeira) com extensão de 989 km interligando os Estados de Rondônia e Mato Grosso; as Licenças de Instalação emitidas para a Linha de Transmissão 600 kV do circuito 1 da Interligação Madeira – Porto Velho – Araraquara, com extensão de 2.381 km, atravessando 81 Municípios em Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e para a Linha de Transmissão Rio Branco – Porto Velho (Pré Madeira, Porto Velho/Abunã/Rio Branco), com extensão de 487 km interligando os Estados de Rondônia e Acre; e as Licenças de Operação emitidas para a Linha de Transmissão Juína – Brasnorte, que permitiu a operação da Usina Hidrelétrica da UHE Dardanelos, para a Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Porto Velho (Circuito 1, 230kV), implantada a partir da Subestação Coletora Porto Velho 500/230kV até a Subestação do Porto Velho, e Subestação Coletora Porto Velho, localizada no Município de Porto Velho, em Rondônia.

Articulação Institucional

No âmbito da política governamental de criação/alteração de unidades de conservação, foram analisadas as proposições apresentadas MMA e ICMBio, entre as quais destacamos: criação de Reservas Extrativistas (RESEXs) na região norte do Estado de Minas Gerais, RESEX “Areião/Vale do Guará” e RESEX “Tamanduá/Poções”; desafetação dos limites da Estação Ecológica Tupinambás – ESEC Tupinambás; criação do Parque Nacional (PARNA) Marinho Arquipélago dos Alcatrazes; ampliação da Reserva Biológica (REBIO) União; criação da Resex da Pesca Artesanal do Ibiraquera; REBIO do Maués; PARNA Furna Feia; PARNA Boqueirão da Onça; Resex Cabo de Santa Marta Grande; Rebio Bom Jesus; PARNA Marinha do Arquipélago de Alcatrazes e RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi.

O NESA participou ainda das discussões e análise da redefinição dos limites do Parque Nacional da Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional Mapinguari, da Floresta Nacional de Itaituba I, da Floresta Nacional de Itaituba II, da Floresta Nacional do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós. Várias reuniões foram realizadas entre MME, MMA, Eletrobras/Eletronorte e Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza para a definição das áreas das unidades de conservação necessárias para desafetação com vistas à elaboração de estudos técnicos e ambientais e posterior instalação dos Aproveitamentos Hidrelétricos São Luiz do Tapajós.

Análise de Proposições Legislativas referentes ao setor elétrico

No âmbito das propostas legislativas do Congresso Nacional que trataram dos temas ambientais que se relacionam com o setor elétrico, foram analisadas várias proposições, entre as quais se destacam o novo Código Florestal e o Projeto de Lei regulamentou o artigo 20 da Constituição Federal (Lei Complementar nº 540/2011).

Junto à Casa Civil da Presidência da República, foram debatidas e analisadas as propostas de texto das seguintes Medidas Provisórias:

- MP nº 542, de 12 de agosto de 2011, que propôs alterações nos limites dos Parques Nacionais dos Campos Amazônicos e do Mapinguari. O MME apresenta interesse com relação aos empreendimentos minerários e para a instalação do Aproveitamento Hidrelétrico - AHE Tabajara e Operação da Usina Hidrelétrica UHE Santo Antonio.
- MP nº 558, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, e dá outras providências, com vistas à viabilização Aproveitamento Hidrelétrico - AHE Tabajara e Operação da Usina Hidrelétrica UHE Santo Antonio e São Luiz do Tapajós e Jatobá.

No sentido de propiciar a orientação técnica para a otimização dos procedimentos de licenciamento ambiental dos sistemas de transmissão de energia elétrica e subestações associadas, como resultado do debate técnico interministerial, foi publicada a Portaria nº 421/2011, do Ministério do Meio Ambiente - MMA, que dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica.

Políticas Públicas - Regulamentação Ambiental

Participação nas reuniões do Grupo Estratégico de Acompanhamento de Empreendimentos Energéticos Estruturantes, criado pela Portaria Interministerial MME/MMA Nº 494, de 17 de dezembro de 2010, que tratou da viabilização dos Aproveitamentos Hidrelétricos do Complexo Tapajós e a proposta de criação da Estação Ecológica do Alto Maués.

Participação no Subgrupo de Trabalho, representado por MME, MMA, ICMBio, EPE, WWF, para tratar da Avaliação do Impacto na Biodiversidade nas bacias hidrográficas do Tapajós e Juruena.

No ano de 2011 o NESAs representou o MME nos seguintes Conselhos e Grupos de Trabalho:

- Conselho Nacional de Meio Ambiente, sendo tratado, entre outros, proposta de Moção contra a usina de carvão Termelétrica Sul Catarinense - USITESC, a não liberação da licença ambiental das usinas hidrelétricas da bacia do rio Parnaíba; reavaliação contra o Programa Nuclear Brasileiro; Resolução Conama que definiu padrões de emissões de poluentes atmosféricos por fontes fixas;
- Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Caatinga;
- Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado;
- Política Nacional de Florestas Plantadas;
- Zoneamento Ecológico Econômico do Alto Purus, Pará Zona Leste e do Estado do Mato Grosso;
- Política Nacional da Biodiversidade;
- Regulamentação do artigo nº 12 do Decreto nº 7.154 de 2010 que trata da celebração do contrato de cessão de uso onerosa para instalação dos empreendimentos de linhas de transmissão e de distribuição de energia, cujo valor será fixado pela SPU, conforme parâmetros definidos em ato conjunto pelos referidos Ministérios.

Projeto META

No âmbito do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético e Mineral - Projeto Meta, foi elaborado Termo de Referência para Preparação do Plano de Gestão Ambiental - PGA e a coordenação do documento intitulado “Avaliação Ambiental do Projeto META”, que teve por objetivo apresentar os principais aspectos ambientais e sociais inerentes à implantação dos subprojetos que compõem o referido Projeto e sugerir um sistema de gestão.

Os seguintes Termos de Referência foram elaborados para serem contratados pelo Projeto Meta, no ano de 2012:

- A Questão Indígena e o Setor Elétrico - Desenvolvimento de Instrumentos para a Implantação de Diretrizes de Relacionamento do Setor Elétrico com os Povos Indígenas;
- Avaliação e equacionamento de projetos de licenciamento socioambiental visando à sustentação da política nacional para promoção da matriz energética;
- Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável e a Implantação de Usinas Hidrelétricas Estruturantes;
- Marco Conceitual para a Questão Ambiental na Integração Energética Sulamericana;
- Marco referencial socioambiental e energético para estabelecimento de política pública voltada à população objeto de deslocamento e assentamento rural;
- Projeto Alto Uruguai: cidadania, energia e meio ambiente;
- Sistema de monitoramento do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos de geração e transmissão de energia e construção de banco de dados;
- Banco de Dados do Cadastro Socioeconômico de Atingido por Barragem no Brasil;
- Contratação de Empresa de Organização de Evento;
- Avaliação e equacionamento ambiental de projetos de parques eólicos.

Políticas Públicas - Regulamentação Socioambiental do Setor Elétrico

No que se refere à política de regulamentação socioambiental do setor elétrico, bem como o respaldo à construção da Política Nacional de Energia, a partir do reordenamento das funções públicas do setor e da modernização dos instrumentos de planejamento e gestão, foi dado andamento às tratativas iniciadas em 2010 para a regulamentação socioambiental do setor elétrico.

Cadastro Socioeconômico: tratativas realizadas para a formulação da proposta da regulamentação do Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, mediante a elaboração de uma Portaria Interministerial, envolvendo trabalho de articulação interinstitucional com os Ministérios: MME, MMA, MPA, MAPA, MDA e a Secretaria Geral da Presidência da República. Foram realizadas, também, reuniões com representantes dos agentes setoriais e do Movimento de Atingidos por Barragens.

Questão Indígena: No âmbito da Presidência da República, foram reiniciadas as tratativas para a regulamentação dos artigos 176 e 231 da Constituição Federal, os quais dizem respeito ao aproveitamento do potencial hidrelétrico em terras indígenas. Trata-se da formulação de um Decreto elaborado em conjunto com as Pastas Federais que interagem com a temática. No MME esse tema está sendo tratado sob a coordenação da Consultoria Jurídica. O NESA realiza a análise técnica da proposta em conjunto com as Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Energético e de Energia.

No âmbito do Ministério de Relações Exteriores (Divisão de Temas Sociais) e, em conjunto com os demais órgãos federais, foram iniciados os trabalhos para a regulamentação do mecanismo de consultas aos povos indígenas e tribais, no âmbito da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. O objetivo desse trabalho é a harmonização do posicionamento do Poder Executivo Federal e uma proposição ao Congresso Nacional, quando da formulação de políticas, programas e projetos que tenham impactos em terras ou povos indígenas, quilombolas e tradicionais.

Ainda considerando a temática indígena, foi amplamente analisada a proposta apresentada pelos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, FUNAI para a formulação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. Tal análise está expressa na Nota Técnica nº45/2011-NESA/SE-MME.

No âmbito da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SPPIR, o NESA foi convidado a participar da elaboração de documento relativo ao “Programa Brasil Quilombola”, identificando as políticas públicas no âmbito do MME aplicáveis às comunidades quilombolas e àquelas atingidas por empreendimentos elétricos.

Políticas Públicas - Participação em Grupos de Trabalho

Em 2011, foram criados vários Grupos de Trabalhos com o intuito formular diretrizes de políticas públicas para orientação do Setor Elétrico. O NESA foi designado para participar dos seguintes GT's:

Grupo de Trabalho criado pela Secretaria de Direitos Humanos para Grupo e Trabalho, constituído pela Resolução nº 05 de 02 de março de 2011, com o objetivo de elaborar plano de ação e monitorar a implementação das recomendações do Relatório apresentado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. A Comissão Especial foi instituída com os seguintes objetivos: acompanhar denúncias, encaminhadas ao CDDPH, de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País e apresentar sugestões e propostas no que concerne à mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas.

Mesa de Negociações permanente com o Movimento de Atingidos por Barragens, para atendimento da pauta de reivindicação. A Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República instituiu dois Grupos de Trabalho: O primeiro voltado para as questões operativas, relacionadas aos impactos localizados e o outro com foco em questões estruturantes, como a “Política de Tratamento da População Atingida”.

Mesa Tripartite da Construção Civil - formulação de proposta de Marco Regulatório Nacional do Setor da Construção Civil, envolvendo Governo, empregadores e trabalhadores, estabelecendo responsabilidades e direitos dos atores envolvidos. Tal marco tem o propósito de estabelecer um acordo extra judicial a ser aplicado, principalmente nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Passivos Sociais

No âmbito dos passivos sociais, o NESA acompanhou o andamento do Fundo de Desenvolvimento da região de influência da UHE Cana Brava e Serra da Mesa e do Termo de Acordo Global do APM de Manso (Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso).

O NESA representa o MME no Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu - PDRS Xingu, região de influência da UHE Belo Monte, Decreto nº 7.340 de 21 de outubro de 2010, o qual instituiu o referido Plano, o seu Comitê Gestor e dá outras providências. O Comitê cumpriu uma agenda de reuniões em Altamira, dando início à implantação do Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu. Nesse âmbito, cabe ressaltar também as atividades conjuntas dos governos federal, estadual e municipais, decorrentes da Operação Cidadania Xingu, nos onze municípios da área de influência da UHE Belo Monte, sendo realizados mais de 90.000 atendimentos das diversas pastas disponibilizadas para a população local.

No âmbito do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, do Ministério de Relações Exteriores, o NESA contribuiu com a formulação da resposta do governo brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação à Medida Cautelar - MC nº 382/10 relativa à denúncia de violação de direitos humanos por parte do Governo Brasileiro no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, no que tange à oitiva dos povos indígenas.

e.III) Atividades do Gabinete do Ministro

O Gabinete do Ministro – GM é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado que, além de outras atribuições, por intermédio das Unidades que compõem a sua estrutura reúne as seguintes competências:

- assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;
- manter permanente articulação com os órgãos da administração direta e entidades vinculadas ao Ministério, no sentido de solucionar os assuntos submetidos à consideração do Ministro de Estado;
- exercer o controle sobre as correspondências, documentos e os processos destinados ao Ministro de Estado;
- organizar e acompanhar a agenda diária de compromissos do Ministro de Estado, bem como assisti-lo no desempenho de suas funções como membro de órgãos colegiados de deliberação superior;
- preparar e promover a divulgação de matérias e notícias de interesse do Ministério de Minas e Energia – MME e das suas entidades vinculadas junto à mídia, incluindo jornais, rádios, televisões, agências noticiosas e revistas do Brasil e do exterior, bem como relacionar-se com jornalistas e a imprensa credenciada, inclusive no tocante à coordenação de entrevistas, coletivas ou exclusivas, de autoridades do Ministério junto aos veículos de comunicação;
- exercer controle e orientar a divulgação de material jornalístico e publicitário, produzido pelos órgãos e entidades do Ministério, bem como acompanhar o noticiário escrito e falado de veículos de divulgação, destacando e distribuindo aos órgãos e entidades do Ministério matérias de seu interesse;
- elaborar e promover a execução de planos e campanhas de relações públicas do Ministério, em nível interno e externo, bem como organizar e participar de promoções, eventos e cerimônias, no âmbito do Ministério;
- organizar a recepção de autoridades visitantes ao Ministério, manter controle dos compromissos político-sociais do Ministro de Estado e elaborar a respectiva programação e correspondências pertinentes;

- atender às necessidades de assessoramento e informação do Ministro de Estado e de dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional, bem como acompanhar, junto àquela Casa, a tramitação de projetos de interesse do Ministério de Minas e Energia e providenciar o atendimento às solicitações, às interpelações e aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo;
- articular-se com as esferas federal, estadual, municipal e entidades de classe, de acordo com o previsto no Decreto nº 6.005, de 28 de dezembro de 2006, com vistas a subsidiar as providências requeridas em cada assunto específico, relativas às áreas de atuação do Ministério de Minas e Energia;
- preparar informações de apoio ao Ministro de Estado no tocante às audiências, às viagens e aos eventos internos e externos;
- coordenar as respostas referentes às Tarefas do Sistema de Informação e Gestão para a Governabilidade – SIGOV;
- acompanhar as demandas do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE;
- elaborar relatórios periódicos sobre os Atos Normativos do Ministro de Estado, bem como da gestão do Gabinete do Ministro;
- assistir ao Ministro de Estado e às demais autoridades do Ministério e das entidades vinculadas, quando em missões junto ao Congresso Nacional, assim como zelar pelo acompanhamento e atendimento das demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação naquela Casa, no sentido de, a partir das informações prestadas pelos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza;
- providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;
- coordenar, promover, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, composição, edição, revisão, expedição e arquivamento de correspondências, atos e demais documentos, assim como o registro de documentos, correspondências e processos destinados ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como sua tramitação e guarda, consoante as normas específicas;
- assistir ao Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais, promovendo articulação com o Ministério das Relações Exteriores, visando o relacionamento harmônico entre as instâncias, inclusive na análise e proposição de ações para a promoção comercial externa de produtos e serviços dos setores energético e de minas, por determinação do Ministro de Estado;
 - assistir ao Ministro de Estado e aos dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério na coordenação e supervisão dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais, nos segmentos de atuação do MME;
- orientar e subsidiar as ações de integração energética, no âmbito internacional, assim como prestar apoio às missões estrangeiras, visando dar o suporte que se fizer necessário para concretizar ações relacionadas com as áreas específicas do Ministério;
- organizar, orientar e subsidiar a participação do Ministro de Estado ou de seu representante em foros e reuniões internacionais relacionados à área de atuação do Ministério; e
- promover a condução de atividades de ouvidoria-geral, oferecendo aos cidadãos, que apresentam solicitações ao Ministério, auxílio na tramitação de suas demandas de modo a buscar as soluções necessárias, bem como permitir às áreas do MME aprimoramento dos seus processos de trabalho a partir da natureza das demandas recebidas.

Realizações do Gabinete do Ministro – GM

Para a consecução das atividades mencionadas nos parágrafos anteriores, o Gabinete do Ministro tem a seguinte estrutura:

- 1) - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**
- 2) - Assessoria Internacional - ASSINT**
- 3) - Assessoria Parlamentar - ASPAR**
- 4) - Assessoria Técnica e Administrativa – ASTAD**
- 5) - Ouvidoria-Geral - OUVIR**

No que tange às atividades de assessoramento mais direto ao Ministro de Estado, no exercício de 2011 foram realizados diversos trabalhos, cotidianamente, a exemplo de:

- elaboração de material técnico de suporte ao Ministro de Estado, tais como notas técnicas, relatórios, *releases*, apresentações, discursos, entre muitos outros;
- coleta, triagem e análise de dados técnicos de modo a oferecer subsídios ao Ministro de Estado em diversas questões, sistematicamente, no âmbito do MME e no ambiente externo;
- elaboração de todos os atos a serem firmados pelo Ministro de Estado, incluindo avisos, exposições de motivos, ofícios, portarias e outros atos regulamentares;
- assessoramento ao Ministro de Estado no acompanhamento de questões específicas, que requeiram atuação ao nível do Gabinete do Ministro;
- planejamento e acompanhamento de toda a logística necessária aos deslocamentos do Ministro de Estado, no Brasil e no exterior;
- registro e atualização da composição de Conselhos de Administração e Fiscais, de todas as Empresas vinculadas ao MME, bem como acompanhamento dos respectivos mandatos;
- assessoramento ao Ministro de Estado em todas as questões inerentes às atividades de Controle Interno, incluindo a tramitação das prestações de contas anuais, os relatórios de auditoria e demais demandas da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, bem como na articulação e relacionamento com esses Órgãos de Controle.
- planejamento, organização, acompanhamento e registro de todas as audiências concedidas a parlamentares, autoridades governamentais, agentes setoriais, empresários dos setores de minas e energia, representantes de organismos estrangeiros, potenciais investidores, representantes de associação setoriais, entre outros;
- elaboração e registro de todas as memórias de reuniões do Gabinete, bem como acompanhamento acerca das providências inerentes a cada uma delas;
- manutenção e atualização do sistema “*Share Point*”, que permite o acompanhamento gerencial e compartilhamento da condução de procedimentos, tarefas e projetos pelo Gabinete do Ministro e demais áreas do Ministério;
- assessoramento na elaboração de apresentações técnicas inerentes às áreas de atuação do Ministério;

- assessoramento na elaboração de material de conteúdo técnico a ser divulgado pelo Ministro de Estado junto aos públicos externos ou aos meios de comunicação.

Nos parágrafos seguintes estão indicadas as principais realizações de 2011, das áreas do Gabinete do Ministro, consolidando, assim, o relatório de gestão, no referido exercício.

1) Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Nos trabalhos de planejar, promover, coordenar e orientar as atividades de comunicação de governo, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME, observada a orientação normativa do órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, a ASCOM, no exercício de 2011, concretizou as seguintes realizações:

- divulgação das ações do Ministério e Secretarias na mídia internacional e nacional;
- aumento na produção de matérias para a página inicial do MME e página das Secretarias;
- produção de releases/avisos de pauta para divulgar as ações do MME e Secretarias;
- apoio na produção de material da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR para a página sobre Energia, lançada no Portal Brasil no último dia 15 de dezembro, com textos sobre temas relacionados ao Pré-sal, energia elétrica, planejamento energético, biodiesel, biocombustível, etanol, entre outros;
- participação de reuniões promovidas pela SECOM/PR para tratar de estratégias de interesse do MME;
- produção de artigos e discursos de apoio ao Ministro;
- produção diária de clipping de matérias eletrônicas para o Ministro de Estado, autoridades do MME e demais funcionários, via Intranet;
- produção de clipping de críticas da rádio e da TV para o Ministro de Estado;
- reuniões/contatos permanentes com jornalistas (colunistas) dos principais periódicos brasileiros para divulgações de ações específicas de interesse do Ministério;
- envio de notas e informações de interesse do Ministério para os principais colunistas do Brasil;
- produção de matérias para a Intranet, com o objetivo de melhorar o canal de comunicação do MME com seu público interno;
- acompanhamento das notícias veiculadas nos jornais, revistas, rádios e TVs;
- monitoramento em tempo real das notícias veiculadas na web;
- acompanhamento do Ministro de Estado, Secretários e Diretores do MME em eventos; e
- acompanhamento de entrevistas concedidas pelo Ministro de Estado, Secretários, técnicos e outros servidores do Ministério.

Em relação à consecução dos referidos trabalhos, os seguintes dados devem ser ressaltados.

- **Produção interna:** a produção de matérias, *releases* e avisos de pauta tiveram aumento em 2011 em relação aos anos anteriores. Este ano foram publicadas 547 matérias no sítio eletrônico do MME, e replicadas nas páginas das Secretarias de acordo com a relevância e tema. Este número representa um aumento de aproximadamente 37% em relação a 2010, quando foram publicados 400 textos.
- **Atendimentos à imprensa:** em 2011, a ASCOM atendeu a 820 demandas da imprensa. Os pedidos de pauta chegaram da imprensa nacional, regional e internacional;
- **Clipping jornais/revistas:** acompanhamento de matérias veiculadas nos principais jornais do país, fazendo-se as respectivas triagens e análises de conteúdos, o que resultou no total de 365 clippings, enviados diariamente ao Ministro, Secretários e todos os servidores do MME.
- **Clipping rádio e TV:** Em 2011, a Ascom implantou o serviço de clipping de rádio e TV. O monitoramento foi feito nos principais veículos eletrônicos do país. Ao todo, foram encontradas 800 matérias de rádio e 2.905 reportagens de TV; Desse total, 120 reportagens de rádio e 136 de TV citaram o Ministro Edison Lobão;
- **Cobertura fotográfica:** A ASCOM acompanha reuniões, eventos, palestras e seminários que são realizados no Ministério ou aquelas em que o Ministro e as Autoridades participam. Durante todo o ano de 2011, foram feitas 292 coberturas fotográficas desses eventos;
- **Fomento:** apoio à produção de material da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR para o Portal Brasil, Blog do Planalto, programa “Café com a Presidenta” e o programa “Bom dia, Ministro”. Especialmente em 2011, a ASCOM trabalhou articulada com a SECOM para elaboração de material para *hotsite* no Portal Brasil especial sobre “Energia”, lançado no dia 15 de dezembro;
- **Eventos:** a ASCOM preparou *releases*, avisos de pauta e deu suporte às ações e eventos promovidos pelas Secretarias do MME. Exemplo disto é o seminário “Gás Natural: A Lei do Gás e o Planejamento de Expansão da Malha de Transporte”, que ocorreu em novembro de 2011 no Ministério. Outro evento que também contou com o apoio da ASCOM foi o lançamento do “World Energy Outlook 2011”, relatório anual sobre a situação energética mundial, lançado pela Agência Internacional de Energia (AIE) no MME.

2) Assessoria Internacional – ASSINT

Durante o ano de 2011 a Assessoria Internacional desempenhou ações de apoio às atividades do Ministro de Estado e das demais dirigentes do Ministério em audiências e outros compromissos com autoridades estrangeiras, reuniões e eventos multilaterais com a participação de representantes diplomáticos e comitivas de diversos países, tanto na área de energia quanto de geologia e mineração.

O número de trabalhos realizados é significativo e crescente. Entre eles cabe destacar:

- Apoio à participação do Ministro e do Secretário Executivo em eventos internacionais;
- Apoio à participação de comitivas técnicas do MME em eventos internacionais;
- Articulação com representações diplomáticas, agências e organismos internacionais, organizações multilaterais;

- Elaboração de cadernos informativos para subsidiar o Gabinete do Ministro e as áreas técnicas sobre temas internacionais de interesse do Ministério, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- Análise de propostas de documentos bilaterais internacionais para celebração de acordos ou adesão a acordos de cooperação em áreas de interesse do Ministério.
- Organização de videoconferências entre equipes técnicas do MME e contrapartes internacionais;
- Participação em reuniões sobre temas da agenda internacional em diversos órgãos;
- Elaboração de atas e memórias de reuniões;
- Apoio aos serviços de interpretação nas reuniões de caráter internacional realizadas no MME; e
- Tradução e revisão de minutas de documentos, de apresentações técnicas e de textos diversos.

Resumidamente, pode-se dizer que a Assessoria Internacional atua em eventos que demandam ação pontual, bem como em compromissos que demandam acompanhamento permanente.

No que se refere às ações pontuais pode-se destacar as atividades preparatórias que envolvem a recepção de uma delegação estrangeira no MME: preparação de material informativo, levantamento de dados sobre a cooperação bilateral, trilateral e multilateral com o país/instituição visitante, pesquisa do perfil acadêmico-profissional do representante do país/instituição, articulação com a respectiva Embaixada e MRE, bem como análise da pauta requerida.

Em 2011, o MME recebeu representantes de 46 países, 11 organismos internacionais e 13 empresas estrangeiras. Entre eles: Guiné, Tanzânia, Nigéria, Índia, Escócia, Moçambique, Canadá, Países Baixos, Chile, Peru, Nicarágua, Geórgia, Uruguai, Argélia, Japão, Itália, Austrália, Coreia, Ucrânia, Portugal, Irã, Iraque, Nepal, Cuba, Cingapura, Cazaquistão, Turquia, Rússia, México, Estados Unidos, França, Dinamarca, Tailândia, União Europeia, Letônia, China etc.

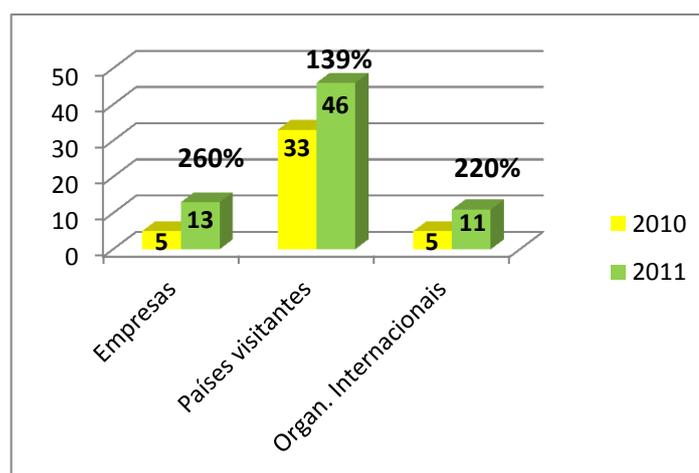


Figura 5: Evolução da quantidade de visitas ao MME por empresas, países e org. internacionais.

Em 2011, a Assessoria Internacional promoveu um acompanhamento mais eficaz das ações continuadas do MME no âmbito internacional, tais como compromissos em subcomissões, em grupos de trabalho, em diálogos estratégicos de alto nível, firmados com países e organismos multilaterais. Entre os compromissos periódicos que se tornaram mais consistentes em 2011, destacam-se:

- Apoio à participação do Ministro na Comissão Nacional da Conferência Rio +20;
- Apoio ao Ministro, Grupo Técnico e Sherpas⁶ na iniciativa instituída pelo Secretário-Geral da ONU denominada Grupo de Alto Nível em Energia Sustentável para Todos;
- Apoio ao lançamento da publicação “*World Energy Outlook 2011*”, da Agência Internacional de Energia;
- Acompanhamento do Diálogo Estratégico em Energia e dos Planos de Ação Brasil-Estados Unidos;
- Acompanhamento dos grupos da iniciativa *Clean Energy Ministerial* – CEM; e
- Acompanhamento das ações do Fórum Internacional de Energia – IEF.

Outros compromissos periódicos, os quais a ASSINT acompanhou em 2011:

- OLADE – Organização Latino- Americana de Energia: reuniões técnicas e ministeriais;
- Mercosul SGT 15 – Geologia e Mineração: reuniões técnicas;
- Mercosul SGT 9 – Energia: reuniões técnicas;
- UNASUL – União de Nações Sul-Americanas: reuniões técnicas e ministeriais;
- IPHE – Parceria Internacional sobre Hidrogênio: reuniões técnicas e gerenciais;
- Sistema de Certificação de Kimberley: iniciativa da ONU, conduzida por MRE/MF/MDIC/ MJ/ABIN/MME; e
- Agência Internacional de Energia – Grupos de Trabalho (IA) em Hidroeletricidade, Bioenergia, *Solar Paces* e CERT – *Committee on Energy Research and Technology*.

Em 2011 a ASSINT participou de

	Audiências	Reuniões no MME	Reuniões Externas	Teleconferência	Vídeo conferência	Eventos
Execução	84	147	60	31	4	43

A ASSINT atuou ainda, no apoio à participação do Ministro de Minas e Energia e comitiva em aproximadamente 40 missões internacionais, das quais se destacam:

- Clean Energy Ministerial – CEM, nos Emirados Árabes Unidos;
- Junta Governativa da Agência Internacional de Energia – IEA, na França;
- Iniciativa trilateral Índia, Brasil e África do Sul – IBAS, na África do Sul;
- Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação – COSBAN na China
- Grupo de Alto Nível de Energia Sustentável para Todos, da Organização das Nações Unidas

3) - Assessoria Parlamentar – ASPAR

A Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia essencialmente tem por finalidade prestar apoio e assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do MME em assuntos relacionados ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores, acompanhando a tramitação de proposições e matérias de interesse do MME, bem como

⁶ Dirigentes de alto nível de organizações internacionais

atendendo às solicitações encaminhadas pelos congressistas, federais, estaduais e municipais, ao Ministério.

Em 2011 a ASPAR/MME participou de compromissos, audiências e eventos do Ministro de Estado e demais autoridades do MME que tiveram a participação de Parlamentares ou que envolveram o Congresso Nacional, visando a promover uma maior interação dos Congressistas com os programas desenvolvidos nas áreas de energia, mineração, petróleo, gás e combustíveis renováveis.

Audiências, Eventos e Reuniões

A ASPAR/MME acompanhou todas as audiências públicas, reuniões deliberativas, seminários e demais encontros realizados na Câmara dos Deputados, Senado Federal e demais órgãos do Executivo, que discutiram proposições e temas afetos ao Ministério de Minas e Energia, perfazendo o total de **648** eventos.

Em especial, cabe destacar aqueles eventos em que o Ministro de Estado de Minas e Energia e o Secretário-Executivo participaram como palestrantes:

- **23 de agosto de 2011** - AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, nas Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, que debateu a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira. **Palestrante:** Exmo. Sr. Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME;
- **8 de novembro de 2011** - AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, nas Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, que debateu a Renovação das Concessões. **Palestrante:** Exmo. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME.
- **6 de dezembro de 2011** - CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ENERGIA – Sustentabilidade Energética no Século XXI – Realização: Academia Brasileira de Filosofia e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados – CMADS. **Palestrante:** Exmo. Sr. Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME. Oportunidade em que foi agraciado com o título de Acadêmico Honoris Causa da ABF – Academia Brasileira de Filosofia.

Aperfeiçoamento da Legislação

No Congresso Nacional, a ASPAR/MME acompanha aproximadamente 1.469⁷ propostas legislativas, tais como: Projetos de Lei, Projetos de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias, entre outros, que buscam modificar, de alguma forma, as legislações aplicadas aos setores de Energia, Mineração e Petróleo e Gás.

Destacam-se nesse universo as seguintes proposições:

a) Royalties do petróleo:

PL 2.565/2011 (PLS 448/2011 no Senado), seus apensados e matérias correlatas;
Tramitação: Câmara dos Deputados.

PLS 138/2011, PLS 634/2011 e PLS 668/2011, seus apensados e matérias correlatas;

⁷ Com o fim da 53ª Legislatura (de 2008 a janeiro de 2011) aproximadamente 440 proposições acompanhadas pela Pasta foram arquivadas, justificando a redução desse número, se comparado com o Relatório de Gestão 2010.

Tramitação: Senado Federal.

b) Concessões de energia elétrica:

PEC 121/11, PL 2.514/11 e PL 5.438/09, seus apensados e matérias correlatas;

Tramitação: Câmara dos Deputados.

PLS 644/2011 e PEC 81/2011, seus apensados e matérias correlatas;

Tramitação: Senado Federal

c) Mineração em terras indígenas / Royalties da mineração:

PL 1.610/1996 (PLS 121/1995 no Senado), seus apensados e matérias correlatas;

Tramitação: Câmara dos Deputados.

PLS 1/2011 e seu apensado, o PLS 283/2011;

Tramitação: Senado Federal.

d) Política nacional de irrigação / Tarifação de energia elétrica (irrigação)

PL 6.381/2005 (PLS 229/1995 no Senado), seus apensados e matérias correlatas;

Tramitação: Câmara dos Deputados.

PLC 42/2010 (PL 6.834/2006 na Câmara dos Deputados), seus apensados e matérias correlatas;

Tramitação: Senado Federal.

e) Eclusas:

PL 3009/1997 (PLS 59/1996 no Senado), seus apensados e matérias correlatas;

Tramitação: Câmara dos Deputados.

PLS 497/2011

Tramitação: Senado Federal

f) Código florestal:

PL 1.876/1999 (PLC 30/2011 no Senado) e seus apensados;

Tramitação: Câmara dos Deputados.

g) Reserva Global de Reversão (RGR):

PLS 372/2011, seus apensados e matérias correlatas;

Tramitação: Senado Federal

Nesse contexto, as proposições que foram convertidas em normas jurídicas no ano de 2011 e que tiveram relação com este Ministério foram:

a. LEI Nº 12.379, DE 6 DE JANEIRO DE 2011. (*Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV.*)

b. LEI Nº 12.385, DE 3 DE MARÇO DE 2011. (MP nº 501/2010) (*Dentre outras providências, autoriza a mudança de combustível de usinas termelétricas, inclusive as que tenham celebrado CCEAR.*)

- c. **LEI Nº 12.431, DE 24 DE JUNHO DE 2011 (MP nº 517/2010).** *(Dentre outras providências, institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - Renuclear);*
- d. **LEI Nº 12.453, DE 21 DE JULHO DE 2011. (MP nº 526/2011)** *(Dentre outras providências, versa sobre a concessão de crédito aos projetos de investimento do setor elétrico.)*
- e. **LEI Nº 12.490, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011 (MP nº 532/2010).** *(Dentre outras providências, dispõe sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis)*
- f. **LEI COMPLEMENTAR nº 140/2011, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.** *(Dentre outras providências, dispõe sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.)*
- g. **LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011 (MP 540/2011).** *(Dentre outras providências, cria o benefício fiscal do crédito presumido para o produtor industrial de biodiesel.)*
- h) **LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.** *(Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia e de empresas do Grupo PETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 5.736.647.926,00, para os fins que especifica.)*
- i) **LEI Nº 12.582, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.** *(Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor de empresas estatais federais do Grupo ELETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$ 1.055.118.669,00, para os fins que especifica.)*

Outras Demandas

a) Requerimentos de Informação

Neste ano de 2011, o Ministério de Minas e Energia – MME, por meio da ASPAR/MME, acompanhou 156 Requerimentos de Informação encaminhados pelas duas Casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Desse universo:

- 144 requerimentos foram efetivamente respondidos;
- 1 requerimento tramita em caráter oficial; e
- 11 requerimentos propostos tramitam antecipadamente.

b) Indicações

O Ministério de Minas e Energia, por meio da ASPAR, acompanhou, em 2011, **26** Indicações encaminhadas pela Casa Civil da Presidência da República.

Desse universo:

- 11 indicações foram efetivamente respondidas; e
- 15 indicações aguardam manifestação das áreas correspondentes;

c) Demandas oriundas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores;

Durante todo o exercício 2011, a ASPAR/MME acompanhou aproximadamente 672 demandas provenientes do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores.

d) Audiências ocorridas no Ministério de Minas e Energia solicitadas por parlamentares federais, estaduais e municipais;

Em 2011, a ASPAR/MME acompanhou aproximadamente **667** audiências com o Ministro de Estado e demais autoridades do MME, que tiveram a participação de parlamentares.

4) Assessoria Técnica e Administrativa – ASTAD

No exercício de suas competências, ao longo do ano de 2011, devem ser destacadas as principais realizações da ASTAD conforme apresentado a seguir:

- acompanhamento da tramitação de expedientes de interesse do Ministério, no âmbito interno e, quando demandado, em outras instâncias externas;
- orientação, acompanhamento e encaminhamento do tocante à publicação dos atos e despachos do Ministro de Estado, do Chefe do Gabinete do Ministro e de seu Substituto, bem das demais autoridades do Ministério;
- protocolo e controle da tramitação, do arquivamento e guarda dos documentos, correspondências e processos remetidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como controle dos dados de referência;
- manutenção do sigilo e segurança no trâmite e na guarda de correspondências e documentos com caráter de confidencialidade, dirigidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro;
- execução e controle de trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução das atividades informatizadas, no âmbito do Gabinete do Ministro;
- condução de providências com vistas à emissão de passaportes e concessão/renovação de vistos para autoridades do Ministério;
- condução das atividades de caráter técnico-administrativo de responsabilidade do Gabinete;
- produção de textos de documentos e expedientes oficiais;
- correção e ajustes de minutas de expedientes a serem submetidos ao Ministro de Estado;
- acompanhamento e controle da composição de conselhos de administração e fiscais, no âmbito das empresas vinculadas ao MME;
- coordenação dos trabalhos de digitação e redação destinados ao Gabinete do Ministro;
- condução de todos os procedimentos necessários ao encaminhamento à publicação de matérias no Diário Oficial da União;
- informações de apoio ao Ministro de Estado, relativas à decisão, eventos internos e externos e agenda;
- acompanhamento dos assuntos federativos, previsto no Decreto nº 6.005, de 28 de dezembro de 2006, para a maior articulação com os entes da federação.

Em relação às atividades de produção de documentos e de protocolo, expedição e tramitação de documentos e processos, cabe destacar o detalhamento do que foi realizado:

Tabela XIV: Quantidade de textos produzidos

TIPOS DE TEXTOS PRODUZIDOS	QUANTIDADES
A – Avisos	279
B - Exposições de Motivos	60
C - Ofícios e Expedientes Diversos	1.761
D – Portarias	703
E - Clipping do Diário Oficial da União	270
F - Correções de Textos	3.073
G - Matérias para publicação na Imprensa Nacional	905
TOTAL GERAL	7.051

Protocolo (expedição e tramitações)

Tabela XV: Quantidade de expedições

TIPOS DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS	QUANTIDADES
Avisos	279
Exposição de Motivos	60
Ofícios e Expedientes Diversos	1.761
TOTAL GERAL	2.100

Tabela XVI: Quantidade de tramitações

TIPOS DE DOCUMENTOS QUE FORAM TRAMITADOS	QUANTIDADES
Avisos, Boletins, Cartas, Fax, Memorandos, Notas Técnicas, Ofícios, Pareceres, Relatórios, Convites, Solicitações de Agenda e Expedientes Diversos	20.014
Processos	2.015
Total Geral	22.029

5) Ouvidoria-Geral – OUVIR

A Ouvidoria foi criada pelo Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, em consonância com a determinação do Governo Federal de promover contínua e efetivamente a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e dos serviços públicos prestados à sociedade.

A Ouvidoria-Geral é a unidade responsável por receber, registrar, conduzir internamente, responder e/ou solucionar as manifestações (denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios e consultas) de cidadãos-usuários, internos ou externos, e de instituições acerca das atividades e serviços de competência do MME, com o intuito de aprimorar ou corrigir os serviços prestados.

O cidadão pode comunicar-se com a Ouvidoria por meio do link:

www.mme.gov.br/ouvidoria/externo

- por carta ou pessoalmente: Esplanada dos Ministérios - Bloco "U" - 5º andar, sala 539 - CEP: 70.065-900 - Brasília – DF
- por telefone: (61) 2032-5258, (61) 2032-5036
- por correio eletrônico: ouvidoria.geral@mme.gov.br

No exercício de suas competências, ao longo do ano de 2011, devem ser destacadas as principais realizações da Ouvidoria-Geral:

- atendimento aos cidadãos em solicitações relativas a serviços ou informações de responsabilidade das áreas do Ministério, Órgãos e Empresas a ele vinculados, e concessionários setoriais;
- representação do Ministério de Minas Energia em entidades e organizações internas e externas e fóruns relacionados à atividade de Ouvidoria;
- promoção de entendimentos com os dirigentes dos órgãos e das entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à área de competência inerente aos trabalhos de Ouvidoria-Geral;
- atendimento às partes interessadas - cidadão, órgãos internos e entidades externas - em assuntos relativos à atividade de Ouvidoria e sob sua responsabilidade;
- intermediação nas relações entre os cidadãos e o Ministério, exercendo suas competências, incluindo o acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias junto aos órgãos internos e entidades vinculadas, no sentido de assegurar respostas aos cidadãos;
- estabelecimento de canais de comunicação destinados a facilitar e a agilizar o trâmite das manifestações apresentadas pelos cidadãos e a solução dos pleitos delas decorrentes
- realização, direta ou indiretamente, do acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias à apuração das reclamações e denúncias formuladas, informando ao demandante, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos;
- registro e disseminação de informações e conhecimentos aos titulares dos órgãos do MME e de suas entidades vinculadas, sobre reclamações a respeito de deficiências nas respectivas áreas de atuação, contribuindo para que sejam promovidos os meios próprios destinados a prevenir, combater e fazer cessar qualquer conduta inadequada à administração pública, empreendendo melhoria e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral;
- participações em cursos e seminários específicos, com o objetivo de aprimorar a atuação dos servidores que atuam na Ouvidoria-Geral;

- implementação de melhorias no sistema destinado à recepção, triagem e tramitação das demandas oriundas de todas as partes do País.

Em relação à natureza e às quantidades das demandas apresentadas, no exercício de 2011, a Ouvidoria-Geral movimentou 3.266 manifestações, sendo 393 oriundas da Presidência da República, as tabelas a seguir ilustram suas características:

Tabela XVII: Quantidade de demandas por tipo

CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS APRESENTADAS	QUANTIDADES
Reclamação	1457
Solicitação	1626
Sugestão	81
Denúncia	9
Elogios	14
Outros	10
TOTAL	3197

Tabela XVIII: Quantidade de demandas por áreas de interesse

Áreas Internas	QUANTIDADES
Gabinete do Ministro	17
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético	305
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Comb. Renováveis	275
Ouvidoria-Geral	167
Secretaria de Energia Elétrica	146
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	98
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	59
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	34
Questões Ambientais	25
Assessoria de Comunicação Social	21
Assessoria Econômica	12
Secretaria-Executiva	12
Consultoria Jurídica	8
Biblioteca	7
Assessoria Parlamentar	5

Assessoria Internacional	2
Comissão de Ética	2
TOTAL	1195

ENTIDADES VINCULADAS	QUANTIDADES
ANEEL	407
DNPM	149
PETROBRAS	149
▪ TRANSPETRO	6
▪ LIQUIGÁS	5
▪ BR-DISTRIBUIDORA	4
ELETROBRAS	62
▪ CHESF	59
▪ ELETRONUCLEAR	37
▪ ELETROPAULO	30
▪ FURNAS	24
▪ ELETRONORTE	21
▪ CEPTEL	17
▪ RELUZ	10
▪ ELETROSUL	9
▪ ITAIPU	1
ANP	57
CPRM	10
EPE	4
TOTAL	1061

CONCESSIONÁRIAS	QUANTIDADES
CELPA	32
CPFL	30
CEMIG	29
COELBA	26
LIGHT	26

CEMAR	20
AMPLA	19
ELEKTRO	12
BANDEIRANTE ENERGIA	6
OUTRAS	68
TOTAL	268

PROGRAMAS	QUANTIDADES
LUZ PARATODOS	541
PROMINP	41
PROINFA	9
TOTAL	591

OUTROS ÓRGÃOS	QUANTIDADES
Consórcio Norte Energia/UHE Belo Monte	100
IBAMA	8
SEC.MEIO AMBIENTE	4
MPS	4
GOVERNOS	3
PREFEITURAS	3
DEFESA	3
ANA	2
FUNAI	2
OAB	2
CSN	2
DNIT	2
MRE	2
MC	2
COMISSÃO DE ANISTIA/MP	2
OUVIDORIA DO SERVIDOR/MP	2
MAPA	1
M.CIDADES	1

EMBRAPA	1
MCT	1
MEC	1
STJ	1
CGU	1
TOTAL	150

f) Avaliação Sistêmica da Secretaria-Executiva a respeito das Secretarias Finalísticas

Tendo em vista a exigência do TCU, estabelecida na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 art. 1º, e conforme a orientação da Norma de Execução nº 3, de 27 de dezembro de 2010 (item 4.5), aprovada por meio da Portaria nº 2.546/2010-CGU, apresenta-se abaixo as avaliações sistêmicas das Secretarias finalísticas. As avaliações consistem em se comparar as atividades realizadas pelas Secretarias finalísticas com suas atribuições regimentais descritas no Decreto nº 5.267/2004 e as políticas públicas às quais as atividades estão associadas.

f.I) Secretaria de Energia Elétrica – SEE

A análise do relatório de gestão de 2011, no que se refere às competências da Secretaria de Energia Elétrica - SEE identificou as ações, com foco no cumprimento das atribuições regimentais da SEE, de maneira a mensurar os resultados alcançados, nas seguintes vertentes:

- Contribuição para o cumprimento das políticas públicas atribuídas ao MME;
- Contribuição para alcance das metas setoriais atribuídas ao MME;
- Execução das atribuições da SEE.

Cada vertente foi avaliada com a preocupação da busca do equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, da universalização do acesso à energia, da modicidade tarifária e do equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais, com destaque para as atividades do ambiente de expansão e operação do sistema elétrico e as ações do ambiente de resposta, do mercado consumidor, visando à satisfação de suas necessidades.

Ambiente de Oferta

Geração de Energia Elétrica – A capacidade de geração de energia elétrica, em potência instalada, ao final de 2011 totalizou 117.135 MW. O incremento da matriz de geração de energia elétrica ao longo de 2011, de 4.200 MW, ofereceu ao sistema de produção de eletricidade mais recursos para fazer face ao crescimento do mercado nacional, quer em atividades de exportações quer em atividades de ampliação do consumo interno. A matriz de produção de energia elétrica evoluiu, mantendo o predomínio de produção por fontes renováveis, aproximadamente 80%, que emitem

menos gases poluentes no meio ambiente e causam menores custos de produção de eletricidade, o que favorece a modicidade tarifária e assegura à nossa matriz posição de destaque no cenário mundial entre as que menos contaminam o meio ambiente.

Sistema de Transmissão e Transformação de Energia Elétrica – O sistema de Linhas de Transmissão - LT de energia elétrica, ao final de 2011, alcançou a marca de 104.000 km, com o acréscimo de 3.167 km no ano de 2011. Parte desse crescimento foi proporcionada pela conclusão dos empreendimentos de transmissão LT Chapadão/Inocência/Ilha Solteira – 230 kV Circuito 1, 2 e 3, com 742 km e LT Juina/Brasnorte – 230 kV, com 430 km. Outro destaque foi a entrada em operação da LT Coletora Porto Velho/Porto Velho, Circuito 1 e 2, por ser a primeira fase do complexo de obras da Integração do Madeira, o que possibilitará a operação da UHE Santo Antônio e proporcionará aumento da confiabilidade de suprimento à região da Capital de Rondônia. Ainda no sistema gerador de hidreletricidade do Rio Madeira está em fase adiantada de construção o primeiro bipolo da LT Madeira/Porto Velho/Araraquara, com 2.375 km de extensão, para escoamento da energia hidrelétrica gerada nas usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.

Interligação dos Sistemas Isolados – No âmbito das interligações ao Sistema Interligado Nacional – SIN dos grandes sistemas isolados, o destaque ficou a cargo da continuação das obras de grandes empreendimentos como a LT Tucuruí/Macapá/Manaus – 500 kV, com 1.846 km, com previsão de conclusão em 2013.

Transformação de Energia – A capacidade instalada de transformação de energia, em 2011 foi ampliada em 11.080 MVA, o que alcançou, ao final do ano, o valor de 230.200 MVA, distribuídos em 75 Subestações - SE da rede básica no território nacional. As subestações de destaque foram a SE Piratininga II – 345/138/88 kV, com 1.200 MVA, SE Jauru – 500/230 kV, com 750 MVA e SE Ilha Solteira 2/SP, com 1.350 MVA.

Gestão do Setor Elétrico – As atividades institucionais de gestão priorizaram o monitoramento da evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica, no território nacional, em conformidade com a política tarifária vigente. Quando necessário houve participação na implementação de políticas que asseguram o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda, nos estudos para definição de tarifas diferenciadas para classes especiais de consumo e processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais. A modicidade tarifária manifesta-se como consequência da aplicação dos seguintes princípios nos trabalhos de gestão do setor:

- Desenvolver estudos com a finalidade de criar políticas para promoção da modicidade tarifária;
- Evitar novos subsídios ou descontos tarifários que gerem impactos nas tarifas;
- Evitar aumento dos percentuais dos subsídios ou descontos tarifários já existentes;
- Priorizar tecnologias que levem à redução tarifária e melhorem a qualidade dos serviços de energia elétrica;
- Aperfeiçoar o processo de comercialização da energia elétrica;
- Organizar as informações necessárias para obtenção dos montantes a serem contratados pelos agentes de distribuição e acompanhar a realização dos leilões de energia elétrica A-1, A-3, A-5 e de Reserva;
- Dar continuidade aos estudos para estabelecimento de políticas públicas para implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente – *Smart Grid*;

- Acompanhar a atualização da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, que agrupa condições gerais de fornecimento e direitos e deveres dos consumidores de energia elétrica;
- Acompanhar o processo de revisão metodológica e início do 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas – RTP das distribuidoras de energia elétrica.

A gestão da aplicação dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE preocupou-se com o uso dos valores arrecadados de forma a não provocar aumentos tarifários acima dos programados, o que foi conseguido pela liberação controlada dos subsídios para o Carvão Mineral Nacional para geração de eletricidade e das parcelas utilizadas no Programa Luz para Todos – LpT. A parte da Reserva Global de Reversão – RGR, usada no LpT, também foi feita em acordo com a Centrais Elétrica Brasileiras – Eletrobras, de forma a manter o equilíbrio do sistema arrecadador.

Ambiente de Demanda

Mercado Consumidor – A energia elétrica em Tera Watt Hora produzida em 2010 foi de 507 TWh e a produzida em 2011 foi de 525 TWh, com crescimento de 3,5 %. A classe de consumo industrial teve crescimento de 10,5 %, a classe de consumo residencial obteve acréscimo de 4,6 % e a classe comercial aumentou 6,3 %. O índice de perdas total, soma das perdas de transmissão e distribuição, cresceu 3 % em 2011, quando comparado ao ano de 2010, indicando que os fortes desvios sociais na energia medida nos sistema de distribuição persistem. O Número de Unidades Consumidoras Totais – NUCT aumentou de 67,9 milhões, em 2010, para 70,3 milhões, em 2011. O incremento de 3,5 % supera o aumento demográfico da população porque as ligações do Programa Luz para Todos aumentam a taxa de atendimento do país, com incorporação de domicílios das regiões rurais que ainda não contavam com o benefício da eletricidade.

Programa Luz para Todos - LpT – O LpT foi prorrogado, pelo Decreto nº 7.520/2011, para o período 2011-2014. Em 2011 o LpT atendeu a mais 247.862 famílias rurais, beneficiando 1,2 milhão de pessoas. No acumulado, até dezembro de 2011, foram atendidos 2.902.398 de famílias, com benefício a aproximadamente 14,5 milhões de brasileiros do meio rural. Estima-se que a execução das obras, em 2011, tenha promovido a inserção de 37 mil pessoas no mercado de trabalho, com a utilização de 680 mil postes, 92 mil transformadores e 120 mil km de cabos para transmissão da eletricidade.

Ações como a publicação do decreto que instituiu a nova fase do LpT para 2011-2014, evitaram a desmobilização das empresas contratadas e proporcionaram a elaboração de contratos para 44,6 mil ligações e emprego de materiais alternativos, como cabos subaquáticos e postes de fibra de vidro, o que fez com que o LpT alcançasse 78% da meta estabelecida para o ano de 2011. O alcance da meta poderia ter sido maior caso não houvesse a inadimplência da concessionária Celg e o baixo desempenho das concessionárias da Região Norte, em razão da carência de mão de obra e dificuldades logísticas para execução de obras em regiões remotas.

Sistemas Isolados – Com a edição do Decreto nº 7.520/2011 houve a necessidade da publicação do novo Manual de Operacionalização do Programa, para o período 2011-2014, anexo à Portaria MME nº 628/2011, contemplando todas as diretrizes contidas no decreto. Ainda houve a necessidade da adequação do Manual de Projetos Especiais, cuja revisão está em andamento.

O Manual de Projetos Especiais estabelece os critérios técnicos e financeiros para o atendimento às comunidades isoladas e de difícil acesso. Dentre as opções tecnológicas, serão considerados os

sistemas de geração descentralizados, a partir de mini e micro centrais hidrelétricas, sistemas hidrocinéticos, usinas térmicas a biocombustíveis ou gás natural, usinas solares fotovoltaicas e torres eólicas para captar a força dos ventos. Serão empregados cabos subaquáticos que irão atender as ilhas fluviais e oceânicas, postes de fibra de vidro que, por flutuarem, podem ser transportados até em canoas, o que facilitará seus deslocamentos pelos árduos caminhos da região Amazônica.

Dos Projetos Especiais destacam-se a entrada em operação de 12 miniusinas solares com miniredes de distribuição, da Eletrobras Amazonas Energia, que beneficiam 1.110 pessoas de comunidades do município de Novo Airão, no Estado do Amazonas. Essas comunidades passaram a usufruir dos benefícios da energia elétrica para atendimento de suas necessidades básicas de iluminação, refrigeração e comunicação.

Ações Integradas - Visando otimizar as oportunidades proporcionadas pelo acesso à energia elétrica, o Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos estabelece, como um de seus objetivos, integrar-se “aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos estados para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e inclusão social da população beneficiada”.

O objetivo das Ações Integradas do LpT é que a energia elétrica utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de emprego e renda e contribuindo para a redução dos índices de pobreza. O LpT vem apoiando a criação de Centros Comunitários de Produção – CCP constituídos de pequenas agroindústrias que utilizam equipamentos elétricos para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, tais como resfriamento de leite, produção de rapadura, açúcar mascavo, doces de frutas; criação de animais de pequeno porte, artesanatos, confecções e outros.

Integrações Internacionais – O Brasil possui sistema de intercâmbio de energia elétrica com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Venezuela. No caso do Uruguai, Argentina e Paraguai o intercâmbio é feito por meio de conversoras de frequência porque estes países utilizam sistema elétrico em 50 ciclos, enquanto o brasileiro é de 60 ciclos. As conexões são em 230 kV e 500 kV e existe possibilidade de exportação e importação de energia elétrica. No caso da Bolívia e Colômbia o intercâmbio é feito por conexão em tensão de distribuição, em 13,8 kV, em cidades de fronteira nos estados de Mato Grosso, Acre e Amazonas. No caso da Venezuela, o intercâmbio é feito por conexão em 230 kV, apenas com a modalidade de importação de energia elétrica para abastecer o Estado de Roraima.

Principais Ações de 2011

Geração de Energia Elétrica

- Acréscimo de potência no sistema de geração de 4.200 MW;
- Entrada em operação da UHE Estreito com 1.084 MW;
- Entrada em operação da UHE Dardanelos com 261 MW;
- Entrada em operação da UTE Do Atlântico com 490 MW;
- Continuidade da construção da UHE Jirau com 3.300 MW e UHE Santo Antônio com 3.150 MW, no Rio Madeira.

Sistema de Transmissão e Transformação de Energia Elétrica

- Acréscimo de 3.167 km de linhas de transmissão e 11.080 MVA de capacidade de transformação ao Sistema Elétrico Brasileiro;
- Entrada em operação da LT Chapadão/Inocência/Ilha Solteira – 230 kV C1, C2 e C3, com 742 km;
- Entrada em operação da LT Juina/Brasnorte – 230 kV C1 e C2 com 430 km;
- Entrada em operação da LT Jauru/Cuiabá – 500 kV com 348 km;
- Continuidade da construção da LT Tucuruí/Macapá/Manaus – 500 kV, com 1.846 km, com previsão de conclusão em 2013.

Gestão do Setor Elétrico

- Desenvolvimento de estudos com a finalidade de criar políticas para promoção da modicidade tarifária;
- Ações para evitar novos subsídios ou descontos tarifários que gerem impactos nas tarifas;
- Ações para evitar aumento dos percentuais dos subsídios ou descontos tarifários já existentes;
- Priorização de tecnologias que levem à redução tarifária e melhorem a qualidade dos serviços de energia elétrica;
- Aperfeiçoamento do processo de comercialização da energia elétrica;
- Organização das informações necessárias para obtenção dos montantes a serem contratados pelos agentes de distribuição e acompanhamento da realização dos leilões de energia elétrica A-1, A-3, A-5 e de Reserva;
- Prosseguimento dos estudos para estabelecimento de políticas públicas para implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente – Smart Grid;
- Acompanhamento da atualização da Resolução Normativa ANEEL n° 414/2010, que agrupa condições gerais de fornecimento e direitos e deveres dos consumidores de energia elétrica;
- Acompanhamento do processo de revisão metodológica e início do 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas – RTP das distribuidoras de energia elétrica.

Programa Luz para Todos – LpT

- Efetuação de 247.862 novas ligações em 2011;
- Benefício a mais 1,2 milhão de pessoas;
- Atendimento acumulado, de 2004 a 2011, a 2.902.398 de famílias;
- Benefício acumulado, de 2004 a 2011, a 14,5 milhões de brasileiros do meio rural.

Conclusão

Os resultados das atividades da Secretaria de Energia Elétrica - SEE, executadas no ano de 2011, mostram consequência do exercício de suas competências, estabelecidas no Decreto nº 5.267/2004. Quando se avalia o comportamento dos indicadores e metas setoriais envolvidos nas complexas variáveis do ambiente de oferta e do ambiente de demanda de energia elétrica, constata-se forte contribuição na implantação das Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas para o MME. As realizações, calcadas nas diretrizes e formulações de políticas setoriais, emanadas do Governo Federal, são condizentes com os recursos humanos especializados disponíveis, superam as expectativas criadas pela parcimônia dos recursos financeiros disponíveis e corroboram a qualidade do ordenamento jurídico do setor elétrico nacional.

Sob todos os aspectos, a avaliação das atuações da SEE, no ano de 2011, quer se refira à análise de temas restritos, quer se refira à análise de temas amplos, mostra comportamento quantitativo e qualitativo condizente com o que a sociedade espera do setor e do sistema elétrico nacional.

f.II) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE

Avaliação Sistêmica da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

Tendo em vista a exigência do TCU, estabelecida nos termos da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, conforme a orientação da Norma de Execução nº 3, de 27 de dezembro de 2010 (item 4.5), aprovada por meio da Portaria n.º 2.546/2010-CGU, para elaboração do Relatório de Gestão, que se faça uma avaliação sistêmica das políticas públicas executadas pelas secretarias, apresenta-se abaixo uma estrutura básica para a elaboração dessa avaliação.

Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas no Plano Plurianual:

Políticas Públicas:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

Metas setoriais:

- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional, por um processo de planejamento participativo, que promova a diversificação da matriz energética, o uso de fontes renováveis, a eficiência e conservação de energia, incentivando a integração energética, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor;
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade, sob regras econômico-financeiras e políticas que permitam a remuneração atrativa dos

investimentos, em harmonia com os princípios da modicidade tarifária, do desenvolvimento sustentável e da universalização e inclusão social.

Lista das principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2011:

As ações e atividades realizadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético ao longo do ano de 2011 resultam dos trabalhos de suas áreas componentes e podem ser sintetizadas como:

Balço Energético Nacional e Matriz Energética

As principais ações e atividades neste segmento foram: a) A Publicação da Resenha Energética Brasileira em maio de 2011, contendo as Matrizes Energéticas do exercício de 2010 e outras informações relevantes, com manutenção de página na rede mundial de computadores; b) Elaboração de indicadores de emissões para projetos de crédito de carbono, c) Intercâmbio de informações energéticas com a Organização Latino-Americana de Energia – OLADE, Agência Internacional de Energia – AIE, Nações Unidas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e com outras entidades governamentais; d) Publicação de boletins de informação energética contendo informações nacionais e internacionais; e) Confecção de banco de dados de indicadores energéticos mundiais; f) Avanços no desenvolvimento, junto ao CEPEL, do modelo Matriz, que vem sendo utilizado para estudos energéticos prospectivos de longo prazo.

Plano Decenal de Expansão da Energia

O Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2020 foi submetido a processo de audiência pública em 2011 por meio das Portarias nº 344, de 1º de junho de 2011 e nº 441, de 18 de julho de 2011, e aprovado por meio da Portaria de nº 689, de 27 de dezembro de 2011. Este documento é fruto de trabalho conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e explicita de forma indicativa o programa de obras de geração e de forma determinativa o de transmissão de energia elétrica, criando as bases indispensáveis para os leilões de novos empreendimentos nestes dois segmentos.

O PDE 2020 constitui uma referência importante para o setor energético nacional. A incerteza do ambiente externo ressalta o papel do planejamento decenal no auxílio à formação das expectativas dos agentes do setor energético brasileiro, no sentido de buscar a utilização mais adequada dos recursos nacionais.

Num horizonte mais amplo, com vistas a subsidiar novos Planos Decenais e estabelecer uma base para estudos de projetos estruturantes, foram realizados estudos focados na expansão energética no período pós-decenal, até 2050.

Planejamento da Expansão da Geração de Energia

Além das ações e atividades atinentes ao PDE outras foram desenvolvidas pela SPE no segmento da geração de energia elétrica. Merece destacar os trabalhos para fundamentar a determinação das garantias físicas de energia das novas fontes de geração bem como das revisões destas características quando demandado. Além disso, estudos foram iniciados no ano de 2011 visando o estabelecimento de metodologia de cálculo de garantia física de potência.

Dentro do esforço empreendido pelo MME no sentido de regulamentar os procedimentos para a realização do recálculo da garantia física de empreendimentos do setor elétrico, destaca-se que foram estabelecidas metodologias para os seguintes casos:

- Metodologia de cálculo de garantia física de energia de Usina Termelétrica - UTE que tenha autorizada a mudança de combustível, nos termos do Decreto nº 7.523, de 8 de julho de 2011 – Portaria MME nº 7, de 5 de janeiro de 2012;
- A Portaria MME nº 8, de 5 de janeiro de 2012, colocou em consulta pública uma minuta de portaria que estabelece a metodologia de revisão dos montantes de garantia física de energia das UTEs totalmente inflexíveis com Custo Unitário Variável – CVU nulo. Esta consulta pública teve por objetivo aperfeiçoar a aplicabilidade da Portaria MME nº 735, de 17 de agosto de 2010.

Em função das análises técnicas realizadas no período de 2011, foram alcançados os seguintes resultados:

- Cálculo e recálculo (com base em alteração de projeto básico) de garantia física de PCHs e CGHs. Garantia física publicada: 16 usinas;
- Revisão da garantia física com base na geração média de energia elétrica verificada de PCHs e CGHs
 - Em janeiro de 2011
 - Número de usinas analisadas: 148
 - Usinas com aumento de garantia física: 6
 - Usinas com diminuição de garantia física: 67
 - Em julho de 2011
 - Número de usinas analisadas: 163
 - Usinas com aumento de garantia física: 1
 - Usinas com diminuição de garantia física: 42
- Revisão extraordinária dos montantes de garantia física de energia de Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, com capacidade superior a 30 MW.
 - Em março de 2011
 - Número de usinas analisadas: 2
 - Em setembro de 2011
 - Número de usinas analisadas: 6
- Leilão A-3 e do Leilão de Reserva de Energia – 2011. Garantias físicas publicadas:
 - PCH: 14
 - UTE a Gás Natural: 24
 - UTE a Biomassa: 52
 - Eólicas: 323
 - UHE: 1
- Leilão A-5 – 2011. Garantias físicas publicadas:
 - PCH: 8
 - UTE a Gás Natural: -
 - UTE a Biomassa: 11
 - Eólicas: 296
 - UHE: 8

Planejamento da Expansão da Transmissão de Energia

No segmento da transmissão de energia elétrica compete relacionar as seguintes atividades:

- a) Consolidação de Obras de Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão agregando tanto a visão de operação (Plano de Ampliações e Reforços) quanto a visão de planejamento (Programa da Expansão da Transmissão), conferindo ao Setor Elétrico Brasileiro (SEB) uma referência comum no que se refere ao conjunto das obras que serão licitadas, e do conjunto das obras que serão objetos de atos autorizativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Esta atividade engloba documentos aprovados pela SPE, com destaque para os Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Socioambiental - EVTE; Detalhamento de Alternativas de Referência, Caracterização e Análise Socioambiental e Caracterização da Rede Existente, que são indispensáveis à realização dos leilões de novos empreendimentos de transmissão;
- b) Análise de solicitação de acesso à rede básica por consumidores livres, com base em estudos de mínimo custo global, conduzindo à emissão de portaria que reconhece o enquadramento normativo e a possibilidade do referido acesso;
- c) Revisão das Diretrizes para Elaboração dos Relatórios Técnicos (R1-R2-R3-R4) que subsidiam a atividade de leilão;
- d) Proposta de Guia de Procedimentos para Acesso ao Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica e Conexão à Rede Básica por Consumidores Livres;

Integração Energética com outros países

A SPE mantém atividades visando a integração energética com outros países, em especial com aqueles limítrofes, mediante participação em iniciativas bilaterais e fóruns internacionais, com destaque para a UNASUL. Estas atividades são contínuas e propiciam um relacionamento profícuo que estreita a relação dos setores energéticos dos países envolvidos e permite a preparação de bases para o desenvolvimento de empreendimentos multinacionais e a comercialização de energéticos.

Desenvolvimento tecnológico em energia

A SPE celebra convênios de cooperação técnica financeira com centros de pesquisa referências na divulgação e desenvolvimento de estudos relacionados às fontes alternativas renováveis. A crescente participação das usinas eólicas e térmicas a biomassa no *mix* energético nacional, e a forte indicação de inserção em médio prazo de usinas solares e térmicas que utilizam resíduos sólidos urbanos, incentivaram essas parcerias. O objetivo é promover a capacitação técnica com a realização de seminários e publicação de estudos técnicos, apoiar estudos de análise de viabilidade técnica econômica e avaliar continuamente os mecanismos regulatórios e os critérios técnicos adotados para a conexão dessas unidades de geração no SIN.

Além dos convênios de cooperação técnica financeira, a SPE participa do comitê-gestor do Fundo Setorial de Energia (CT-ENERG) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT) que define os temas de pesquisas e projetos tecnológicos que serão adotados nos editais do CNPq e da FINEP. Cumpre destacar que no ano de 2011 foi elaborado o projeto “desenvolvimento de competências em geração distribuída com sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica de baixa tensão” (Projeto 120 telhados) que conta com a participação de seis permissionárias do sistema (CEEE, CELESC, EDP, LIGHT, CEMIG e CELPA) e permitirá uma avaliação do impacto no Sistema Elétrico deste tipo de geração (“*Net metering*” e “*Smart Grid*”).

Outra iniciativa é a participação nas análises dos projetos estratégicos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) promovidos pela ANEEL. Em 2011 a SPE participou da avaliação dos projetos registrado no edital n.º 13/2011 - “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira” e nas reuniões técnicas sobre a Audiência Pública n.º 42/2011 que propõe alterações nas Resoluções ANEEL e nos Procedimentos de Distribuição - PRODIST para reduzir as barreiras existentes para a conexão de geração distribuída de pequeno porte na rede de distribuição.

A SPE também buscou promover outras ações que colaboraram com as atividades já descritas. Em 2011, coordenou o grupo técnico de recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, para atender as prerrogativas estabelecidas na Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). O objetivo é garantir o alinhamento das propostas com a política energética nacional.

Energia alternativa limpa e renovável

No exercício de 2011, foi dada atenção ao desenvolvimento de ações promotoras de uma matriz energética limpa, nas quais as fontes renováveis tiveram destaque. Com este enfoque, vários trabalhos foram realizados, podendo-se citar: a continuidade dos estudos de geração distribuída com Sistemas Fotovoltaicos conectados à rede; a análise dos estudos realizados pelos centros de referência de viabilidade técnica-econômica de sistemas de geração heliotérmica e de sistemas distribuídos fotovoltaicos e a análise do estudo realizado pela PUC/RS para implementação do processo para fabricação de células solares no Brasil;

Com igual importância, esforços foram dirigidos para a redução de emissões de gases de efeito estufa e a sustentabilidade ambiental do setor energético. No ano de 2011, foi dado prosseguimento às ações de gestão no sentido de acompanhar e apoiar as diretrizes governamentais para a implementação da política sobre mudança climática em cumprimento à legislação nacional e aos acordos internacionais nos quais o Brasil é signatário.

3.8. Eficiência Energética.

Neste item destacam-se: acompanhamento das ações de Eficiência Energética incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC-2; aferição de Programas de Eficiência Energética – PPE das concessionárias distribuidoras de energia elétrica; publicação do Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf, criação do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Ação do PNEf e regulamentação da Lei n.º 10.295/2001, a Lei de Eficiência Energética.

Proinfa

A SPE monitora o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, instituído com o objetivo de aumentar a participação de empreendimentos eólicos, térmicos à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). Cabe à Eletrobras, o papel de agente executora, com a celebração de contratos de compra e venda de energia.

O Programa encerrou-se em 30 de dezembro de 2011, conforme estabelecido na Lei n.º 12.431/2011. No ano de 2011, o PROINFA implantou 397,23MW sendo 109,5MW de pequenas centrais hidrelétricas e 287,73MW de empreendimentos eólicos. Deste modo, o PROINFA implementou 132 empreendimentos desde o início do Programa, o que representa uma inserção de 2.888,71MW de potência instalada na matriz elétrica.

Acompanhamento dos leilões de compra de energia

No ano de 2011 foram realizados três leilões:

- Leilão ANEEL nº 02/2011 – Energia Nova (A-3/2011), realizado em 17/08/2011, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2014;
 - Leilão ANEEL nº 03/2011 – Energia de Reserva, realizado em 18/08/2011, com início de suprimento a partir de 1º de julho de 2014;
 - Leilão ANEEL nº 07/2011 – Energia Nova (A-5/2011), realizado em 20/12/2011, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.
- . Novos 2.559 MW médios foram disponibilizados, com energia ao preço médio de aproximadamente R\$ 101,66/MWh.

Outorgas de empreendimentos de geração de energia

Visando o atendimento do mercado de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR, a SPE cuida de instruir os processos de outorgas de concessão e autorização de geração por fontes hidrelétricas, termelétricas e de energia alternativa. Análise técnica e regulatória dos processos, da regularidade fiscal dos agentes, produção de atos, fazem parte destas atividades, além de forte interação com outras entidades, a exemplo da CCEE e da ANEEL.

Em 2011 foram instruídos processos para os seguintes leilões de compra de energia elétrica:

- Leilão ANEEL nº 03/2008 (A-5);
- Leilão ANEEL nº 04/2010 (A-5);
- Leilão ANEEL nº 05/2010 (Energia de Reserva);
- Leilão ANEEL nº 07/2010 – Fontes Alternativas;

Com isto ocorreram 77 novas outorgas que adicionaram cerca de 4.158,07 MW e 1.835,80 MW médios ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Acompanhamento dos leilões de transmissão de energia

No ano de 2011, foram realizados três leilões de transmissão de energia elétrica, compreendendo cerca de 4.965 km linhas e 30 subestações com mais de 14.587 MVA de capacidade de transformação, em sistemas de 230, 345 e 500 KV, para a expansão do SIN. As obras correspondentes demandarão cerca de R\$ 5,156 bilhões de investimentos, entrarão em operação a partir de 2013, gerando aproximadamente 24.600 empregos diretos durante a construção.

Outorgas de empreendimentos de transmissão de energia

Visando o atendimento da expansão da rede básica do SIN, a SPE cuida de instruir os processos de outorgas de concessão de novas instalações de transmissão negociadas nos leilões. Análise técnica e regulatória dos processos, da regularidade fiscal dos agentes e produção de atos, fazem parte destas atividades, além de forte interação com outras entidades, a exemplo da ANEEL.

Durante o ano de 2011, foram instruídos 03 (três) processos de leilões de transmissão de energia elétrica, sendo 01 (um) oriundo de leilão realizado no ano de 2010 e 02 (dois) do ano de 2011, totalizando 21 (vinte e um) novas outorgas, com cerca de 2.867,3 km de linhas de transmissão e aproximadamente 10.797 MVA de capacidade de transformação.

Gestão de empreendimentos outorgados

Atividade está voltada para o processo de gestão de empreendimentos já outorgados no que diz respeito às suas regularizações e alterações tais como: prorrogação de prazo de concessão, extinção de concessão, alterações de ponto de conexão, dentre outros. Dos 10 empreendimentos que deveriam ter suas concessões prorrogadas em 2011, quatro empreendimentos tiveram suas concessões prorrogadas.

Verificação de dados técnicos dos projetos submetidos ao MME para enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

Foram verificados pelo DOC, a partir de março de 2011, os dados técnicos referentes a 127 empreendimentos de geração e 76 projetos de transmissão e de distribuição que obtiveram a respectiva portaria de enquadramento ao REIDI.

Assessoramento a outras áreas do MME.

Trabalhos foram desenvolvidos para o apoio ao MME, merecendo destacar a análise de projetos de lei e atendimento a solicitações de governo, da sociedade civil e da imprensa nacional.

Conclusão:

Comparando as atividades executadas pela Secretaria com suas atribuições regimentais previstas no Decreto nº 5.267, de 09 de Novembro de 2004 e as políticas públicas envolvidas, é válido afirmar que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE cumpriu suas atribuições regimentais de forma satisfatória, no exercício de 2011 no que se refere à gestão.

f.III) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG

Tendo em vista a exigência do TCU, estabelecida na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 art. 1, e conforme a orientação da Norma de Execução nº 3, de 27 de dezembro de 2010 (item 4.5), aprovada por meio da Portaria nº 2.546/2010-CGU, apresenta-se abaixo as avaliações sistêmicas das Secretarias finalísticas. As avaliações consistem em se comparar as atividades realizadas pelas Secretarias finalísticas com suas atribuições regimentais descritas no Decreto nº 5.267/2004 e as políticas públicas às quais as atividades estão associadas.

Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas no Plano Plurianual:

Políticas Públicas:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana;
- e) Consolidar o uso de combustíveis renováveis no Brasil e fomentar a agricultura familiar.

Metas setoriais:

- Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais, a substituição de importados, a otimização da produção nacional e as exportações, em consonância com a disponibilidade das reservas, por meio de políticas e diretrizes governamentais alinhadas com a evolução do consumo nacional e o desenvolvimento tecnológico, observadas as exigências ambientais, bem como de segurança e qualidade;
- Promover o aumento da produção e da oferta nacionais de gás natural, o desenvolvimento da infraestrutura de transporte e distribuição e a integração energética com outros países, minimizando custos e impactos ambientais em benefício da sociedade;
- Promover a adequação da produção de derivados de petróleo e de outros combustíveis líquidos à demanda, dotando os respectivos parques industriais, a infraestrutura de transporte e de distribuição de características que maximizem o uso de insumos nacionais, reduzindo a dependência externa e o risco de desabastecimento, observadas às exigências ambientais, bem como os padrões de qualidade e segurança;
- Promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas visando garantir o satisfatório abastecimento de combustíveis renováveis no País, bem como a sua adequada participação na matriz energética;
- Propor políticas públicas voltadas ao aumento da participação do setor de combustíveis renováveis na matriz energética nacional.

Principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2011:

1. Pré-Sal

Trata-se de uma nova província petrolífera situada nas bacias sedimentares de Santos e Campos, na plataforma continental dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, cujas dimensões conhecidas até este momento indicam se estender por uma área de aproximadamente 800 km de comprimento por até 200 km de largura. Essa descoberta pode significar um salto sem precedentes para a economia do País, uma vez que as primeiras avaliações efetuadas, em algumas das descobertas já anunciadas do Pré-Sal, mais que triplicam as reservas brasileiras de petróleo e gás, colocando o Brasil entre os países com as maiores reservas no mundo.

Foram realizados também, o acompanhamento e assessoramento técnico ao Gabinete do Ministro durante a tramitação, no Congresso Nacional, dos Projetos de Lei com as adequações nas regras de distribuição dos royalties e da Participação Especial, relativos à produção de petróleo e gás natural, para a União e entes da Federação, tratando ainda de aprimoramentos do marco regulatório do regime de partilha de produção. Neste sentido, realizaram-se diversas simulações para a distribuição das participações governamentais, considerando diferentes alíquotas e diferentes formas de distribuição aos Entes Federados.

O Projeto de Lei nº 5.938/2009, que foi inicialmente proposto para estabelecer o regime de partilha de produção no País na região do Pré-Sal, continua em tramitação no Congresso Nacional. Em face do substitutivo aprovado na Câmara conter cláusulas estabelecendo distribuição ampla aos entes federados dos royalties e da Participação Especial, as regras do regime de partilha da produção foram incorporadas ao PL nº 5940/2009 enquanto apreciado no Senado. Dessa forma, este último PL passou a incorporar tanto as regras para a criação do Fundo Social quanto as regras para a instituição do regime de partilha de produção, resultando na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Como desdobramento da proposta enviada pelo Poder Executivo, foi proposto no Senado Federal, o PLS nº 448/2011, agregando aqueles que tratavam de mesmo tema, o qual modifica as Leis nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 e nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Tal PLS estabelece o percentual de royalties no regime de partilha de produção em 15% e trata da distribuição das participações governamentais tanto no regime de partilha (royalties) quanto no regime de concessão (royalties e Participação Especial).

Os grupos de trabalhos (GT da Nova Empresa, das minutas do Edital e do Contrato de Partilha – GT da Partilha, e do Contrato de Cessão Onerosa – GT do Contrato da Cessão Onerosa), constituídos durante o ano de 2010, continuaram ao longo de 2011, os estudos para desdobramentos das leis relativas ao regime de partilha de produção, à criação da Pré-Sal Petróleo S.A. (Lei nº 12.304/2010) e da Cessão Onerosa (Lei nº 12.276/2010).

Foram ainda desenvolvidos os seguintes trabalhos, associados à exploração e produção de petróleo e gás natural:

- Readequação do planejamento para a realização da 11ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios para petróleo e gás natural no modelo de concessão: o MME, em conjunto com a ANP, deu continuidade aos preparativos para a realização da 11ª Rodada por meio da atualização dos estudos realizados em 2009;
- Proposição de objetivos setoriais, metas e indicadores para compor o Plano Plurianual – PPA 2012-2015;
- Aprimoramento da Política de Participação da Indústria Nacional de Bens e Serviços nos Empreendimentos de E&P para áreas do Pré-Sal, objetivando o contrato da Cessão Onerosa e os futuros contratos de partilha de produção: os estudos em andamento objetivam introduzir melhorias também nos contratos de partilha de produção, cuja minuta encontra-se em preparação, e na revisão a ser feita no Contrato da Cessão Onerosa;
- Elaboração de sistemática para o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Petróleo e Gás: Projetos MA-07 e MA-08 do PROMINP (discutidos no item 2 adiante);
- Atualização do relatório e mapas do Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, objetivando sua publicação pelo MME: na edição do PPA 2012-2015 ficou estabelecido que este Projeto será a principal ferramenta para o planejamento do desenvolvimento e da manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás;
- Discussão e elaboração das diretrizes para a definição de Políticas para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no País: para atender ao constante do artigo 65 da Lei nº 12.351/2010, foram conduzidos estudos que foram consubstanciados em resolução a ser emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE;
- Acompanhamento das discussões e elaboração de propostas para o Plano Nacional de Contingência: encontra-se em fase de finalização a minuta de decreto, contendo a estrutura organizacional nacional que permita aos órgãos do poder público e entidades privadas atuar de maneira coordenada para contenção e resposta em incidentes de poluição por óleo, de forma a minimizar os danos ambientais; Acompanhamento dos estudos que subsidiarão a proposta brasileira para a ampliação da Zona Econômica Exclusiva (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM): o Brasil pretende apresentar nova proposta no primeiro semestre de 2012, após a finalização dos estudos que estão sendo realizados na Subcomissão relacionada ao Levantamento da Plataforma Continental – LEPLAC; e,
- Acompanhamento da produção de petróleo e gás natural, objetivando sua ampliação: feito por meio da edição do “Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural”.

2. Elaboração de sistemática para o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Petróleo e Gás

Estão sendo desenvolvidos pelo Governo Federal, no âmbito do Comitê Temático de Meio Ambiente – CTMA do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, oito projetos que tratam da melhoria da gestão ambiental e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental dos empreendimentos de petróleo e gás. Dentre estes, destaca-se o projeto MA 08, denominado “Desenvolvimento das Bases Ambientais para o Planejamento da Outorga de Blocos Exploratórios”, que é coordenado pelo DEPG/SPG/MME. O Projeto MA 08 possui em sua composição representantes dos seguintes órgãos/instituições: MME, MMA, Petrobras, IBP, ANP, EPE, IBAMA, ICMBio, OEMAs, BNDES e ABPIP. Destaca-se também o Projeto MA 07, denominado “Padronização, harmonização e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental de empreendimentos do setor de petróleo e gás”, sob a coordenação da Secretaria Executiva – SECEX do MMA.

O objetivo do Projeto MA 08 é apresentar proposta de um modelo que inclua a avaliação ambiental no planejamento da outorga dos blocos exploratórios, visando o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos e conferindo maior previsibilidade e segurança jurídica para o processo. Considera-se que a introdução de instrumentos de avaliação e planejamento, conforme proposto neste projeto, possam se constituir em referenciais para tomada de decisão, os quais venham a simplificar e otimizar o processo de licenciamento ambiental, ao invés de criar mais etapas burocráticas. Dessa forma espera-se racionalizar o processo de licenciamento ambiental e possibilitar uma melhor alocação dos recursos disponibilizados para os serviços ambientais necessários à implantação dos Programas de Gestão Ambiental nessas áreas produtoras.

O objetivo do Projeto MA 07 é buscar a padronização, harmonização e aperfeiçoamento dos procedimentos do licenciamento ambiental incluindo a articulação dos procedimentos entre os agentes governamentais envolvidos. Para tanto, foi editada a Portaria MMA Nº 422/2011, de 26.10.2011, publicada no DOU de 28.10.2011, que dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental federal de atividades e empreendimentos de E&P de P&G no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar.

Relativamente ao Projeto MA 08, pretende-se editar uma portaria interministerial (conjunta entre o MMA e MME) disciplinando o assunto ainda no primeiro semestre de 2012. A proposta construída nas oficinas de trabalho pretende instituir a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS e disciplinar a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. .

3. Gás Natural

3.1. A Regulamentação da Lei do Gás

A Lei 11.909, de 04 de março de 2009, mais conhecida como “Lei do Gás”, e o Decreto 7.382, de 2 de dezembro de 2010, são as bases do novo marco regulatório do setor de gás natural no Brasil.

A Lei do Gás disciplina as atividades de transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural e trouxe entre os principais avanços a introdução do regime de concessão para novos gasodutos, a definição do período de exclusividade para os carregadores iniciais, a regulamentação do acesso à infraestrutura de transporte e a introdução dos conceitos de autoprodutor, autoimportador e consumidor livre.

A nova Lei reforçou o papel do Ministério de Minas e Energia como poder concedente e formulador das políticas públicas para o setor do gás

No entanto, faz-se necessária também a consolidação de atos normativos, de natureza infra legal, a exemplo de Portarias do Ministério de Minas e Energia, que trarão à realidade os princípios estabelecidos no novo marco regulatório. Esse trabalho vem sendo feito com transparência e participação de todos os agentes setoriais. Oportunamente, os atos normativos são submetidos a processos de revisão e introdução de melhorias, sempre que necessário.

Ao longo de 2011, foram envidados esforços no sentido elaborar o conjunto de Portarias a serem publicadas pelo Ministério de Minas e Energia. Nesse sentido, foi publicada a Portaria nº 472, de 5 de agosto de 2011, que estabelece as diretrizes para a realização pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP de Processo de Chamada Pública para a contratação de capacidade de transporte em gasodutos existentes, a serem construídos ou ampliados.

Estão em andamento, também, as discussões para a elaboração e minuta de Decreto para a Regulamentação do Plano de Contingência de Suprimento de Gás Natural. A expectativa é de que ao longo de 2012 sejam publicadas cinco Portarias pelo MME e ainda que a proposição da regulamentação do Plano de Contingência esteja concluída.

3.2. Elaboração do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT

No que se refere à atividade de transporte de gás natural, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, e o Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que a regulamentou, criaram um conjunto de responsabilidades para o Ministério de Minas e Energia (MME). Com o novo marco regulatório, o MME passou a ser responsável pela proposição dos gasodutos de transporte que deverão ser construídos ou ampliados. Dentro deste novo modelo do setor de gás natural, cabe ao MME a responsabilidade pela elaboração do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT, com base em estudos desenvolvidos pela EPE.

A partir do PEMAT, o MME deverá propor a construção ou ampliação de gasodutos de transporte, que serão então objeto de chamada pública para contratação de capacidade de transporte e posterior licitação para concessão da atividade de transporte de gás natural, ressalvados os casos em que os gasodutos sejam autorizados, quando não terão a fase de licitação.

Ao longo de 2011 foram lançadas as bases para a elaboração do PEMAT. Foram discutidos os termos de referência para os estudos que subsidiarão o MME na publicação do primeiro PEMAT, que definirá as ampliações e construções de gasodutos previstas para os próximos dez anos.

O MME e a EPE enfrentam hoje o desafio de elaborar a primeira versão do Plano ainda em 2012. Isto requer a adequação e o preparo, não apenas dos órgãos envolvidos nesse planejamento, mas também de agentes do mercado, que são a principal fonte de informação para as variáveis consideradas nos estudos.

Com o intuito de avaliar a recepção do marco regulatório pelo mercado e esclarecer dúvidas relativas à sua regulamentação, o MME, em conjunto com a EPE e a ANP, realizou o seminário “Gás Natural – A Lei do Gás e o Planejamento de Expansão da Malha de Transporte”. Ocorrido em 29 de novembro de 2011 nas dependências do MME, o evento contou com a presença de cerca de 200 participantes e apresentou, entre outros temas relacionados, o processo de regulamentação da Lei e do Decreto e as metodologias utilizadas pela EPE para a elaboração dos estudos de expansão

da malha de transporte de gás que serão utilizados para subsidiar o PEMAT, a ser publicado pelo Ministério de Minas e Energia.

3.3. Proposição de Diretrizes para Aproveitamento do Gás Metano em Minas de Carvão

A Lei do Gás modificou, ainda, o art. 23 da Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), que trata das atividades de produção e exploração de petróleo e gás natural, incluindo novo dispositivo que permite a outorga de concessão para o aproveitamento do gás metano que ocorra associado a depósitos de carvão mineral. Em razão da interdisciplinaridade do tema, foi constituído, em 2010, Grupo de Trabalho – GT para análise do assunto. O GT foi composto por representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil) – CPRM e do Ministério de Minas e Energia – MME. Em 2011, esse GT concluiu a primeira etapa dos estudos de delineamento conceitual das técnicas envolvidas no processo de extração de gás natural de jazidas de carvão. No âmbito do MME, a proposta foi consolidada e submetida à apreciação dos demais órgãos envolvidos.

3.4. Implementação de Políticas Públicas para a Queima de Gás Natural

Em 2011, o DGN finalizou o estudo iniciado no ano anterior com relação à queima de gás natural. Destaca-se que o resultado desse estudo foi a consolidação de nota técnica reunindo assuntos relacionados à análise dos motivos técnicos e operacionais da queima de gás natural nas unidades de produção, à obtenção e análise de dados históricos sobre a produção e queima de gás natural no Brasil e em outros países, à obtenção e análise de informações relativas aos dispositivos legais em vigor no Brasil e em outros países, à análise sobre experiências internacionais visando à redução da queima de gás natural, à criação de bases que servirão de subsídio para a elaboração de futura política sobre a queima de gás natural no Brasil, além de aspectos jurídicos relacionados à implementação de futura regulamentação. É importante salientar que, no intuito de aprofundar os aspectos jurídicos relacionados à implementação de futura regulamentação, a nota técnica foi remetida à Consultoria Jurídica do Ministério para análise, sendo que as contribuições da Consultoria serão agregadas à futura regulamentação.

4. Política de Abastecimento de Derivados

4.1. Acompanhamento do acordo para implantação do Diesel S50

Em continuidade ao Programa de Controle de Emissões Veiculares – Proconve, e por força de um acordo no Ministério Público Federal, foi elaborado o Plano Nacional de Abastecimento para o combustível diesel, o qual teve a coordenação da ANP e a participação do MME. Ao longo de 2011, o abastecimento ocorreu de acordo como o estabelecido no mencionado acordo, conforme constatado em reuniões periódicas de acompanhamento realizadas pelo MME.

4.2. Contratos de fornecimento de combustíveis líquidos para termelétricas

No âmbito do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, aprovou-se uma Resolução que estabelece diretrizes para redução do valor da penalidade aplicável ao agente gerador termelétrico por falta de combustível líquido fóssil, caso não atendida ordem de despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Este ato aguarda aprovação da Presidência da República.

4.3. Coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado – OLuc

Com o objetivo de dar continuidade aos avanços auferidos por meio da Portaria Interministerial MME/MMA nº 464/2007, o MME realizou uma série de reuniões com representantes dos produtores e importadores de óleo lubrificante básico e acabado, dos revendedores de óleo lubrificante acabado, dos coletores e re-refinadores de OLuc, além da ANP e do MMA. Essas reuniões tiveram como objetivo a elaboração da minuta de uma nova Portaria Interministerial definindo percentuais de coleta de OLuc a partir de 2012.

4.4. Introdução do Agente Redutor Líquido Automotivo - Arla32 nos veículos novos a diesel para reduzir poluentes a partir de 2012

A partir de 2012 todos os veículos pesados novos a diesel deverão utilizar, além do diesel S50, o Arla32 como forma de diminuir a emissão de poluentes da combustão. O Arla32 é um produto a base de ureia que reduzirá grande parte do óxido de nitrogênio emitido na combustão. No veículo, o produto ficará num recipiente separado do diesel.

Nesse sentido, ao longo de 2011, o MME deu continuidade à coordenação das ações necessárias para a implementação, em 2012, do Arla32 em todo o país, o que envolveu MDIC, MMA, IBAMA e INMETRO, além de outros agentes do mercado.. Ficou estabelecida a criação, pelo MME, de uma “Sala de Situação”, voltada para o acompanhamento do desenvolvimento do mercado de Arla32 e diesel S50, em 2012, com base em informações a serem enviadas periodicamente por todos os agentes.

5. Hidrogênio

No que tange ao acompanhamento das atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, foi realizada a 16ª Reunião do Comitê Diretor da IPHE, sigla em inglês para Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio, em Berlim, Alemanha, em novembro de 2011. Essa reunião foi precedida de uma mesa redonda para promover a aproximação entre empresas e instituições governamentais envolvidas no assunto. Nessas reuniões, foram relatadas as ações brasileiras voltadas para a expansão do uso do hidrogênio, entre elas os resultados obtidos com o Projeto Ônibus a Hidrogênio. Concebido a partir dos Convênios MME nº 009/2001 e FINEP nº 21.02.0058.00, firmados entre o MME e a EMTU/SP e o MME e a FINEP/MCT, respectivamente, o veículo foi fabricado em 2008 com a célula a combustível e tanques de armazenagem de hidrogênio. Em 2011, foi concluída a fase de testes com passageiros, rodando em um corredor de ônibus na região metropolitana de São Paulo. A estação de produção e abastecimento de hidrogênio, que também integra este Projeto, já está construída e encontra-se em fase de preparativos para o comissionamento. Ainda no âmbito deste Projeto, em dezembro de 2011, foi assinado o contrato para a aquisição de mais 3 ônibus à célula a combustível hidrogênio.

6. Regimes Especiais

Têm sido implementadas políticas de incentivo fiscal para as atividades dos setores de petróleo e gás natural, entre as quais se destaca o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI e o REPENEC – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No âmbito do REPENEC foram aprovados no Regime o projeto da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados e de Refinarias, entre elas Premium I e II. No que tange ao REIDI foram aprovados os projetos de gasodutos e estações de compressão de gás natural.

Foi remetida ao Ministério da Fazenda a proposta de criação do Regime Especial de Incentivo à Indústria de Fertilizantes – REIF.

7. Atuação na área internacional

O Brasil participou ativamente da discussão sobre os biocombustíveis em diversos fóruns internacionais nos quais procurou sempre defender a produção e o uso de combustíveis renováveis como vetor para o desenvolvimento em outros países, observando-se os interesses e as vocações de cada região. Deu-se prosseguimento, também, às atividades relativas aos biocombustíveis com as entidades de cooperação internacional de energia e clima. Podem ser destacados parcerias e avanços nas discussões -, com a União Europeia, com a União Africana, com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) -. Além disso, foram - adensadas as trocas de informações com a Agência Internacional de Energia, o *Clean Energy Ministerial* e o GBEP - *Global Bioenergy Partnership*.

Também foram empreendidos esforços no sentido de fortalecer o Diálogo estratégico com os demais países nos temas relacionados ao setor de petróleo e gás natural. Nesse sentido foi realizada, no primeiro semestre de 2011, reunião bilateral no âmbito do *Brazil-UK High Level Energy Dialogue - HLED*. Ademais foi organizado, no mesmo ano, o *I Workshop Técnico Brasil-EUA* sobre Petróleo e Gás Natural inserido no Diálogo Estratégico em Energia entre os dois países, que teve como foco tecnologias de produção de petróleo e gás em águas profundas. Ao longo de 2012, será organizada uma agenda de eventos bilaterais.

No que tange às atividades internacionais relativas ao uso do hidrogênio com fins energéticos, ressalta-se a participação nas reuniões da Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio – IPHE.

8. Combustíveis Renováveis

No ano de 2011, o Brasil deu importante passo ao aprovar a Lei nº 12.490, de 16 de setembro, reconhecendo e incluindo, na legislação, os biocombustíveis como bem energético fundamental para o País, razão pela qual a garantia de seu fornecimento em todo o território deve ser um dos objetivos da política energética nacional. As alterações têm como escopo dispor que os biocombustíveis sejam tratados como combustíveis, o que de fato são, com tratamento uniforme em relação aos demais e não apenas como produto agrícola inserido na matriz energética. Esse entendimento é reforçado pela crescente utilização do etanol e do biodiesel no Brasil e no mundo.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) passa a ter a atribuição de estabelecer diretrizes para a importação e exportação de biocombustíveis, assim como hoje já possui para os combustíveis derivados de petróleo, a exemplo da gasolina, do diesel e do querosene de aviação. A citada Lei ainda corrige distorções de competências legais na esfera de atuação da ANP, que poderá, agora, regular e fiscalizar as indústrias do petróleo e dos biocombustíveis, igualmente. As atividades de produção, importação, exportação e transporte de etanol, por exemplo, passarão a ser reguladas e fiscalizadas pela ANP, do mesmo modo como já se faz atualmente com o biodiesel.

Além disso, com a nova lei, o Poder Executivo poderá elevar o percentual de etanol anidro na gasolina até o limite de 25% ou reduzi-lo a 18%, dependendo das condições de oferta e demanda. Antes, a faixa de variação era entre 25% e 20%.

8.1 Biodiesel

O país conta com 57 usinas aptas a operar, com capacidade de produzir 6 bilhões de litros por ano (este valor é aproximadamente o dobro da demanda interna)

No que concerne à comercialização de biodiesel para atendimento à mistura compulsória por lei, o Ministério de Minas e Energia continuou com o estabelecimento de diretrizes específicas para a realização dos leilões públicos de biodiesel. Trata-se de um mecanismo transparente de comercialização e que proporciona igualdade de acesso entre os fornecedores. Assegura, ainda, a participação da agricultura familiar, haja vista a existência de um volume preferencial (80% do total leilado) destinado às usinas detentoras do Selo Combustível Social.

A mistura de biodiesel ao diesel fóssil teve seu percentual sucessivamente ampliado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), até atingir 5% em janeiro de 2010, antecipando em três anos a meta estabelecida pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. De forma a atender o suprimento para a mistura compulsória, foram realizados, desde o início do Programa, 24 leilões de compra de biodiesel. Em 2011, uma demanda de, aproximadamente, 2,5 bilhões de litros de biodiesel frente a 1,6 bilhão de litros em 2008, verificado no início da mistura obrigatória de 2% de biodiesel ao diesel fóssil. Esse avanço credenciou o Brasil, num curto espaço de tempo, como o segundo maior consumidor do mundo, atrás apenas da Alemanha. Para 2012, projeta-se um consumo brasileiro de biodiesel superior a 2,6 bilhões de litros.

Além dos benefícios ambientais, o biodiesel gera externalidades positivas no campo social, por meio da inclusão da agricultura familiar, consubstanciada pelo Selo Combustível Social. Em 2011, mais de 100 mil famílias de pequenos produtores rurais estavam diretamente envolvidas e integradas à cadeia produtiva do biodiesel. Espera-se que esse número cresça em 2012 com a intensificação das ações de assistência técnica e extensão rural, com o Programa Pólos de Biodiesel e a com a atuação da Petrobras Biocombustível.

O biodiesel também vem contribuindo para reduzir importações de diesel fóssil. Desde o lançamento do PNPB até o fim de 2011, o Brasil deixou de importar cerca de 8,2 bilhões de litros de diesel, correspondente a um total de divisas da ordem de 5,4 bilhões de dólares. Esse processo de substituição de importações repercute ainda na geração de renda interna na cadeia produtiva do biodiesel.

8.2 Etanol

Na atual safra, o setor sucroenergético apresenta retração na produção de etanol e açúcar motivada pela redução na disponibilidade de matéria-prima, apesar da pequena expansão da área plantada da cana em relação à safra anterior, que saiu de 8,05 para 8,43 milhões de hectares. A queda no volume da matéria-prima disponível impactará na redução de 17,5% sobre os 27,36 bilhões de litros da safra anterior. O impacto na produção de açúcar ocasionará a redução de 2,2 milhões de toneladas em relação aos 38,1 milhões de toneladas da safra anterior.

Com a restrição na oferta de etanol, o preço do hidratado ao consumidor elevou-se a ponto de não ser competitivo frente à gasolina na maioria das cidades brasileiras. A demanda carburante deste biocombustível atingiu 20,5 bilhões de litros em 2011, queda anual de 11,6%. Outra consequência foi o forte aumento no consumo de gasolina que inverteu a balança comercial brasileira desse produto. Em 2011, o Brasil importou 2.186 milhões de litros frente à exportação de 309 milhões de litros desse derivado de petróleo.

Diante das adversidades da atual safra, o Governo tem realizado encontros com representantes do setor privado para avaliar regularmente o suprimento de etanol e a retomada do crescimento do setor sucroenergético. As informações dessas reuniões serviram de subsídio para a decisão do Governo em reduzir o percentual de mistura de etanol na gasolina para 20%. O novo percentual de mistura, que passou a vigorar a partir de 1º de outubro de 2011, visa garantir o equilíbrio do suprimento de etanol na entressafra.

O consumidor brasileiro precisa ter sempre o etanol disponível com qualidade, garantia de abastecimento e preço competitivo. Nesse sentido, outra ação importante é o aprimoramento contínuo dos mecanismos de regulação e combate à adulteração, à fraude e à sonegação. No que tange à garantia de abastecimento, ANP publicou em 2011, duas regulamentações com o objetivo de iniciar um novo ciclo na regulação desse mercado, exercendo as competências a ela atribuídas pela Lei 12.490, de 2011.

Outra medida impactante ao abastecimento foi à edição das Medidas Provisórias 554 e 556, em 23 de dezembro. A MP 554 autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível. A MP tem como objetivo a redução da volatilidade dos preços do etanol combustível e contribui para a estabilidade da oferta do produto.

A MP 556 fixou um novo teto para a alíquota máxima da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), incidente na importação e na comercialização no mercado interno do etanol. O novo limite é de R\$ 602,00 por m³. Esta ação não traz impactos na tributação do biocombustível, nem aumento da carga tributária, pois a alíquota efetiva, fixada por Decreto, continua com o valor zero. Apenas estendeu o limite máximo, que poderá ser usado em momentos específicos para contribuir, via influência da tributação nos preços relativos dos combustíveis, como um mecanismo para melhor equilibrar oferta e demanda no mercado interno.

PAC – Balanço de 2011

A SPG acompanhou durante o ano de 2011, os projetos do PAC 2, segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento, ligados ao setor de petróleo e gás natural por meio do Departamento de Gás Natural e os projetos de combustíveis renováveis por meio do Departamento de Combustíveis Renováveis:

Gás Natural e Fertilizantes

- A ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural compreende projetos de construção de dutos, implantação de serviços de compressão e construção de terminais de GNL. Em 2011 foram concluídos os três gasodutos Caraguatatuba – Taubaté, GASAN II e GASPAL II com 96 km, 38 km e 60 km de extensão, respectivamente. Esses gasodutos estão levando o gás proveniente da Bacia de Santos para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro
- Em 2010, os projetos de GNL estavam sendo avaliados em paralelo com outras possíveis alternativas para escoamento do gás do Pré-Sal. Após diversas análises, o projeto do “Gasoduto do Pré-Sal – Rota 3” foi escolhido como a alternativa mais viável e passou a incorporar, a partir de 2011, a carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O Terminal de Liquefação de Gás Embarcado continua em estudo como uma alternativa de longo prazo.
- Estão previstas para iniciar em junho de 2012 as obras do Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBahia). O projeto do terminal é constituído por um píer, um gasoduto de 49 km

interligando o terminal ao gasoduto Cacimbas-Catu e um navio com capacidade para regaseificar 14 milhões de m³/dia.

- Para a segunda fase do PAC (PAC 2), foram inseridas 3 novas plantas de fertilizantes e mais 2 ampliações em plantas existentes. Merece destaque o projeto da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados III, em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, que tem como objetivo desenvolver uma planta de produção de amônia e ureia a partir do gás natural. Este projeto foi aprovado para enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC.

PLANGAS

- Em 2011 foram iniciados a operação da Unidade de Ajustamento de Ponto de Orvalho (DPP) da Unidade de Tratamento de Gás Natural de Caraguatatuba (UTGCA) e o escoamento da produção de Gás Natural do Campo de Mexilhão
- No PAC 2 também está sendo monitorado o projeto PLANGAS GLP, cuja conclusão é esperada para 2012.

Autossuficiência

No PAC 2 existe a previsão da construção no Brasil de 09 plataformas (P55, P56, P57, P58, P59, P60, P61, P62 e P63), de 41 navios petroleiros, de 8 FPSO's para o Pré-Sal e 7 sondas de perfuração, bem como a licitação de outros 8 navios, 21 sondas de perfuração, e 4 FPSO's na cessão onerosa.

No Balanço do ano de 2011 para o PAC 2 merecem destaque:

Principais descobertas no Pré-sal

- Bacia de Santos: óleo de boa qualidade nos poços CARIOCA NORDESTE, MACUNAÍMA, IARA e ABARÉ; nova acumulação no campo de SAPINHOÁ e no poço exploratório TINGUÁ, no bloco S-M-172;
- Bacia de Campo: óleo de boa qualidade nos poços exploratórios GÁVEA e PÃO DE AÇUCAR no bloco C-M-539, no poço FORNO no campo de ALBACORA, no poço SKUA no bloco C-M-622 e no poço OSORNO no bloco C-M-592.

Principais descobertas no Pós-sal

- Bacia de Santos: óleo de boa qualidade no poço PATOLA na área de TIRO e SÍDON
- Bacia de Campos: óleo pesado no poço TUCURA, localizado no campo de produção de VOADOR;
- Bacia do Espírito Santo: gás natural no poço MALOMBE, no bloco ES-M-414; óleo e gás natural nos poços QUINDIM, PÉ DE MOLEQUE e BRIGADEIRO, no bloco BM-ES-23;
- Bacia de Sergipe e Alagoas: óleo de boa qualidade e gás no poço BARRA;
- Bacia Pará-Maranhão: óleo no poço HARPIA no bloco BM-PAMA-3.

Perfuração de Poços Exploratórios – Pré e Pós-sal

- Em 2011, foram iniciados 236 poços exploratórios, 129 em mar e 107 em terra, dos quais 151 foram concluídos;

- Perfuração do primeiro poço na área da Cessão Onerosa confirmou potencial do campo de Franco.

No que tange à produção de petróleo de gás natural, destacam-se:

Declaração de Comercialidade

- Em 29/12/2011 foi declarada a comercialidade da área de GUARÁ. O novo campo, denominado SAPINHOÁ, possui volume recuperável total estimado em 2,1 bilhões de barris de óleo equivalente - boe.

Testes de Longa Duração (TLD)

- Em terra: 12 TLDs concluídos e 7 em andamento
- No mar: 2 TLDs concluídos e 6 em andamento

Adicionalmente releva destacar a conclusão do Teste de Longa Duração (TLD) de Tiro e Sidon. A expectativa é de que a Declaração de Comercialidade venha a ocorrer já em 2012

Início da produção

- Abril/2011 – Início da produção no Campo de Peregrino, na Bacia de Campos;
- 15/08/2011 – Início da produção da Plataforma P-56, no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos (RJ).

Das 29 ações relacionadas à Autossuficiência, 5 tiveram suas obras iniciadas e 3 entraram em operação em 2011.

Refino, petroquímica e HBio

A instalação de Novas Refinarias e Petroquímica tem papel estratégico para o País. Nesse sentido, estão sendo realizados investimentos no PAC 2 na construção das refinarias Abreu e Lima (Pernambuco), Clara Camarão (Rio Grande do Norte), Premium I (Maranhão) e Premium II (Ceará), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e Na Petroquímica SUAPE (Pernambuco). A seguir estão apresentados os principais resultados em 2011:

Novas Refinarias e Petroquímica

- Refinaria Abreu e Lima/PE – obras em andamento com 50% realizados
 - Instalação das Torres de Destilação na base em 31/12/2011
 - Entrega de 14 tanques da Estação de Tratamento de Água em dezembro de 2011
- Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – obras em andamento com 25% realizados
 - Iniciada a obra do HDT Nafta de Coque em 03/08/11
 - Assinado o contrato para construção e montagem dos dutos e tubovias em 29/11/2011
- Refinaria Premium I – MA
 - Terraplanagem em andamento com 38% realizados
- Refinaria Premium II – CE
 - Obtida a LP junto à SEMACE em 11/05/2011
 - Emitida pela SEMACE a autorização para instalação das cercas e guaritas em 23/11/2011

Há ainda no PAC 2, na área de refino, investimentos na modernização e ampliação, em refinarias existentes, REGAP, REFAP, RLAM, REDUC, REPAR, REVAP, REPLAN, RPBC, REMAN e RECAP, com fins de adequá-las para a produção de combustíveis menos poluentes e melhorar o desempenho operacional. No ano de 2011 foram alcançados os seguintes resultados:

Refino - Modernização e Ampliação

- Obras Iniciadas
 - REGAP – Betim/MG – Conversão, em 04/06/2011
 - REPLAN – Paulínia/SP – Conversão, em 24/11/2011
- Operação Iniciada
 - RPBC – Cubatão/SP – Qualidade, em 16/01/2011
 - REDUC – Duque de Caxias – Qualidade, em 09/08/2011
 - REGAP – Betim/MG – Modernização, em 02/02/2012
 - REPAR – Araucária/PR – Conversão, em 06/02/2012
- Obras concluídas
 - REGAP – Betim/MG – Qualidade, em 04/06/2011
 - RECAP – Mauá/SP – Qualidade, em 30/01/2012

Destaca-se ainda que a carteira de projetos no PAC 2 é composta de 29 empreendimentos; destes, 8 encontram-se em operação ou concluído e 13 em obras.

Navios e Sondas de Perfuração

No programa de Aceleração do Crescimento estão previstos investimentos para a construção no Brasil de navios. Trata-se da construção de 49 novos petroleiros que integram o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF), cuja implementação tem sido efetuada em duas etapas. Em 2011 foi entregue o primeiro navio do programa, o “Celso Furtado”. Além disso, merecem destaque os seguintes resultados alcançados:

PROMEF

- PROMEF I – 23 navios de grande porte contratados:
 - Lote 1: Estaleiro Atlântico Sul/PE – 40% realizados
 - 3 embarcações em construção
 - Lote 3 – 4 navios – Estaleiro Ilha – EISA/RJ – 12% realizados
 - Iniciado o processamento do aço em 18/02/2011
 - Lote 4 – Estaleiro Mauá/RJ – 84% realizados
 - 1 embarcação entregue e 3 em construção
 - Entregue o 1º Navio – Celso Furtado em 25/11/2011
- PROMEF II – 26 navios de grande porte – 18 já contratados:
 - Lote 5 – 8 navios – Estaleiro Promar/PE
 - Entrada em eficácia em 17/11/2011
 - Lote 7 – 3 navios – Estaleiro Superpesa/RJ – 7% realizados
 - Iniciado processamento do aço em 26/04/2011

A construção de sondas de perfuração e de navios do tipo FPSO para serem utilizados no Pré-Sal também estão elencados na carteira do PAC 2. Em 2011, já foram assinados os contratos para a construção do primeiro lote de sete sondas de perfuração e continua em andamento o processo de contratação das demais sondas. Também neste ano, foram iniciadas, no Estaleiro Rio Grande/RS, as obras de construção do casco do primeiro FPSO Replicante para o Pre-Sal.

Biocombustíveis

- No PAC 2 de Combustíveis Renováveis é realizado o acompanhamento dos novos empreendimentos de infraestrutura de transporte para aprimorar a movimentação de etanol na região centro-sul e assegurar que o País mantenha a sua posição de destaque no setor de biocombustíveis. Além destes projetos, dois empreendimentos da Petrobras Biocombustíveis também compõem os empreendimentos monitorados pelo Programa.
- Destaca-se a realização de 6,2% do total da obra do Sistema Logístico de Etanol GO – MG - SP (nova concepção do Alcoduto Senador Canedo - São Sebastião – PAC 1) que faz parte do sistema logístico multimodal para transporte e armazenagem de etanol que envolverá além do alcoduto, a Hidrovia Tietê – Paraná. O empreendimento faz parte dos investimentos da Petrobras em parceria com atores privados do setor sucroalcooleiro, por meio da joint venture Lógum (Petrobras (20%); Copersucar (20%); Cosan (20%); Odebrecht Transport Participações (20%); Camargo Correa (10%) e Uniduto (10%)). A Hidrovia também compõe as obras de infraestrutura listadas no PAC 02, cujo início da obra está previsto para o início de 2012.
- O Sistema Logístico de Etanol GO – MG - SP viabilizará o transporte de 10 bilhões de litros de etanol por ano de uma área em expansão na produção de etanol (Goiás, Minas Gerais e oeste paulista) para o principal centro consumidor do país (região metropolitana de São Paulo). O duto também viabilizará o transporte de 12 bilhões de litros por ano de etanol pelo porto de Caraguatatuba (SP). O projeto prevê o investimento de R\$ 6.985 milhões na construção de centros coletores; adequação da capacidade de armazenagem de etanol em REPLAN (SP) e REGAP (SP); a construção de um terminal de exportação em Caraguatatuba e a instalação dos tubos.
- A Hidrovia viabilizará o transporte de 9 bilhões de litros de etanol por ano do oeste paulista e Mato Grosso do Sul para a região metropolitana de São Paulo. O projeto prevê o investimento de R\$ 1.365 milhões na construção de barcas e empurradores, centros coletores e um poliduto de pequena extensão.

Conclusão:

Comparando-se as atividades executadas pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis durante o Exercício de 2011 com suas atribuições regimentais, bem como com as políticas públicas definidas pelo Governo Federal, é lícito afirmar que, apesar das restrições existentes de pessoal e de orçamento, esta Secretaria teve desempenho satisfatório em sua gestão.

f.IV) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas no Plano Plurianual:

Políticas Públicas:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

Metas setoriais:

- a) Implementar políticas públicas para o setor mineral, necessárias para as cadeias de geologia, mineração e transformação mineral;
- b) Promover a eficiente gestão do patrimônio mineral brasileiro;
- c) Gerar e difundir informações geológicas básicas, imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade brasileira;
- d) Promover a formalização da atividade minerária;
- e) Possibilitar o desenvolvimento sustentável, garantido o correto aproveitamento mineral e permitindo o uso de gerações futuras.

As principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2011:

Entre as atividades realizadas pela SGM em 2011 merecem destaque:

1. Novo Modelo Para a Mineração, por meio da finalização de 3 PLs, atualmente em discussão na Casa Civil da Presidência da República;
2. Planejamento setorial de longo prazo, com o lançamento em fevereiro de 2011, do Plano Nacional de Mineração – PNM-2030;
3. Atuação junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial para o desenvolvimento e aprovação de projetos de apoio ao setor mineral, inseridos no contexto do Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral – Projeto META.

No que diz respeito à atualização normativa, o novo Marco Regulatório do setor visa alterar a legislação mineral brasileira vigente, considerada ultrapassada, visto que o atual Código de Mineração data de 1967. Com o intuito de modernizar os processos de outorga de títulos minerários, foram elaboradas pela SGM três Projetos de Lei – PLs: 1) regulação e gestão estratégica para as atividades de pesquisa e lavra de bens minerais e criação do Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM; 2) criação da Agência Nacional de Mineração – ANM, em substituição ao atual Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; 3) revisão da política de participação governamental, com mudanças no atual modelo de Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM.

O PNM-2030, lançado em fevereiro de 2011 pela SGM, propôs três diretrizes básicas: governança pública eficaz, agregação de valor e sustentabilidade. O documento aponta o planejamento de longo prazo do setor e apresenta políticas públicas que visam otimizar o aproveitamento sustentável dos bens minerais.

O Plano Plurianual (PPA) estabelece os projetos e os programas 2012-2015 do governo, definindo objetivos e metas da ação pública. O programa “Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral”, que integra o PPA 2012-2015, contém os desafios e compromissos de governo para com o setor mineral brasileiro no período. A elaboração do Programa foi conduzida pela SGM/ DNPM/ CPRM e SPI/MPOG e o PNM-2030 teve importância crucial em seu desenvolvimento. Os objetivos que compõem o referido Programa contemplam, dentre outras atividades:

- Realização de levantamentos geológicos do Brasil e de províncias minerais e a difusão do conhecimento gerado;
- Implementação do zoneamento mineral do país que permitirá identificar áreas de interesse mineral;

- Promoção da ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos;
- Estabelecimento de parcerias e cooperação entre países, especialmente da América do Sul e da África;
- Realização de estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) associadas a Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs);
- Fortalecimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no setor mineral;
- Otimização do aproveitamento dos recursos minerais;
- Governança pública eficaz para o setor mineral; e
- Ampliação dos programas de formalização da atividade minerária e do fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor.

Complementando a importância da atividade minerária e do conhecimento do meio físico nacional, verifica-se a atuação do MME, bem como de suas secretarias finalísticas e entidades vinculadas, junto ao Banco Mundial, o que resultou na aprovação do Projeto META. Este Projeto consiste na execução de diversos subprojetos que visam à modernização tecnológica e organizacional dos setores de energia e mineração. As atividades voltadas para o setor mineral compreendem a construção de laboratórios, aquisição de modernos equipamentos e a capacitação das instituições, SGM, DNPM e CPRM. São 13 subprojetos que serão divididos em duas etapas a um custo aproximado de US\$ 25 milhões, dos quais 4 (quatro) projetos terão início em 2012 e totalizarão mais de US\$ 5,6 milhões e os demais a partir de 2013.

Dentre outras atividades realizadas pela SGM que merecem destaque estão à divulgação de dados estatísticos do setor mineral, por meio de publicações e a atuação da unidade no desenvolvimento e implementação de projetos de capacitação.

Assim como em anos anteriores, as publicações de dados estatísticos do setor mineral foram amplamente divulgadas pela SGM em 2011, tais como: Prévia da Indústria Mineral, Sinopse da Mineração e Transformação Mineral, Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico e Anuário do Setor de Transformação de Não Metálicos.

Em 2011 a SGM esteve à frente do desenvolvimento de atividades de capacitação e inclusão digital de pequenos e médios produtores, tendo alcançado mais de 5.000 profissionais capacitados por meio de ferramenta de ensino à distância. Esses números foram possíveis com a parceria entre a Secretaria e a Associação Telecentros de Informação e Negócios – ATN, que possibilitou a difusão de informações técnicas e gerencias para o aprendizado e aperfeiçoamento das atividades produtivas da mineração, incluindo noções de responsabilidade ambiental, economia mineral e aspectos legais da atividade. Soma-se a essas ações o apoio aos 58 Arranjos Produtivos Locais de base mineral que compõem atualmente a Rede APLMineral.

Além da atuação direta da SGM, conforme estabelecido em seu regimento interno, o desenvolvimento do setor mineral brasileiro requer a geração de conhecimento geológico pelo Serviço Geológico Brasileiro – CPRM. A ação conjunta para esse fim foi uma das prioridades da SGM.

Em 2011 ações da CPRM estiveram inseridas no PAC, o que reforça a visão da geologia como parte da infraestrutura nacional. Destaque para as atividades de levantamentos geológicos, aerogeofísicos, hidrológicos e geoquímicos sistemáticos, que permitiram avanço no conhecimento do meio físico brasileiro.

Além da atuação em terra, foram executados levantamentos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira – PCJB, realizados pela CPRM com o acompanhamento da SGM. Os estudos da parte imersa do território visam ampliar o conhecimento das potencialidades minerais.

A gestão de riscos geológicos e desastres naturais inclui a execução, pela CPRM, de levantamentos geotécnicos, geofísicos visando à prevenção, sobretudo de enchentes e deslizamentos. Além disso, foram realizados estudos de ordenamento territorial em cerca de 30 municípios, equivalente a 19% da meta prevista até 2014 de mapear em detalhe 170 municípios com o intuito de mitigar os impactos sociais e econômicos ocorridos nos últimos anos. A essas ações soma-se a disponibilização na internet de “Mapas Previsionais a Movimentos de Massa em Municípios Brasileiros”, onde foram selecionados por estado 251 Municípios que apresentam suscetibilidade a deslizamento classificada com “Alta” a “Muito Alta”, bem como 213 municípios suscetíveis à ocorrência de enxurradas (ANA).

Ainda em relação a este tema, foram ministrados pela CPRM cursos de capacitação de técnicos da Defesa Civil na gestão dos riscos geológicos e desastres naturais em 5 (cinco) Estados (RS, RJ, BA, ES e AM), contemplando aproximadamente 250 servidores. Por sua vez a SGM promoveu debate sobre o tema, através de Oficina temática, visando estabelecer procedimentos metodológicos para mapeamentos em regiões de risco.

Conclusão:

Comparando as atividades executadas pela SGM com suas atribuições regimentais previstas no Decreto nº 5.267, de 09 de Novembro de 2004 e as políticas públicas envolvidas, é válido afirmar que a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral cumpriu suas atribuições regimentais de forma satisfatória, no exercício de 2011 no que se refere à gestão.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

5. Recursos Humanos da Secretaria-Executiva

As informações sobre Recursos Humanos do Ministério de Minas e Energia se concentram no Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, agregado a este Relatório de Gestão.

6. Informação sobre Transferências

Não se aplica. A Secretaria-Executiva não administra convênios e contratos. Essa informação está colocada em cada Relatório de Gestão das Secretarias Finalísticas, agregados a este Relatório de Gestão.

7. Declaração da Área Responsável sobre Convênios e Contratos

Não se aplica. A Secretaria-Executiva não administra convênios e contratos. Essa informação está colocada em cada Relatório de Gestão das Secretarias Finalísticas, agregados a este Relatório de Gestão.

8. Declarações de Bens e Rendas

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Tendo como base o Regimento Interno do Ministério de Minas e Energia, aprovado pelo Decreto nº 5267 de 09/11/2004, que estabelece em seu Anexo I, artigos 4º e 5º as competências da Secretaria-Executiva e da Assessoria Especial de Gestão Estratégica e, a partir do exame de todas as atividades executadas, foram mapeados por meio de reuniões com os técnicos, os principais “macroprocessos” desenvolvidos.

Conforme orientação recebida em 27 de janeiro de 2012 da Controladoria Geral da União – CGU, a Secretaria-Executiva/AEGE escolheu para esse Relatório de Gestão – Exercício 2012, o macroprocesso nº 1 “Acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento de investimento das Empresas Estatais vinculadas ao MME (Grupos Petrobras e Eletrobrás)” como sendo um dos mais representativos das atribuições da AEGE para submetê-lo completamente aos cinco aspectos que compõem o Questionário de Controles Internos, quais sejam: 1) Ambiente de Controle; 2) Avaliação de Risco; 3) Procedimentos de Controle; 4) Informação e Comunicação e 5) Monitoramento, do Quadro A.9.1 - Estrutura dos Controles Internos da UJ.

Esses outros quatro macroprocessos que fazem parte das atribuições da Secretaria-Executiva/AEGE foram designados e submetidos somente aos aspectos 1 e 2 (Ambiente de Controle e Avaliação de Risco).

Principais Macroprocessos na Secretaria-Executiva/AEGE/NESA

São eles:

1. Acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento de investimento das empresas estatais vinculadas ao MME;
2. Coordenação da elaboração do Plano Plurianual-PPA e de suas revisões;
3. Monitoramento e Avaliação do PPA;
4. Monitoramento e Avaliação do PAC;
5. Monitoramento do procedimento de licenciamento ambiental para os Empreendimentos do setor elétrico.

Descrição do Macroprocesso escolhido para análise em todos os aspectos dos Controles Internos

Acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento de investimento das empresas estatais vinculadas ao MME

Etapas:

- Mensalmente, as empresas lançam os valores realizados de investimentos no sistema SIDORNET, com defasagem de 20 a 30 dias;
- O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST importa para o Sistema de Informações das Empresas Estatais - SIEST os valores referentes à execução orçamentária cadastrados pelas empresas no SIDORNET;
- A AEGE elabora Relatórios de Acompanhamento dos Investimentos com base nos números do SIEST e informa aos representantes do MME nos Conselhos de Administração das empresas, ao Secretário-Executivo e ao Gabinete do Sr. Ministro. Os conselheiros, por sua vez, analisam e discutem o assunto nas Reuniões dos Conselhos das empresas;
- Havendo desvios do Programado, a AEGE aciona as *holdings* para justificativas e adoção de providências cabíveis, tais como: i) crédito adicional e/ou revisão do Programa de Dispêndios Globais – PDG, que são solicitadas pelas empresas ao Ministério Supervisor, que após análise e avaliação encaminha ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP;
- O DEST/MP, por sua vez, bimestralmente, publica Portaria divulgando a execução do orçamento das empresas.

Gerenciamento dos Riscos

Com o objetivo de minimizar riscos, a AEGE tem se pautado por estabelecer um acompanhamento criterioso das atividades do macroprocesso (Acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento de investimento das empresas estatais vinculadas ao MME). O Plano de Ação e o *DocFlow* são importantes ferramentas de acompanhamento e monitoramento, permitindo adoção de ações que previnam eventos com potencial capaz de afetar a consecução deste macroprocesso.

A seguir apresentam-se os riscos e consequências inerentes aos macroprocessos escolhidos:

Tabela XIX: Quadro de Avaliação dos Riscos e Consequências dos Macroprocessos

MACROPROCESSOS	RISCOS	CONSEQUENCIAS
1. Acompanhamento da execução do orçamento das Empresas Estatais vinculadas ao MME (Grupos Petrobras e Eletrobrás)	Extrapolação do Orçamento. Risco de Imagem.	Constrangimento perante a PR. Possibilidade de descontinuidade de obras
2. Coordenação da Elaboração do PPA e de suas revisões.	Não cumprimento de prazo.	Impossibilidade de execução do orçamento no ano seguinte.
3. Monitoramento e Avaliação do PPA	Não cumprimento de prazo.	Intempestividade ou impossibilidade de tomada de medidas corretivas caso necessárias.
4. Monitoramento e Avaliação do PAC	Risco de imagem.	Atraso no desenvolvimento do país. Aumento de custo de implantação.
5. Monitoramento do procedimento de licenciamento ambiental	Setor arcar com obrigações de governo (saúde, educação etc.). Comprometimento do atendimento da demanda energética seja pela não	Aumento do custo para o consumidor. Comprometimento do planejamento do setor.

	realização de leilões ou pelo atraso na entrada em operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia.	
--	---	--

Avaliação do macroprocesso “Acompanhamento e monitoramento da execução do orçamento de investimento das empresas estatais vinculadas ao MME (Grupos Petrobras e Eletrobrás)”

Tabela XX: Estrutura de controles internos da AEGE/SE – (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X

12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais:</p> <p>Aqui estão considerados o Regimento Interno, o <i>site</i>, o sistema corporativo <i>DocFlow</i>, o Código de Ética do MME e outros Sistemas Corporativos, todos eles amparados por normas legais.</p> <p>Conforme orientação da CGU, para responder o questionário, foi escolhido um macroprocesso relevante denominado “Monitoramento e Acompanhamento do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais”</p> <p>Para algumas perguntas do questionário, foram considerados os controles internos da UJ referente ao macroprocesso escolhido. Para as outras perguntas considerou-se, de forma geral, os controles da UJ, ou do próprio Ministério de Minas e Energia, como por exemplo, o caso da pergunta 4 (‘Existência de código de ética’). A seguir, são colocadas as considerações para cada resposta feitas pela equipe, durante o preenchimento do questionário.</p> <p>Para o macroprocesso “Monitoramento e Acompanhamento do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais”, seguem considerações das seguintes perguntas:</p> <p>1: foi considerado o controle interno da UJ no contexto do macroprocesso.</p> <p>2: idem, consideração acima (Pergunta 1).</p> <p>3: idem, consideração acima (Pergunta 1).</p> <p>4: foi considerado o controle interno no contexto do MME.</p> <p>5: a graduação “2” foi colocada pois os procedimentos e instruções operacionais não estão totalmente formalizadas ou descritas em normas. Além disso, existe a possibilidade de mudança nos procedimentos, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, à revelia do MME.</p> <p>6: idem, consideração da pergunta “4”, referente ao código de ética ou conduta.</p> <p>7: idem, consideração da pergunta “4”.</p> <p>8: idem, consideração da pergunta “1”.</p> <p>9: idem, consideração da pergunta “1”.</p> <p>10: idem, consideração da pergunta “1”.</p> <p>11: idem, consideração da pergunta “1”.</p> <p>12: idem, consideração da pergunta “1” – o risco externo é o que corre as empresas. O risco interno é o do MME/Governo Federal.</p> <p>13: um bom exemplo de risco, no aspecto desse item, é quando não tem a conta aprovada refletindo as</p>					

penalidades em nível de Ministro, Secretário-Executivo até AEGE.

14: idem, consideração da pergunta “1”.

15: idem, consideração da pergunta “4”. A pontuação 5 foi dada quando se tem os riscos identificados.

16: idem, consideração “4”.

17: idem, consideração “4”.

18: idem, consideração “4”.

19: idem, consideração “1”. A avaliação foi feita (nota 4) em razão da necessidade de se descrever formalmente os procedimentos e pelo fato da possibilidade de mudança nos procedimentos pelo MP, à revelia do MME.

20: idem, consideração “1” – a avaliação foi feita como nota 1, pois o macroprocesso tem seu controle de curto prazo (no exercício).

21: idem, consideração “4”. A UJ não possui sistema de custo.

22: idem, consideração “1”.

23: idem, consideração “1”.

24: idem, consideração “1”.

25: idem, consideração “1”. A avaliação foi feita (nota 4) pois nem sempre a informação é tempestiva. Existem dificuldades na chegada de dados das empresas, devido às características das estruturas empresariais da Petrobras e Eletrobras.

26: idem, consideração “1”. A avaliação foi feita (nota 4) pois a divulgação interna das informações ainda pode ser melhorada.

27: idem, consideração “4”. A avaliação foi feita (nota 1) tendo em vista que as informações deste macroprocesso não têm o objetivo de serem universalizadas.

28: idem, consideração “1”. A avaliação foi feita (nota 4) tendo em vista que o sistema de controle interno pode ser melhor descrito e com melhor fluxo.

29: idem, consideração da pergunta “28” (acima).

30: idem, consideração da pergunta “28”.

Metodologia:

A metodologia empregada para responder esse questionário do macroprocesso escolhido foi à busca do consenso, por meio da realização de reuniões e debates, no âmbito da Secretaria-Executiva, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade.

Aqui estão considerados o Regimento Interno, o *site*, o sistema corporativo *DocFlow*, o Código de Ética do MME e outros Sistemas Corporativos, todos eles amparados por normas legais.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Avaliação dos macroprocessos “Coordenação da elaboração do Plano Plurianual-PPA e de suas revisões” e “Monitoramento e Avaliação do PPA”.

Tabela XXI: Estrutura de controles internos da AEGE/SE – (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Considerações Gerais:

Para algumas perguntas do questionário, foram considerados os controles internos da UJ referente aos macroprocessos escolhidos. Para as outras perguntas consideraram-se, de forma geral, os controles da UJ, ou do próprio Ministério de Minas e Energia, como por exemplo, o caso da pergunta 4 ('Existência de código de ética').

Para os macroprocessos "Coordenação da elaboração do Plano Plurianual-PPA e de suas revisões" e "Monitoramento e Avaliação do PPA", analisados em forma conjunta neste quadro, seguem considerações das seguintes perguntas:

2: não existe nivelamento da informação.

4: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

5: as ferramentas são externas ao MME (SIOP, SIGPLAN, SIAFI, etc.)

6: foi considerado o controle interno da UJ no contexto do macroprocesso. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) solicita opiniões dos técnicos apenas em relação da fase quantitativa, ou seja, só existe *feedback* de informações nesta fase.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente

aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Avaliação do macroprocesso “Monitoramento e Avaliação do PAC”.

Tabela XXII: Estrutura de controles internos da Coordenação do PAC/SE - (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X

12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Considerações gerais:

Para o macroprocesso “Monitoramento e Avaliação do PAC”, as respostas ao questionário consideraram: o Macroprocesso, o controle interno da UJ (Secretaria Executiva) e o controle do Ministério de Minas e Energia.

Seguem os critérios da avaliação considerados:

Item 1: foi considerado o controle interno do macroprocesso no contexto da Secretaria Executiva.

Item 2: foi considerado o controle interno no contexto da Secretaria Executiva.

Item 3: foi considerado o controle interno da Secretaria Executiva, no contexto do macroprocesso relativo a interface com outros órgãos da UJ.

Item 4: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

Item 5: idem ao 4.

Item 6: foi considerado o controle interno no contexto da Secretaria Executiva.

Item 7: foi considerado o controle interno da Secretaria Executiva no contexto do macroprocesso.

Item 8: foi considerado o controle interno da Secretaria Executiva no contexto do macroprocesso.

Item 9: foi considerado o controle interno no contexto da Secretaria Executiva.

Item 10: foi considerado o controle interno da Secretaria Executiva no contexto do executor do macroprocesso.

Item 11: foi considerado o controle interno da Secretaria Executiva, no contexto do macroprocesso.

Item 12: idem ao 11.

Item 13: idem ao 11.

Item 14: idem ao 11.

Item 15: idem ao 11.

Item 16: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

Item 17: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

Item 18: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

Metodologia:

A metodologia empregada para responder esse questionário do macroprocesso escolhido foi a busca do consenso das pessoas da Unidade.

Aqui estão considerados o Regimento Interno, o *site*, o sistema corporativo *DocFlow*, o Código de Ética do MME e outros Sistemas Corporativos (WEBPAC), reuniões periódicas e relatórios.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Macroprocesso do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental - NESAs

A Secretaria-Executiva, por meio do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental (NESAs), promove a integração das ações de meio ambiente relacionadas com os empreendimentos afetos a cada secretaria do Ministério de Minas e Energia - MME. A missão do NESAs é atuar na gestão socioambiental dos empreendimentos do setor energético, contribuindo para a participação do MME no desenvolvimento sustentável do País, promovendo articulações políticas e técnicas para equacionar possíveis dissonâncias entre a política do setor elétrico e as diretrizes da política ambiental.

O NESAs, dentre outras competências, promove a gestão das questões socioambientais associadas a empreendimentos do setor energético concedidos e a licitar, subsidia o Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico - DMSE e a Coordenação Geral do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no monitoramento dos empreendimentos e a consultoria jurídica do MME.

Vinculado a Secretaria-Executiva do MME, o NESAs subsidia a elaboração, a articulação e a coordenação de políticas públicas, bem como a formulação de diretrizes de governo, para as questões socioambientais que envolvem a oferta de energia elétrica para a sociedade brasileira.

No monitoramento do processo de licenciamento ambiental é promovida a articulação com entidades públicas governamentais e setoriais necessária à execução das ações sobre o equacionamento das questões. São elas: concessionários, empresas do setor elétrico, ministérios, órgãos ambientais e demais entidades no que tange as questões relativas ao patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental, tais como: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Fundação Palmares.

Macroprocesso:

Monitoramento do procedimento de licenciamento ambiental

1. Fase do licenciamento prévio

- 1.1 Apresentação do Empreendimento.(Empreendedor ou agente interessado)
- 1.2 Definição dos Estudos Ambientais. (Órgão Ambiental).
- 1.3 Elaboração de Termo de Referência Específico para os estudos ambientais. (Empreendedor ou agente interessado e órgão ambiental)
- 1.4 Requerimento da Licença Prévia (LP) acompanhado dos estudos ambientais pertinentes. (Empreendedor ou agente interessado)
- 1.5 Análise dos Estudos Ambientais apresentados (Órgão ambiental).
 - 1.5.1 Emissão de Parecer Técnico quanto à viabilidade ou não do empreendimento.

2. Fase do licenciamento de instalação

- 2.1 Cumprimento de Condicionantes da LP (Empreendedor).
- 2.2 Elaboração do estudo ambiental que subsidiará a emissão da licença de instalação (LI) e autorização de supressão de vegetação - ASV (Empreendedor).
- 2.3 Requerimento da LI acompanhado dos estudos ambientais pertinentes (Empreendedor).
- 2.4 Análise dos Estudos Ambientais apresentados (Órgão Ambiental).
 - 2.4.1 Emissão de Parecer Técnico quanto à instalação do empreendimento.

3. Fase do licenciamento de operação

- 3.1 Cumprimento de Condicionantes da LI (Empreendedor).
- 3.2. Elaboração do relatório de atendimento às condicionantes da LI e ASV (Empreendedor).
- 3.3 Requerimento da LO acompanhado dos estudos ambientais pertinentes (Empreendedor).
- 3.4 Análise dos Estudos Ambientais apresentados (Órgão ambiental).
 - 3.4.1 Emissão do Parecer Técnico quanto à operação do empreendimento.

Avaliação do Risco

No Brasil, é adotado o denominado modelo trifásico de licenciamento ambiental, no qual a operação do empreendimento ou atividade só é autorizada mediante a concessão de três licenças sucessivas: a Licença Prévia - LP, a Licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO.

Para o MME, que tem a atribuição de planejar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional, o

acompanhamento do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos de geração e de transmissão de energia é fundamental. Interessa também, avaliar as consequências socioambientais dos empreendimentos com vistas à articulação e promoção de medidas mitigadoras e políticas públicas.

É fato que o processo de licenciamento ambiental é complexo e moroso, tendo em vista que a temática exige o envolvimento de diversos órgãos nas discussões, aliado aos longos prazos de análise, determinados pela legislação ambiental vigente. Agravando esse quadro, vários problemas identificados no curso do licenciamento ambiental são judicializados, comprometendo mais ainda o desenvolvimento do projeto.

O acompanhamento do processo de licenciamento ambiental, pelo NESA, visa contribuir para o não comprometimento do atendimento da demanda energética, subsidiando as diversas áreas do MME, a fim de evitar a inviabilidade da realização de Leilões de Oferta de Geração e entrada de operação de usina ou de uma linha de transmissão dentro de um cronograma preestabelecido pelo planejamento do setor de energia elétrica.

Para exemplificar, no caso dos empreendimentos hidrelétricos, quando da não entrada da energia dentro do prazo indicado no Plano Decenal de Energia Elétrica - PDE, são realizados leilões reserva para fontes mais caras, para substituição da energia hídrica. Este é um custo repassado aos consumidores. Lembrando que o PDE, no caso da geração elétrica, é indicativo e não determinativo, visto a exigência do licenciamento ambiental prévio à realização dos leilões de energia elétrica.

Cabe destacar que o equacionamento de questões socioambientais depende da coexistência de soluções técnicas ou mesmo da definição de arranjos institucionais que formalizem as bases de um trabalho conjunto, mas, principalmente, da vontade política das instituições envolvidas.

A resolução de conflitos de ordem social pré-existentes é atribuído muitas vezes ao concessionário, uma vez que esses conflitos deveriam ser resolvidos pela administração pública, por meios próprios, independentemente do processo de licenciamento ambiental.

Marcos legais que instrumentalizam o licenciamento ambiental, apesar de recentes aprimoramentos, necessitam de normas regulamentadoras que alterem sua característica trifásica pontual e desarticulada com os programas de desenvolvimento setoriais do governo.

Avaliação do macroprocesso “Monitoramento do procedimento de licenciamento ambiental”

Tabela XXIII: Estrutura de controles internos do NESA/SE - (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X

5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>Conforme orientação da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, as respostas ao questionário consideraram: o Macroprocesso; os controles internos da UJ (Secretaria-Executiva - SE); e os controles internos do MME.</p>					

A seguir serão informados os critérios da avaliação:

Item 1: foi considerado o controle interno no contexto da SE.

Item 2: idem ao 1.

Item 3: foi considerado o controle interno da SE, no contexto do macroprocesso relativo à interface com outros órgãos da UJ.

Item 4: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

Item 5: idem ao 4.

Item 6: foi considerado o controle interno no contexto da SE.

Item 7: foi considerado o controle interno da SE no contexto do macroprocesso.

Item 8: foi considerado o controle interno da SE no contexto do macroprocesso.

Item 9: foi considerado o controle interno no contexto da SE.

Item 10: foi considerado o controle interno da SE no contexto do executor do macroprocesso, pois o Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental ainda não foi instituído na estrutura da Secretaria-Executiva/MME.

Item 11: foi considerado o controle interno da Secretaria Executiva, no contexto do macroprocesso.

Item 12: idem ao 11.

Item 13: idem ao 11.

Item 14: idem ao 11.

Item 15: idem ao 11.

Item 16: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

Item 17: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

Item 18: foi considerado o controle interno no contexto do MME.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SE

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SE

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

14. Renúncia Tributária

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

15. Determinações e/ou Recomendações do TCU

Não ocorreram no período.

16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não se aplica. Na estrutura do MME não existe Unidade dessa natureza.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela SE para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

Contrato de Gestão celebrado entre o MME e a ANEEL

O art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da Prestação de Contas do MME e da ANEEL.

Em 26 de fevereiro de 2010, a União – por intermédio do MME – e a ANEEL firmaram Contrato de Gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2012, cuja cópia está no Anexo II deste Relatório.

O Contrato dispõe que a ANEEL e o MME farão constar dos respectivos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA), a ser enviado ao Tribunal de Contas da União, um tópico específico destinado ao Contrato de Gestão, que deverá contemplar as informações do Relatório Gerencial e do Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação do MME, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 9.427/96.

O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão – Ano 2011, elaborado pela ANEEL e analisado pelo MME por meio do Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação, está anexado (Anexo II) a este Relatório.

Parte B – Item 1 – Declaração do Contador

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320011 – Secretaria Executiva – SE

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício 2011 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2011.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

Resultados e Conclusões

Os resultados e conclusões estão dispostos na Avaliação Sistemática de cada Secretaria (pag. 67) e nas atividades da Secretaria-Executiva (pag. 35 a 67).

Anexo I: Diretoria de Programas – Projeto META/IICA

Introdução

O presente relatório disponibiliza as informações do progresso das Unidades de Gestão de Projeto da Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva do MME em termos de atividades financeiras, indicadores de projeto e processos de aquisição no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro 2011.

O relatório foi elaborado de acordo com as orientações e determinações da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e Portaria-TCU nº 123/2011 Decisões Normativas TCU nº 108/2010 e 117/2011, bem como a Portaria CGU n.º 2546, de 27 de dezembro de 2010, que trata dos procedimentos de apresentação dos relatórios de gestão e dos processos anuais de contas. Note-se que, sendo Diretoria de Programas, além dos itens obrigatórios das Partes A e B descrito no Anexo II da DN nº 108/2010, foi necessário responder também itens da Parte C.

O item 16 da Parte C se encontra ao final deste relatório. O item 31 da Parte C foi desenvolvido e comentado ao longo do presente relatório. Os outros itens da Parte C não se aplicam.

Os dados financeiros e contábeis foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e a ferramenta de acompanhamento de execução financeira IICAPROJ.

Existiam em funcionamento no âmbito do Ministério de Minas e Energia, dois Projetos, a saber: Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no Âmbito do Programa Luz para Todos – BRA/IICA/08/012, e Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META - 8095 - BR, com a coordenação da execução técnico-administrativa subordinada ao Diretor de Programa da Secretaria-Executiva.

Os itens 3 – Informações sobre Insuficiência de Crédito, 4 – Movimentação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, 6 – Informações sobre Transferências mediante Convênio, 7 – Declaração da Área Responsável, 8 – Declaração de Bens e Rendas, 10 - Informação Quanto à Adoção de critérios de sustentabilidade, 11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, 12 – Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ, 13 – Cartões de Pagamento do Governo Federal e 14 - Renúncia Tributária do Sumário Executivo sugerido pela CGU e da Portaria TCU nº 123, de 12/05/2011 e Parte A – Conteúdo Geral, Anexo II da Decisão Normativa TCU Nº 108, de 24 de novembro de 2010, não se aplicam a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

Na elaboração do presente relatório procuramos seguir a orientação do item 2 da Portaria TCU nº 123, de 12/5/2011 e Parte A – Conteúdo Geral, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, que as “UJ que não se enquadrarem nos critérios acima devem, na medida do possível, seguir as disposições desta Portaria promovendo os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos, de acordo com suas especificidades”.

A seguir detalhamos as principais atividades realizadas no período:

1 – Identificação da Unidade e dos Projetos

Unidade: Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva

Unidade Gestora: 320015 – SE/BIRD/MME e 320060 – Projeto META/SE

Órgão de Vinculação: 32000-MME

Código do SIORG: 002852 e 3245.

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco “U” – 7º andar – Sala 726/734

CEP: 70.065-900 – Brasília – DF. – secexdp@mme.gov.br

Página na Internet: <http://www.mme.gov.br/mme/menu/projetos/projetosestal.html>.

Telefone: (61) 3319-5027/5574

Ordenador de Despesa: Alexandre Ramos Peixoto (03.01.2011 a 31.12.2011)

Projetos:

- Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos - BRA/IICA/08/012.
- Novo PCT IICA: Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica
- Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (*Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project*) – Loan 8095 BR aprovado preparação pelo COFIEX em 15/12/2010.
- Projeto de Assistência Técnica ao Setor de Energia - ESTAL (*Energy Sector Technical Assistance Project*) – Loan 4708 – BR (encerrado em 15/12/2010); (**Auditoria: FAEPESUL**)
- Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011(encerrado em 30/04/2010); e (**falta devolução do Saldo**)

1.1 Normas Relacionadas às Atividades da Unidade:

- Portaria nº 144 de 23 de junho de 2006 – DOU 26/6/2006 – Regimento Interno do MME; e
- Portaria SE/MME nº 528, de 12 de setembro de 2011 – criação da CGP do projeto META.
- Portaria SE/MME nº 529, de 12 de setembro de 2011 – criação da UGP do projeto META.

Normas aplicáveis aos financiamentos de recursos externos

- [Constituição Federal \(1988\), art. 52](#) - Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do art. 52 da Constituição Federal.
- [Lei de Diretrizes Orçamentárias](#) - Lei nº 12.309, de 9 de Agosto de 2010.
- [Lei Orçamentária Anual](#) – Lei nº 12.381, de 9 de Fevereiro de 2011– Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.
- [Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998](#) - Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Outras Resoluções do Senado: 40/01; 43/01 e 20/03.
- [Portaria/STN/MF nº 497, de 27 de agosto de 1990](#) - Regula o procedimento relativo a operações de crédito ou de arrendamento mercantil, externo ou interno, a serem celebradas pela União.
- [Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009](#) - Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009, e dá outras providências.

- [Macrofunção SIAFI 02.03.10](#) - Esta Macrofunção trata das Obrigações Internas e Externas inclusive as operações de arrendamento mercantil, de concessão de avais e outras garantias, firmadas pela União ou realizadas por intermédio de ajustes financeiros do Tesouro Nacional.
- [Manual de Projetos REX \(STN\)](#) - O Decreto n° 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, alterou a sistemática de execução financeira dos projetos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social financiados com operações de crédito externas. O presente manual visa facilitar o entendimento da nova sistemática
- [Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993](#) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- [IN/STN n° 06, de 27 de outubro de 2004](#) - Dispõe sobre os procedimentos de movimentação de recursos externos e de contrapartida nacional, em moeda ou bens e/ou serviços, decorrentes dos acordos de empréstimos e contribuições financeiras não reembolsáveis (doações), firmados pela União Federal junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras e transferência de recursos no âmbito de acordos de cooperação técnica com organismos internacionais.
- [Diretrizes do BIRD para contratação de serviços de consultoria](#) - O objetivo destas Diretrizes é estabelecer as políticas e os procedimentos do Banco a serem utilizados para seleção, contratação e monitoramento de consultores demandados pelos projetos financiados, no todo ou em parte, pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), créditos da Associação de Desenvolvimento Internacional (AID), ou por doações do Banco ou dos fundos fiduciários administrados pelo Banco e executados pelo beneficiário.

Normas Aplicáveis às Cooperações Técnica

- [Decreto n° 2.271, de 7 de julho de 1997](#) - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- [Decreto n° 4.748, de 16 de junho de 2003](#) - Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3° do art. 3° da Lei n° 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.
- [Decreto n° 5.151, de 22 de julho de 2004](#) - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.
- [Decreto n° 59.308, de 23 de setembro de 1966](#) - Promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica.
- [Portaria MRE n° 717, de 9 de dezembro de 2006](#) Aprovar normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de cooperação técnica recebida, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.
- [Diretrizes da ABC/MRE para o Desenvolvimento de CTI](#) - Uma ação de Cooperação Técnica Internacional (CTI), uma das vertentes da Cooperação para o Desenvolvimento, pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico, seja para sanar e/ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, seja para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. A materialização dessas mudanças dá-se por meio do desenvolvimento de capacidades técnicas de instituições ou de indivíduos.
- [Manual de Convergência das Normas Licitatórias do PNUD](#) – Disciplina os procedimentos de aquisições e contratações dos serviços de consultoria pelo PNUD.

- [TAC/MPT](#) - É um Termo de Ajuste de Conduta para celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do processo nº 1044/2001 tramitando na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, referente a Consultores Técnicos.
- [TAC/MPT – segundo ajuste](#) - Ajuste ao Termo de Ajuste de Conduta para celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do processo nº 1044/2001 tramitando na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, referente a Consultores Técnicos.
- [Decisão TCU nº 178/2001](#) - Auditoria. MRE. Avaliação dos projetos de cooperação técnica internacional. Falhas nos procedimentos relacionados às aquisições de bens e serviços e às contratações de pessoal. Audiência dos responsáveis...
- [Decisão TCU nº 818, de 27 de setembro de 2000](#) - Determina que não se utilize dos acordos de cooperação técnica para pagar despesas com viagens e diárias de servidores da agência executora estranhos ao Projeto; que não se terceirize atividades típicas de Estado; que seja comunicado à Receita Federal e ao INSS os valores pagos pelo Programa das Nações Unidas aos consultores contratados.
- [Acórdão TCU nº 946/2004](#) - Determinação do Plenário no sentido da rigorosa observância do disposto na Lei nº 8.666/93 nas aquisições de bens e serviços, em sede de acordo ou projeto de cooperação, com recursos nacionais. Solicitação de prorrogação do prazo para o cumprimento da determinação.
- [Acórdão TCU nº 1918/2004](#) - Consulta formulada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Aplicabilidade do Manual de Convergência do PNUD ou da lei de licitações pelos organismos internacionais e a possibilidade de apresentação de propostas de convergência de determinados organismos internacionais que mantêm projetos de cooperação técnica internacional com órgãos e entidades do governo.
- [Acórdão TCU nº 1339/2009 - TCU – Plenário](#) – Representação contra a Agência Brasileira de Cooperação - MRE; Secretaria de Controle Interno - MRE; Secretaria de Educação Básica – MEC - Estudo dos parâmetros utilizados em acordos de cooperação técnica internacional, financiados exclusivamente com recursos nacionais. Identificação de Acordos de Cooperação Internacional destinados ao exercício de atividades meramente administrativas.

1.2 Descrição dos Projetos

• PROJETO IICA - PCT-BRA-IICA-08-012

Desenvolver e implementar políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas, promovendo o seu uso produtivo e socioeducativo para viabilizar a inclusão e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa Nacional de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil – LUZ para TODOS.

Em 22 de dezembro de 2008 foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/012 – Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos, para desenvolver e implementar políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas de energia elétrica, no valor total de US\$ 6.750.000,00 e duração de 36(trinta e seis) meses. Este Projeto teve aprovada uma revisão visando a prorrogação de sua vigência até 31/03/2012 e a redução do orçamento original em US\$ 2.250.000,00. Esta redução do orçamento se deveu à não formalização da doação do BID, em função das prioridades do próprio Governo brasileiro, relacionadas ao uso de recursos externos para o financiamento da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

- **NOVO PROJETO IICA**

As ações no âmbito da cooperação técnica com o IICA, durante o exercício de 2011, também envolveram a elaboração e tramitação junto à ABC/MRE, para fins de aprovação, de um novo PCT para dar suporte à implementação do Programa LpT no período 2012-2015, que se pretende assinar ainda em fevereiro de 2012. Atualmente o processo se encontra em fase de assinatura das partes (MME, IICA e ABC/MRE).

- **PROJETO META – LOAN 8095 BR**

Em 10 de dezembro de 2010 a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX/MP, emitiu a Recomendação nº 1214, autorizando o Ministério de Minas e Energia a iniciar a preparação do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (*Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project*), nas seguintes condições:

- 1 – Nome: Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META.
- 2 – Mutuário: República Federativa do Brasil.
- 3 – Executor: Ministério de Minas e Energia.
- 4 - Entidade Financiadora: Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.
- 5 – Valor: pelo equivalente até US\$ 99.208. 255,62
- 6 – Contrapartida: pelo equivalente até US\$ 6.944.578,29 - MME

1ª Fase: Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 49.604.127,81 – BIRD

2ª Fase: Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 49.604.127,81 – BIRD

No caso do Projeto META a “Unidade Gestora de Projeto - UGP” foi criada pela Portaria SE/MME nº 529, de 12 de setembro de 2011.

- **Projeto ESTAL**

As atividades financiadas pelo Banco Mundial ao Projeto ESTAL, iniciaram-se em 2004 e continuaram até 2010, após três prorrogações autorizadas pelo Banco.

Inicialmente a *closing date* do Projeto ESTAL foi fixada em 31 de dezembro de 2007 (Seção 2.03 do Contrato de Empréstimo), com prorrogações sucessivas até 15 de dezembro de 2010, a saber:

Tabela XXIV: Prorrogação da *closing date*

Prorrogação da <i>closing date</i>	
Data da Prorrogação	Recomendação COFIEX nº
30 de junho de 2009	-
15 de dezembro de 2009	499 de 14/01/2009
15 de dezembro de 2010	499 de 14/01/2009

Tabela XXV: Pagamentos de Encargos do Projeto ESTAL em 2011

Pagamentos de Encargos do Projeto ESTAL em 2011				
DATA	Nº DOC.	ENCARGOS	VALOR (R\$)	VALOR (US\$)
12/05/2011	OB800002	Juros	26.792,52	16.457,32
12/05/2011	OB800003	Comissão	9.051,44	5.559,85
12/05/2011	OB800001	Amortização	984.940,00	605.000,00
11/11/2011	OB800004	Amortização	505.237,80	286.822,48
11/11/2011	OB800005	Juros	23.388,05	13.277,35
TOTAL 2011		1.549.409,81	927.117,00	
TOTAL GERAL		8.275.218,29	4.419.316,37	

Atendendo pleito do Projeto ESTAL o Banco Mundial concedeu o período de graça até **25 de abril de 2011**, para realização dos pagamentos e pedidos de reembolsos remanescentes.

Todas as atividades de execução do Projeto foram encerradas antes do prazo de 15 de dezembro de 2010, não se utilizando o período de graça até 15 de abril de 2011 concedido pelo Banco Mundial.

Ocorre que somente em 16 de agosto a 2 de setembro de 2011 à SFC/CGU realizou os trabalhos de auditoria, referente ao encerramento do Projeto ESTAL, encerrando o processo com a emissão do Relatório de Auditoria nº 201111974, que consignou três constatações, que passaremos a comentar no Capítulo 15.

Em decorrência dos procedimentos internos do Banco Mundial em cancelar o saldo remanescente do Contrata de Empréstimo, antes de abril de 2011, prazo estipulado pela STN/MF, a Unidade Gestora do Projeto ESTAL realizou os procedimentos de pagamentos dos juros, comissões e amortizações da parcela de maio e novembro de 2011.

- **PNUD BRA 99/011**

A Cooperação Técnica PNUD BRA 99/011 foi encerrada em 30 de abril de 2010, conseqüentemente, no exercício em 2011 não realizamos ações novas, apenas executamos os procedimentos de encerramento do Projeto junto a ABC e PNUD

No exercício de 2011 o projeto recebeu do PNUD a importância de US\$ 367,00, a título de devolução de passagens aéreas e U\$ 18,00 correspondente a 5% da taxa de administração.

Em 28 de novembro de 2011 o PNUD elaborou a Revisão Semifinal do Projeto com os propósitos de registrar os gastos finais do Projeto, reduzir o orçamento total do Projeto em US\$ 1.278.161,31, registrar a devolução do saldo financeiro na ordem de US\$ 1.131.334,94 ao Tesouro Nacional e declarar o Projeto operacionalmente encerrado.

A devolução do saldo financeiro do Projeto encontra-se pendente em razão de que a Revisão Semifinal está na Consultoria Jurídica do MME para elaboração de parecer jurídico.

1.2.1 Valor do Empréstimo e das Cooperações Técnicas.

- **PROJETO IICA - PCT-BRA-IICA-08-012**

Aporte da Instituição Nacional Executora: US\$ 4.500.000,00

Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora: Orçamento do Ministério de Minas e Energia.

Valor Total do Projeto por Fontes:

Natureza da Despesa – 3380.39

Orçamento MME - Fonte 105: US\$ 4.500.000,00

Ação 1379 – Atendimento de demanda por energia elétrica em localidades isoladas – 25.752.0273.1379.0001.

- **Novo PCT IICA**

Aporte da Instituição Nacional Executora: R\$ 8.000.000,00

Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora: Orçamento do Ministério de Minas e Energia.

Valor Total do Projeto por Fontes:

Natureza da Despesa – 3380.39

Orçamento MME - Fonte 105: R\$ 8.000.000,00

Ação 20A9 – Apoio a iniciativas de uso produtivo de energia elétrica – 25.752.0273.20A9.0001

Tabela XXVI: Resumo dos Projetos

Projetos	Valores - US\$			
	Financiado	Contrapartida	Taxas	Total
META – Fase 1	49.604.127	4.039.287	-	53.643.414
PCT-BRA-IICA-08-012	-	4.275.000	225.000	4.500.000
Novo PCT-BRA-IICA	-	4.353.742	217.687	4.571.429
TOTAL	65.353.263	30.822.636	977.752	97.153.651

Fonte: Projeto META Loan 8095 BR, PCT BRA-IICA-08-012 e Novo PCT-BRA-IICA

1.3 Valores do empréstimo por categoria de gasto.

- **PCT BRA-IICA-08-012**

Tabela XXVII: Valor da Cooperação Técnica BRA 08/012 (Quadro A.1.8)

Orçamento da 1ª Revisão do PCT

Posição em 31/07/2011

Em R\$

Objeto de Gasto Maior (OGM)		Orçamento Original do PCT (A)	Orçamento Executado (Até 31/07/2011) (B)	Saldo Orçamentário (C) = (B - A)	Valor Alterado nesta Revisão ⁽¹⁾ (D)	Orçamento Proposto nesta Revisão (E) = (A + D)
Código	Especificação					
3	Treinamento, Capacitação	5.920.090,00	86.000,00	5.834.090,00	(5.770.090,00)	150.000,00
5	Documentos Técnicos	469.845,00	-	469.845,00	(469.845,00)	-
6	Aquisição/Aluguel de Equipamentos	-	-	-	-	-
7	Serviços de Comunicação	236.012,00	46.825,78	189.186,22	(136.012,00)	100.000,00
8	Contratos por Resultados e Serviços	6.788.545,00	6.151.758,18	636.786,82	1.961.455,00	8.750.000,00
9	Diversos	85.508,00	-	85.508,00	(85.508,00)	-
Subtotal		13.500.000,00	6.284.583,96	7.215.416,04	(4.500.000,00)	9.000.000,00
Custos Administrativos (5%)		675.000,00	314.229,20	360.770,80	(225.000,00)	450.000,00
Total		14.175.000,00	6.598.813,16	7.576.186,84	(4.725.000,00)	9.450.000,00

(1) Considera a diminuição do valor correspondente à Cooperação Técnica Não Reembolsável FUMIN/BID (US\$ 2.250.000,00).

Fonte: Revisão do PCT BRA/IICA/08/012

- **Projeto META**

Quanto a sua constituição o projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META – IBRD 8095 - BR faz parte de uma operação de crédito em fase final de contratação junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com financiamento de recursos no montante de US\$ 53.643.414,00 sendo US\$ 49.604.127,00 financiado pelo BIRD e US\$ 4.039.287,00 de contrapartida nacional.

Tabela XXVIII: Categorias do META

DESCRIÇÃO	Valores		PERCENTUAL MÁXIMO FINANCIADO PELO BIRD
	Reais	US\$	
Front and FEE (0,25%)	217.019,30	124.011,00	100%
Serviço de Consultoria	22.162.525,00	12.664.300,00	100%
Treinamento	950.075,00	542.900,00	100%
Bens, Obras e Serviços de não Consultoria	61.962.775,00	35.407.300,00	100%
Custos Operacionais	1.514.828,00	865.616,00	100%
TOTAL	86.807.222,30	49.604.127,00	-

Fonte: Manual Operativo do Projeto META

O montante de recursos alocados no Projeto, US\$ 53.643 milhões, está distribuído entre os seus componentes e subcomponentes, com destaque para o componente Desenvolvimento Tecnológico que conta com US\$ 35.691 milhões, (66,5%), dos quais o BIRD participa integralmente (100%).

Tabela XXIX: Componentes do META

COMPONENTES – Valores em US\$	BIRD	UNIÃO	PROJETO (100%)
1 Fortalecimento da capacidade do Governo visando o Desenvolvimento Sustentável dos Setores de Energia e Mineral	8.939.650	4.039.287	12.978.937
2 Fortalecimento dos Mecanismos de Regulação	2.327.300	0,00	2.327.300
3 Desenvolvimento Tecnológico	35.691.562	0,00	35.691.562
4 Suporte à Cooperação Sul/Sul	2.521.604	0,00	2.521.604
TOTAL DO PROJETO	49.480.116	4.039.287	53.519.403
Front-end Fee (0,25% do financiamento)	24.011	0,00	124.011
TOTAL DO FINANCIAMENTO	49.604.127	4.039.287	53.643.414

Fonte: Manual Operativo do Projeto META.

2 Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

a) Responsabilidades Institucionais

a.I) Competência Institucional

O regimento Interno do Ministério de Minas e Energia foi aprovado pela Portaria nº 144, de 23/6/2006 e publicado no DOU de 26/6/2006 e conforme o art. 41 compete ao Diretor de Programa:

“... ”

I – planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da Secretaria-Executiva; e

II – exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.”

A Portaria SE/MME nº 529, de 12 de setembro de 2011, no seu art. 1º, criou no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia a Unidade Gestora de Projeto – UGP, que ficou responsável por definir as diretrizes gerais e o plano de ação para a efetivação das atividades do Projeto META e será também responsável por avaliar, monitorar, controlar e aprovar todas as fases de implementação do Projeto.

A Unidade de Gestão do Projeto META foi implantada em consonância com as Diretrizes do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, tendo o Manual Operativo do Projeto META como instrumento principal para o gerenciamento do Projeto, na descrição dos processos, documentos padrão e outras instruções fixadas no Acordo de Empréstimo.

O Projeto BRA/IICA/08/012 é executado por um Comitê Diretivo e pela Coordenação Executiva, instância técnico-operacional do Instrumento de Cooperação Técnica.

Basicamente competem as UGPs dos Projetos definir as diretrizes gerais e os planos de ação para efetivação das atividades do projeto e também por avaliar, monitorar, controlar e aprovar todas as fases de implementação dos Projetos. As UGPs são integradas por servidores públicos alocados

pelo MME, empregados contratados pelo IICA e conta ainda com o apoio de consultores individuais para desenvolver os componentes dos Projetos.

No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 foi designado como ordenador de despesa, coordenador do Projeto META e Diretor Nacional das Cooperações Técnicas o servidor Alexandre Ramos Peixoto.

a.II) Objetivos Estratégicos

O objetivo principal do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META é contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineração, dando apoio à competitividade e crescimento econômico sustentável do país, assim como a modernização institucional dos setores, envolvendo áreas estratégicas do MME, quais sejam:

- Planejamento do Setor Energético e Matriz Energética Brasileira;
- Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- Monitoramento e Controle do Setor Elétrico;
- Aprimoramento de Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Inserção Social;
- Universalização do Programa Luz para Todos – LPT;
- Fontes Alternativas e Eficiência Energética;
- Petróleo e Gás;
- Segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Fortalecimento Institucional.

O PCT BRA/IICA/08/012 tem como objeto desenvolver e implementar políticas públicas de geração descentralizada de energia elétrica, promovendo o seu uso produtivo e socioeducativo para viabilizar o desenvolvimento de comunidades rurais isoladas no âmbito do Programa Nacional de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil – LUZ para TODOS, circunscritas na competência do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, conforme se apresenta no Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

São objetivos imediatos do PCT BRA/IICA/08/012:

- I. Testar e validar modelo de incorporação tecnológica que associa a produção de biocombustíveis e alimentos, em escala da agricultura familiar, que contemple a geração de energia elétrica local e sustentável.
- II. Desenvolver metodologias para a implementação de políticas públicas, tendo como base a geração descentralizada de energia elétrica com fontes renováveis e, especialmente, para organização da produção energética de pequeno porte.
- III. Promover monitoramento, análise e avaliação do Programa Luz para Todos e desenvolver metodologias para realizar a integração de ações e o uso produtivo e eficiente de energia elétrica nas comunidades atendidas pelo Programa.

O novo PCT tem como objeto Apoiar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento por energia elétrica em comunidades remotas, promovendo a geração a partir da utilização de fontes alternativas e renováveis, a inclusão sócio-produtiva e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema.

São objetivos imediatos do novo PCT:

- I. Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão sócio-produtiva e a mitigação da pobreza extrema.
- II. Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica.
- III. Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

Com a aprovação pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX/MP, em 10/12/2010 de dezembro de 2010, pela Recomendação nº 1214, autorizando o início da preparação do projeto META, e o encerramento dos Acordos de Cooperação Técnica com o PNUD em 31/1/2010 e 30/04/2010, assim como do projeto ESTAL em 15/12/2010, além da expectativa do final do PCT IICA 08/12 em dezembro de 2011, a Diretoria de Programa concentrou esforços em cinco linhas de ações, a saber:

- ✓ Priorizar a preparação, pré-negociação e negociação do Projeto META, com a implementação ainda em 2011;
- ✓ Iniciar a preparação de nova Cooperação Técnica (PCT) com o IICA;
- ✓ Continuidade de atendimento aos objetivos específicos e metas do Programa Luz para Todos, por meio BRA-IICA-08-012;
- ✓ Preparação do pedido de revisão e prorrogação por meio BRA-IICA-08-012, para março de 2012, permitindo a realização dos procedimentos de encerramento do PCT;
- ✓ Concluir os procedimentos de encerramento das Cooperções Técnicas com o PNUD e do projeto ESTAL.

• Preparação, Pré-Negociação e Negociação do Projeto META.

Quando dos procedimentos da última prorrogação do Projeto de Assistência Técnica do Setor de Energia – ESTAL - BRA 4708 em 2009, foi iniciado os entendimentos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para negociação de uma nova operação de crédito com objetivo suprir as diversas áreas do Ministério de Minas e Energia com um conjunto de estudos, serviços de consultoria e assistência técnica, basicamente na expansão do setor e fortalecimento institucional.

À época se cogitava conceber um novo projeto dentro de um ambiente de consolidação do modelo do setor elétrico já implantado, incluindo estudos para a implantação do novo modelo do setor mineral e, ainda, os investimentos em infraestrutura de pesquisa tanto no setor elétrico como no setor mineral.

Neste sentido, foi encaminhada em 10 de setembro de 2009, a Carta nº 217/2009/GM-MME, com a carta-política demonstrando a intenção do MME em contar novamente com a parceria do Banco Mundial, para a realização de nova operação destinada a subsidiar a concretização de medidas de vulto num horizonte de quatro ou cinco anos.

A anuência do Banco Mundial, por meio da correspondência datada de 30 de setembro de 2009, veio acompanhada de manifestação do Diretor para Região da América Latina e Caribe revelando “grande interesse em dar continuidade à parceria com o Ministério de Minas e Energia”.

Em seguida a Diretoria de Programa promoveu gestões junto aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério de Minas Energia, no sentido de materializar as expectativas e anseios de cada unidade em participar do novo projeto.

A conclusão da formulação do desenho do projeto culminou com o envio da Carta-Consulta a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ofício 929/GM-MME, de 14/6/2010, para apreciação e avaliação pelo Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externo – GTEC/COFIEIX.

Na sequência em 28 de julho de 2010, a Secretaria-Executiva apresentou o projeto na reunião do Grupo Técnico-GTEC/COFIEIX, que por sua vez em 10 de outubro de 2010, pelo FAX nº 274, encaminhou ao MME pedido de justificativas para 18 (dezoito) questões.

Pelo Ofício nº 1410/2010-SE/MME, de 15 de outubro de 2010, a Diretoria de Programas encaminhou a Nota Técnica nº 01/DP-SE/MME, as informações complementares acerca do Projeto em epígrafe, sobre os pontos elencados no referido documento do GTEC.

Finalmente em 10 de dezembro de 2010 a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX/MP emitiu a Recomendação nº 1214, autorizando o Ministério de Minas e Energia a iniciar a preparação do Projeto, em duas fases no valor total de US\$ 99.208.255,62 e US\$ 6.944.578,29.

A partir de abril de 2011, as atividades entre as instituições foram intensas no intuito de finalizar o ano com a assinatura do contrato de empréstimo. Para tanto, o Ministério de Minas e Energia e o Banco Mundial iniciaram as atividades necessárias para alcançar tal objetivo.

Primeiramente, o Banco enviou a este Ministério o **FMQ (Financial Monitoring Questionnaire)**, que trata do monitoramento financeiro. Em paralelo, foi desenvolvido o **Plano de aquisições**, o qual consolida todas as atividades contempladas no Projeto META. Tais atividades estão descritas nos **Termos de Referência**, que foram feitos com o apoio de cada coexecutor, os quais estão organizados em duas grandes pastas (primeira fase e segunda fase).

No dia 11 de fevereiro de 2011 aconteceu a **Primeira Missão do Banco Mundial** no Ministério de Minas e Energia. Na oportunidade, o Analista Financeiro do Banco, Sr. João Vicente e o Analista de Aquisições, Sr. Luciano Wuerzius, indicaram diretrizes de como proceder para finalizar tanto o FMQ quanto o plano de aquisições de forma a obter a não objeção da Entidade em ambos os documentos. Ademais, fazia-se mister o preenchimento do CAP (*Country Assessment Paper*), que reflete um **Questionário de Risco**, por parte desta Diretoria de Programa.

Normalmente, após o Ministério cumprir as demandas vindas do Banco Mundial, como o preenchimento de documentos, retornam-se os documentos ao Banco para considerações, mudanças e aprovações.

Findada a Primeira Missão, fez-se necessária a adaptação dos Termos de Referência e do Plano de Aquisições aos Padrões do Banco Mundial. Surgiu também a necessidade de desenvolver o **Plano de Gestão Ambiental - PGA**, o qual ficou a cargo do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental. Por fim, iniciou-se a elaboração do **MOP – Manual Operativo do Projeto**, o qual serve de referência para o Ministério de Minas e Energia, para os coexecutores e para o Banco Mundial. Trata-se de documento minucioso sobre a estrutura do Projeto e suas formas procedimentais, portanto, apesar de já aprovado pelo Banco Mundial, ainda não está finalizado.

Dentre os dias 13 a 22 de junho de 2011, realizou-se neste Ministério a **Segunda Missão do Banco Mundial**. Essa Missão foi direcionada a tratar dos seguintes assuntos: Gerenciamento Financeiro, Plano de Ações Mitigatórias e de Licitação, Salvaguardas, Indicadores de risco nos setores de energia e mineração e um *workshop* para tratar do tema Cooperação Sul-Sul.

Por oportuno, a equipe do Banco Mundial visitou todos os coexecutores em suas sedes para avaliação da capacidade institucional de cada órgão ou entidade em executar suas atividades no Projeto.

Após essa Missão, estipulou-se que semanalmente aconteceria reunião (via teleconferência), entre a Diretoria de Programa, representada pelo Sr. Alexandre Ramos Peixoto, Diretor de Programa, e o Banco Mundial, representado pelo Sr. Christophe de Gouvello, TTL (*Task Team Leader*) do Projeto META. Durante estas reuniões, identificavam-se pontos de melhora, atualizações de atividades de ambos e demandas necessárias entre o Banco e o Ministério. Portanto, houve celeridade no andamento das negociações haja vista o contato contínuo entre as duas instituições.

O Ministério de Minas e Energia encaminhou **solicitação de autorização ao Ministério da Fazenda para a contratação do empréstimo junto ao Banco Mundial**, bem como encaminhou ao **Ministério do Planejamento o pedido de contratação de pessoal temporário**. Ambas as solicitações foram positivamente sinalizadas. O concurso possibilitará a entrada de 17 novos servidores para trabalhar no Projeto META.

O Plano de Gestão Ambiental, depois de alterado algumas vezes, a pedido do Banco Mundial, foi aprovado e disponibilizado para **consulta pública** tanto pelo Ministério de Minas e Energia quanto pelo Banco Mundial.

Nos dias 23 e 24 de Agosto de 2011, a Equipe do Ministério de Minas e Energia foi até o Banco Mundial para **revisar o PAD (Project Appraisal Project)**, que se traduz em um documento oficial elaborado pelo Banco Mundial, em inglês e que serve para todas as consultas referentes ao Projeto. Na ocasião também se tratou sobre as alterações no Manual Operativo do Projeto - MOP e o Plano de Aquisições.

A reunião de **Pré-Negociação das Minutas Contratuais** realizou-se em 19 de setembro de 2011, envolvendo o MME, a STN, a PGFN e a SEAIN. Nesse momento, e por orientação da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, o **formato institucional do Projeto META seria modificado de um modelo centralizado para um modelo descentralizado**, passando algumas responsabilidades de execução para os coexecutores. Em decorrência dessa mudança, foi necessário ajustar os **Termos de Cooperação** entre a ANEEL, EPE, CPRM, DNPM, e os **Convênios** com o CEPEL e ONS. Tais documentos deveriam vir acompanhados dos pareceres jurídicos de cada uma dessas entidades, sinalizando positivamente quanto à mudança na estruturação do projeto.

Nos dias 21 a 23 de Novembro de 2011, Continuaram-se as **pré-negociações das Minutas de Contrato da Operação de Empréstimo**.

Ao dia 8 de novembro, aconteceu a reunião de **fechamento das Negociações da Operação de Crédito**. Nesta reunião estavam envolvidos o Governo Brasileiro (MME, STN, PGFN e a SEAIN) e o Banco Mundial. Todas as documentações estavam aprovadas. Porém, a PGFN sugeriu e o Banco Mundial acatou que a **assinatura do Convênio com o CEPEL e a aprovação do Manual Operativo do Projeto** seria condição de efetividade do Projeto META. Os Termos de Convênio serão assinados imediatamente após a assinatura do Contrato de Empréstimo, sendo que o Manual Operativo já está aprovado pelo Banco.

No dia 20 de dezembro de 2011 aconteceu a **reunião do Board do Banco Mundial** para a aprovação do acordo de empréstimo, o qual foi prontamente aprovado. Paralelamente, o projeto foi **apresentado ao Senado Federal, na Comissão de Assuntos Econômicos e em seguida no Plenário**, para aprovação. Em ambas as apresentações, o Projeto META foi aprovado. Em 30.12.2011 o Senado Federal publicou no Diário Oficial da União a Resolução nº 25, de 2011.

Todas as ações necessárias ao atingimento das metas para o exercício de 2011 foram devidamente cumpridas, podendo destacar como de mais relevantes:

- Elaboração de todos os Termos de Referência – TDRs, com a articulação com os coexecutores do projeto;
- Estruturação das fases 1 e 2 do projeto, com priorização das atividades;
- Realizações das duas missões do Banco Mundial ao Brasil;
- Realização das avaliações pelo Banco Mundial concernente à capacidade de gestão financeira e de aquisições para o projeto;
- Readequação de todos os TDRs obedecendo ao padrão exigido pelo Banco Mundial;
- Elaboração e aprovação pelo Banco Mundial do Plano de Gestão Ambiental – PGA;
- Elaboração do Manual Operativo do Projeto – MOP;
- Elaboração do Plano de Aquisições do Projeto nos moldes exigidos pelo Banco Mundial;
- Realização, em 19 de setembro de 2011, da Reunião de pré-negociação das minutas contratuais da operação de crédito, envolvendo o MME, a STN, PGFN e SEAIN;
- Realização, de 21 a 23 de setembro de 2011, da reunião de negociação das minutas de contratos da operação, com a participação do Banco Mundial, MME, STN, PGFN e SEAIN.
- Conclusão dos procedimentos efetivando a decisão estratégica de alteração da forma de execução das atividades do projeto, passando de execução centralizada (pelo MME) para execução descentralizada (execução pelos coexecutores);
- Realização, em 8 de novembro de 2011, da reunião de fechamento das negociações da operação de crédito, envolvendo o Banco Mundial, o MME, a PGFN, a STN e a SEAIN;
- Realização em 24 de novembro de 2011 da primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto – CGP; e
- Emissão das Deliberações do CGP nº 01 e 02, aprovando o Regimento Interno do CGP e o Manual Operativo do Projeto, respectivamente.

Quanto ao Convênio com o CEPEL, as providências iniciais já foram adotadas, tais como: o credenciamento da operação no SICONV, elaboração do cronograma de desembolso, conclusão da minuta do termo de convênio e aprovação das minutas pelas Consultorias Jurídicas do MME e CEPEL, continua pendente a formalização do plano de trabalho. A assinatura do termo de convênio, por disposição legal, deverá ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato de empréstimo.

Ações Futuras Necessárias para o Início da Implementação do Projeto META

Com as fases de aprovação, preparação e negociação do Projeto concluídas, resta a Diretoria de Programa implementar diversas ações em 2012, que resumidamente listamos a seguir:

- a) Acompanhar no Diário Oficial da União a publicação da autorização do Ministro da Fazenda encaminhada pela PGFN;
- b) **Treinamento nas áreas de gestão financeira (FM e disbursement) e de aquisição (procurement)** nos padrões do Banco Mundial, que diferem das regras brasileiras. Para tanto, esta Diretoria de Programa pretende formar turma com representantes de cada coexecutor e membros deste Ministério envolvidos no projeto para que tal capacitação ocorra ainda no primeiro mês do ano;
- c) Formalizar (inclusão no SINCOV e assinatura) os Termos de Cooperação e Convênios com os coexecutores;
- d) Negociar com a PGFN a data e o local da solenidade de assinatura do contrato para a segunda quinzena de janeiro de 2012;
- e) Solicita ao Banco mundial a declaração de efetividade do Projeto;
- f) **Antes de tornar o contrato efetivo e permitir o desembolso dos recursos:** solicita ao BACEN o registro da operação de crédito externo. No caso do contrato do META que será em língua estrangeira, a solicitação do registro deve ser acompanhada da tradução juramentada do contrato e cópia da versão original, devidamente reconhecida por notário público e consularizada;
- g) Publicar no D.O.U. o Extrato do Contrato de Empréstimo Externo com as características básicas da operação, discriminando: a espécie e o valor da operação, as partes envolvidas (devedora e credora), o objeto do financiamento, a data da celebração do contrato de empréstimo e os representantes das partes nominalmente;
- h) Encaminhar a SPOA o Termo de Referência, para realização de processo de licitação para contratação da entidade encarregada da realização do concurso público simplificado visando à contratação de pessoal temporário;
- i) Pleitear junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP a institucionalização da Diretoria de Programa, inserindo a Unidade na estrutura organizacional do MME;
- j) Solicitar parecer da PGFN antes do primeiro saque e desembolso;

- **Iniciar a Preparação de Nova Cooperação Técnica (PCT IICA)**

Em atenção à solicitação da Secretaria de Energia Elétrica do MME, a Diretoria de Programa da Secretaria Executiva, em colaboração com o DPUE/SEE e o IICA, elaborou e submeteu à avaliação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, uma proposta de projeto de cooperação técnica, a ser firmado com o IICA, com o propósito de Apoiar a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento por energia elétrica em comunidades remotas, promovendo a geração a partir da utilização de fontes alternativas e renováveis, a inclusão sócio-produtiva e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema.

Referido Projeto terá um período de execução de 48 meses, a partir do início de 2012, e um orçamento da ordem de R\$ 8.000.000,00 destinados à realização de três objetivos imediatos:

- I. Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão sócio-produtiva e a mitigação da pobreza extrema.
- II. Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica.
- III. Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica.

Ressalte-se a preocupação no sentido de que, até o momento não há uma definição quanto à equipe responsável pela operacionalização da implementação do PCT.

• **PCT BRA-IIICA-08-012**

Considerando que 2011 foi o terceiro ano de execução do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IIICA/08/012 – Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos, procuramos priorizar os seguintes objetivos:

- ✓ consolidar o apoio à execução do Programa Luz para Todos, realizando todas as contratações programadas para o período, notadamente dos consultores individuais;
- ✓ elaborar o Plano Operativo Anual (POA) - 2011 é o instrumento de programação previsto no art. 13 do Ajuste Complementar do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IIICA/08/012. Tem a finalidade de detalhar as atividades que serão executadas no ano de 2010, assim como os respectivos orçamentos;
- ✓ elaborar a revisão do PCT com vistas a acomodar os seguintes objetivos:
 - Prorrogação do prazo de vigência até 31/03/2012.
 - Redução do orçamento original em US\$ 2.250.000,00.
 - Exclusão dos Produtos 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 do Objetivo Imediato 1; 2.1, 2.3 e 2.7 do Objetivo Imediato 2; e 3.6 do Objetivo Imediato 3.
 - Ajuste de redação no Objetivo Imediato 2 e no Produto 2.6 e inclusão do Produto 2.8.
 - Realocação de recursos orçamentários entre os Objetivos Imediatos.

• **Encerramento do Projeto ESTAL**

Por meio dos Ofícios nºs 2227 e 2228/2008-ESTAL/SE/MME, respectivamente, encaminhou-se ao Banco Mundial e a Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, pedido de extensão da data de encerramento do Contrato de Empréstimo firmado com Banco Mundial – BRA 4708 até 31/12/2010.

A proposta de prorrogação para dezembro de 2010 foi analisada e aprovada pelo Grupo Técnico da COFIEIX, em janeiro de 2009, mediante Recomendação GTEC/COFIEIX nº 499, acolhida favoravelmente pela Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN e Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em 27 de março de 2009.

A despeito do pedido de prorrogação ao Ofício nº 2227/ESTAL/SE/MME ter sido concedido pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MP e Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2010, o Banco Mundial na expectativa de aprovação de nova operação de financiamento com Ministério de Minas e Energia e em razão das suas normas internas renovou o Projeto ESTAL somente até 15 de dezembro de 2009.

Com a ratificação pelo Banco Mundial da necessidade de término do projeto ESTAL (*closing date*) para 15 de dezembro de 2010, iniciamos os procedimentos de encerramento com as seguintes ações:

- ✓ preparação e organização do acervo documental do projeto, inclusive com a criação de um novo ambiente para guardar arquivo;
- ✓ resolução de todas as pendências financeiras e o último pedido de desembolso no valor de US\$ 34.195,63;
- ✓ solicitar cancelamento do saldo do empréstimo junto ao Banco Mundial e Tesouro;
- ✓ elaboração do relatório de encerramento do Projeto;
- ✓ solicitar e acompanhar a auditoria da CGU de encerramento do projeto ESTAL; e
- ✓ receber a missão do Banco Mundial de encerramento do Projeto.

b.II) Análise do Plano de Ações

A ação prioritária para o exercício foi a preparação e negociação do Projeto Meta, com o objetivo de concretização ainda em 2011, nesta esteira a Diretoria de Programa elaborou um plano de ação contendo três fases e doze sub-fases, abrangendo todo processo de autorização e cadastro da operação junto aos órgãos de governo (SEAIN, STN, PGFN, SENADO FEDERAL e BACEN) assim como a preparação e negociação junto ao Banco Mundial.

O Plano de Ação para preparação do Projeto META contemplou duas sub-fases com as atividades relacionadas ao Arranjo Institucional para a Implementação e Ações Transversais, que permitiram a montagem e organização da Diretoria de Programa, a implantação do Comitê Gestor de Projeto e a Unidade de Gestão de Projeto, criação da Unidade Gestora e do CNPJ, elaboração da Proposta de Lei Orçamentária para 2012, solicitação de abertura de processo seletivo simplificado para servidores temporários, capacitação das equipes de trabalho e notadamente a definição das demandas prioritárias da 1ª fase.

A revisão e prorrogação do PCT BRA-IICA-08-012 foi submetida a ABC/MRE e ao IICA e concluída em novembro de 2011. Quanto ao novo PCT IICA já foi aprovado pela ABC e IICA e encontra-se em fase de assinatura no MME.

Os procedimentos de encerramento do Projeto ESTAL foram concluídos com a emissão do Relatório de Auditoria da CGU nº 201111974.

c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.

Cabe registrar que embora o Projeto de Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos - BRA/IICA/08/012, seja exclusivamente para atender ao Programa de Luz Para Todos – LpT da Secretaria de Energia Elétrica do MME, os recursos e a execução do programa são de responsabilidade desta Secretaria.

Considerando que a Diretoria de Programa não teve a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), e devido às especificidades e características da UJ (gestão de recursos externos) foram promovidos os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos do presente relatório no sentido de seguir sempre que possível às orientações da Portaria TCU nº 123, de 12/5/2011 e DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.

Deixamos de preencher o Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Quadro A.2.1.

c.II) Execução Física das Ações

BRA-IICA-08-012

A prioridade do Projeto concentrou-se na consolidação do PCT, elaboração do POA 2011 absorvendo todas as necessidades de contratação de consultores individuais do LpT, que anteriormente eram realizadas no âmbito BRA 99/011.

Atividades programadas/realizadas para 2011 inseridas no POA do projeto:

Tabela XXX: Resumo Geral das Ações Previstas/ Realizadas em 2011

Descrição	Previsto para 2011		Realizado em 2011			
	Quant.	Valor R\$	Quant.	%	Valor R\$	%
Contratos Pessoa Física	14	1.196.500,00	14	100,00%	1.045.900,00	87,41%
Contratos Pessoa Jurídica	5	1.601.317,02	4	80,00%	1.571.417,02	98,13%
Eventos	1	43.000,00	1	100,00%	40.000,00	93,02%
Publicações	14	28.000,00	14	100,00%	15.800,31	56,43%
Passagens e Diárias	155	334.700,00	70	45,16%	150.038,04	44,83%
Aquisição de Bens	0	0,00	0	0,00%	0,00	0,00%
Total		3.203.517,02			2.823.155,37	

Fonte IICA

Tabela XXXI: Execução Física das ações realizadas

Descrição	Previsto (A)	Realizado				% (B/A)
		2009	2010	2011	Total (B)	
Contratos Pessoa Física	38	16	4	14	34	89,47%
Contratos Pessoa Jurídica (1)	56	7	3	1	11	19,64%
Eventos	44	1	1	1	3	6,82%
Publicações (2)	180	19	21	6	46	25,56%
Passagens e Diárias	400	62	58	70	190	47,50%
Aquisição de Bens	0	0	0	0	0	0,00%

(1) Considera as propostas técnicas firmadas com o IICA e contratos de prestação de serviço.

(2) Publicação de editais de seleção e extratos de contratos firmados no âmbito do PCT.

Os resultados alcançados pelo PCT em 2011 estão vinculados a baixa execução das ações programadas para os Objetivos Imediatos 1 e 2, conforme justificativa a seguir:

- ✓ Em relação ao Objetivo Imediato I: os atrasos ocorridos na implementação dos projetos em função da legalização dos estabelecimentos onde seriam instalados, o que prejudicou a avaliação dos resultados previstos.
- ✓ Em relação ao Objetivo Imediato II: a formalização da Cooperação Técnica Não Reembolsável não foi priorizada junto ao FUMIN/BID em função das demandas governamentais relacionadas com a realização das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Assim, como o Objetivo Imediato II do PCT está estreitamente relacionado com a Cooperação Técnica e depende da liberação dos recursos da Cooperação Técnica suas ações não foram iniciadas.

c.III) Indicadores Institucionais

- **BRA-IICA-08-012**

Tabela XXXII: Indicadores BRA 08/012

Período	Previstas		Realizadas		US\$
	Física	Financeira	Física	Financeira	%
2010	378	5.951.304,28	68	2.913.927,88	48,96
2009	140	7.094.387,00	102	1.800.398,31	25,37
2008	0	0,00	0	0,00	-

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

- **BRA-IICA-08-012**

Para cada exercício o PCT do IICA elabora o Plano Operativo Anual – POA com orçamento e as metas físicas que serão executadas no período. O orçamento programado para 2009 no montante de R\$ 8.276.344,28, não sofreu alteração ou variação.

O quadro contém o orçamento consolidado do Plano Operativo 2010, discriminado de acordo com as linhas orçamentárias do IICA, também denominadas Objeto de Gasto Maior – OGM.

Tabela XXXIII: Linha Orçamentária - BRA 08/012

Em R\$

LINHA ORÇAMENTÁRIA	VALOR DO ORÇAMENTO
1 - Pessoal Internacional	
2 - Pessoal Nacional	
3 - Capacitação, Treinamento e Eventos	400.000,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	
5 - Material de Consumo	
6 - Aquisições (Equipamentos e Mobiliário)	
7 - Serviços de Comunicação	145.000,00
8 - Contratos por Resultados (consultorias e serviços)	7.731.344,28
9 - Diversos	0,00
Sub-Total	8.276.344,28
TIN (Tasa Institucional Neta - 5%)	356.891,00
Total	8.633.235,28

Fonte: POA IICA para 2010

O Demonstrativo a seguir apresenta a Matriz de Detalhamento das Atividades e Recursos Previstos e Mobilizados do Projeto para o exercício de 2011, com os quantitativos das atividades:

Tabela XXXIV: Tabela IX: Ações do BRA 08/012 – para 2011

Resumo Geral das Ações Previstas para 2009	Descrição	Quantidade 2011	Valor Em R\$
	Contratos Pessoa Física	14	1.196.500,00
	Contratos Pessoa Jurídica	5	1.616.317,02
	Eventos	1	43.000,00
	Publicações	14	28.000,00
	Passagens e Diárias	155	334.700,00
	Aquisição de Bens	0	0,00
			3.218.517,02

Fonte: Anexo I do PCT IICA -

O orçamento constante do POA 2011 contempla os recursos por objetivo imediato, conforme demonstrado no Quadro A 2.24 – Orçamento por Objetivos:

Tabela XXXV: Discriminação da Despesa por Objetivos

Discriminação da Despesa	Objetivo Imediato			Total
	1	2	3	
Contratos Pessoa Física	32.640,00	0,00	1.163.860,00	1.196.500,00
Contratos Pessoa Jurídica	0,00	415.500,00	1.185.817,02	1.601.317,02
Eventos	0,00	0,00	43.000,00	43.000,00
Publicações	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
Passagens e Diárias	0,00	0,00	334.700,00	334.700,00
Aquisição de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	32.640,00	415.500,00	2.755.377,02	3.203.517,02

Fonte: PCT IICA

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

BRA IICA 08-012

De acordo com informações extraídas dos controles de execução orçamentária e financeira, verifica-se que o Projeto executou os seguintes valores, em reais, desde sua implantação (12/2008):

Tabela XXXVI: Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira do PCT

Posição em 31/12/2011

Descrição	Valor (Em R\$)	Valor (Em US\$(1))
I - Orçamento Total do PCT⁽¹⁾	9.450.000,00	4.500.000,00
Aporte da Instituição Nacional Executora (MME) - Fonte 134	9.450.000,00	4.500.000,00
Cooperação Técnica FUMIN/BID (Doação) ⁽²⁾ - Fonte 195	-	-
II - Compromissos Firmados/Em processo de Contratação:	8.738.126,85	4.161.012,79
Contratos Firmados - Consultoria por Produto - Pessoa Física	3.120.309,87	1.485.861,84
Contratos Firmados - Pessoa Jurídica	1.540.816,98	733.722,37
Propostas Técnicas (Contratação Direta do IICA)	4.077.000,00	1.941.428,57
III - Saldo Orçamentário (I - II)	711.873,15	338.987,21
IV - Recursos Financeiros Repassados ao IICA	9.000.000,00	4.285.714,29
- Recursos financeiros repassados ao IICA (Ordem Bancária nº 2008OB900239, de 23/12/2008)	4.000.000,00	1.904.761,90
- Recursos financeiros repassados ao IICA (Ordem Bancária nº 2009OB800214, de 24/09/2009)	3.000.000,00	1.428.571,43
- Recursos financeiros repassados ao IICA (Ordem Bancária nº 2010OB800210, de 15/07/2010)	1.200.000,00	571.428,57
- Recursos financeiros repassados ao IICA (Ordem Bancária nº 2010OB800294, de 21/10/2010)	800.000,00	380.952,38
V - Pagamentos Realizados	7.914.355,64	3.768.740,78
Consultoria - Pessoa Física	2.453.800,00	1.168.476,19
Consultoria - Pessoa Jurídica	758.309,19	361.099,61
Propostas Técnicas - IICA	3.772.500,00	1.796.428,57
Passagens Aéreas	179.131,32	85.300,63
Diárias	208.563,56	99.315,98
Publicações	39.177,49	18.655,95
Eventos	126.000,00	60.000,00
Subtotal	7.537.481,56	3.589.276,93
Taxa de Administração IICA (5%)	376.874,08	179.463,85
VI - Saldo Financeiro (IV - V)	1.085.644,36	516.973,51
VII - Recursos Financeiros a Comprometer	261.873,15	124.701,50
VI - Saldo Financeiro	1.085.644,36	516.973,51
VII - Compromissos a Pagar (II - V)	823.771,21	392.272,01
VIII - Previsão de Compromissos a serem firmados	44.900,00	21.380,95
Serviços de editoração e impressão de cartilhas nas línguas indígenas kadiweu e kinikinau	44.900,00	21.380,95
	-	-
Saldo Parcial	216.973,15	103.320,55
Resultado de Aplicações Financeiras	393.202,09	187.239,09
Saldo Disponível para novos Compromissos	610.175,24	290.559,64

(1) Taxa de Câmbio utilizada: US\$ 1,00 = R\$ 2,10, referente a outubro de 2008.

(2) Valor originalmente previsto US\$ 2.250.000,00, porém, a doação não foi formalizada.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Não foi registrada no âmbito dos projetos a ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Não ocorreu execução de restos a pagar nos Acordos de Cooperação Técnica.

5. Recursos Humanos da Unidade

Com o encerramento dos contratos de trabalhos dos servidores temporários em 31/07/2009, o Projeto vem procurando suprir as vagas existentes por servidores efetivos e servidores ocupantes de cargo de confiança, ao mesmo tempo em que solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP a contratação de servidores da carreira de Analista e Infraestrutura.

Para atender as exigências do Banco Mundial, o MME submeteu à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, por meio do Aviso nº 87/2011/GM – MME, de 2 de junho de 2011, solicitação para a realização de processo seletivo simplificado para a contratação, por tempo determinado, de profissionais necessários à execução das atividades técnicas especializadas no âmbito do Projeto META.

No mesmo intuito, o MME instituiu a UGP do Projeto META, por meio da Portaria MME nº 529, de 12/09/2011, com a finalidade de gerir as ações do Projeto META, vinculando-a à Diretoria de Programa da Secretaria Executiva do MME.

Em resposta à solicitação, o MP editou a Portaria Interministerial nº 456, de 28 de outubro de 2011, autorizando o MME a contratar, a partir de 2012, até 17 (dezesete) profissionais, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Atualmente, o quadro de pessoal do META é composto por 10 (dez) colaboradores: Diretor do Projeto, Coordenador de Controle, Coordenador Técnico (Especialista em Licitações), Coordenador Financeiro, Coordenador Administrativo e tem como “*staff*” 5 (cinco) colaboradores para as atividades financeiras e administrativas e (2 dois) estagiários:

Tabela XXXVII: Quadro de Colaboradores do META

Servidor	Situação Funcional	Função no Projeto
Alexandre Ramos Peixoto	Servidor Público	Coordenador-Geral do Projeto até 31/12/2011
Jorge da Silva Mendes	Servidor Público	Coordenador-Geral do Projeto
Paulo Emílio Teixeira Barbosa	Servidor Público Efetivo	Coordenador de Controle
Cecília de Paula Torres Parente	Servidora Pública	Coordenadora Relações Institucionais
Raimundo Patrocinio Sales da Cruz	Servidor Público	Coordenador Financeiro
Aline de Queiroz Caldas	Servidora Pública	Coordenadora Administrativa
Martha Portela Rocha Martins	Anistiada	Assistente Administrativo
Lucia Helena Menezes de Holanda	Anistiada	Assistente Administrativo
Leobina Cardeal da Silva Soares	Anistiada	Assistente Administrativo
Patricia lima Silva	Servidora Pública	Secretária
Maria Edna Rodrigues Silva	Recepcionista	Apoio Administrativo

Fonte META

5.3 – Equipe do Projeto BRA IICA 08/012 para 2011

A equipe de trabalho do Projeto é formada por 5 (cinco) empregados contratados pelo IICA, a saber:

Tabela XXXVIII: Quadro de Colaboradores do IICA

Nome do Empregado	Função
Jose Ari Lacerda Braga	Coordenador de Enlace
Welton Deivid Marciliano	Técnico
Fabiana da Silva Vilanova	Técnica
Eder Julio Ferreira	Técnico
Eduardo Claudio Madeira	Técnico

Fonte PCT IICA

A gestão de recursos humanos é centralizada na Coordenação - Geral de Recursos Humanos do SPOA/MME, consequentemente, não são praticados atos e admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

6. Informação sobre Transferências

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

Os projetos e acordo de cooperação técnicas vinculadas a Diretoria de Programa não realizaram transferências no exercício de 2011.

7. Declaração da Área Responsável

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

8. Declarações de Bens e Rendas

Os projetos e acordo de cooperação técnicas vinculadas a Diretoria de Programa emitiram no período as declarações de Imposto de Renda de Consultores – DERC, que foram encaminhadas dentro do prazo estabelecido na legislação.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

A estrutura orgânica da Diretoria de Programa decorre da arquitetura de processos e expressa em organograma com as atribuições orientadas por processos, que refletem os objetivos de desenvolvimento e específicos, produtos e resultados esperados de todos os Projetos (Acordo de Empréstimo ou Cooperação Técnica), assim como as expectativas das diversas áreas do MME.

Os macroprocessos em gestão de projetos apresentam características intrínsecas, pois os principais processos horizontais (de produção) em outras Unidades do MME, são processos verticais (serviços) de apoio as atividades fins.

MACROPROCESSO		
PROCESSOS	SUBPROCESSOS	ATIVIDADES
DIREÇÃO	APROVAÇÃO	APROVAR AS DIRETRIZES GERAIS DE PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS PROJETOS
	ORDENADOR DE DESPESA	ASSESSORAR O SECRETÁRIO-EXECUTIVO EM ASSUNTOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS AOS PROJETOS, MANTER ARTICULAÇÃO COM OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS COORDENAR, PLANEJAR, SUPERVISIONAR, ORIENTAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES VINCULADAS AOS PROJETOS, ORDENAR DESPESA
GESTÃO DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE	PLANEJAMENTO	ELABORAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO DOS PROJETOS E ELABORAR E REVISAR MANUAIS OPERACIONAIS
	AVALIAÇÃO/CONTROLE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS ATIVIDADES, ELABORAR RELATÓRIOS, PROPOR NOVAS METODOLOGIAS E ACOMPANHAR AS AÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO ELABORAR RELATÓRIOS ESPECÍFICOS E IFRs, CONSOLIDAR AS INFORMAÇÕES DOS DIVERSOS PROJETOS E IMPLEMENTAR AS DETERMINAÇÕES DAS AUDITORIAS.
GESTÃO TÉCNICA	SELEÇÃO. CONTRATAÇÃO	REALIZAR E ACOMPANHAR OS PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS.
	ACOMPANHAMENTO	ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHOS E AQUISIÇÕES ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E MONITORAMENTO DOS COMPONENTES E SUBCOMPONENTES
GESTÃO ADMINISTRATIVA	ADMINISTRAÇÃO	MANTER ATUALIZADO OS DADOS E REGISTROS FUNCIONAIS DOS CONSULTORES CONTRATADOS, ELABORAR RELATÓRIOS GERENCIAIS
	ACERVO DOCUMENTAL	PROVIDENCIAR DIÁRIAS E PASSAGENS, CONTROLE DOS BENS PATRIMONIAIS E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA INSTRUÇÃO DE PROCESSOS, ARQUIVOS DE PROCESSOS, GERENCIAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO CORRENTE.
GESTÃO FINANCEIRA	FINANCEIRO	ELABORAR A PLOA, ELABORAR PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E FORNECER INFORMAÇÕES PARA AS EQUIPES DE AUDITORIA
	DESEMBOLSO	PEDIDO DE SAQUE, PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONTROLE DA CONTA DESIGNADA E FORNECER INFORMAÇÕES PARA AS EQUIPES DE AUDITORIA, ELABORAR OS IFR's
RELAÇÕES INTERNACIONAIS COOPERATIVAS	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	ARTICULAÇÃO COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CÁRTER MULTILATERAL.

**Tabela XXXIX: -
Macroprocessos dos
Projetos**

Neste sentido observa-se que os principais macroprocessos no ciclo de gestão dos projetos são: gestão de monitoramento e avaliação, gestão financeira e gestão técnica, são processos vinculados à execução do projeto e aos resultados esperados (horizontais), os outros processos são de serviço ou de apoio (verticais), a saber: direção, gestão administrativa e relações internacionais e corporativa.

Gestão de Processos

Para efeito de funcionamento e avaliação dos sistemas de controle interno destacamos os processos de gestão técnica e financeira, para aplicação do Questionário - Quadro A.9.1 – Estrutura de Controle Internos (item 9.1 da Portaria TCU nº 123/2011). A metodologia utilizada foi de distribuição e entrevista com todos os colaboradores das equipes de trabalho vinculados a cada processo.

9.1. Estrutura de Controles Internos da Diretoria de Programas

9.1.1 – Estrutura de Controles Internos do Processo Gestão Técnica.

O processo de Gestão Técnica esta constituído de dois subprocessos de Seleção e Contratação e Acompanhamento de Contrato, que demonstram os fluxos de trabalho e atividades sequenciais e interdependentes, necessárias e suficientes para a execução dos projetos, que por sua vez contemplam diversas atividades, que a seguir exemplificamos:

- ⇒ coordenação e supervisão técnica dos projetos;
- ⇒ priorização dos subprojetos (ações);
- ⇒ coordenação das Comissões de Licitações;
- ⇒ orientação e revisão dos termos de referência, editais, solicitação de proposta e demais documentos de seleção;
- ⇒ elaboração do Plano de Aquisição, Plano Operativo Anual e demais instrumentos de planejamento;
- ⇒ manter os registros e controles das compras de bens e serviços com recursos dos Projetos;
- ⇒ consolidar e disponibilizar as informações dos Projetos para os diversos órgãos e instituições que atuam no âmbito do Ministério de Minas e Energia;
- ⇒ promover a articulação técnica entre as coordenações dos Projetos com os diversos demandantes, usuários e requisitantes dos serviços; e
- ⇒ avaliar, monitorar e acompanhar as atividades técnicas em articulação com a Coordenação de Planejamento, Avaliação e Controle dos Projetos;
- ⇒ acompanhamento técnico da gestão e fiscalização dos contratos;
- ⇒ alimentação e operacionalização do Sistema Gerencial (SIGMA); e
- ⇒ elaboração de Termo de Convênio e Termo de Cooperação.

9.1.1.1 – Quadro A.9.1 – Estrutura de Controle Internos da Gestão Técnica (item 9.1 da Portaria TCU nº 123/2011).

Tabela XL: Estrutura de controles internos da Diretoria de Programas

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
<p>Considerações Gerais: As questões 16 e 17 foram interpretadas da Avaliação de Risco com o nível de avaliação 1, por considerar que nunca existiu ocorrência de fraude na Unidade. Por força do contrato de empréstimo com o Banco Mundial e dos acordos básicos de cooperação técnica, existe na estrutura da Diretoria de Programa uma unidade de <i>controller</i> que garante ambiente de controle satisfatório e adequado aos objetivos e funcionamento dos projetos. Com exceção do Relatório de Auditoria de 2010, a partir de 2008, os relatórios de auditoria da SFC/CGU são expedidos com parecer de “regular” refletindo a adequada estrutura de controle dos projetos.</p> <p>Metodologia: A metodologia empregada para responder esse questionário foi de distribuir os questionários para os membros das equipes e realização de reuniões e debates, no âmbito da Diretoria de Programas, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.1.2. – Estrutura de Controles Internos do Processo Gestão Financeira.

O processo de Gestão Financeira esta constituído de dois subprocessos: Financeiro e Desembolso, que demonstram os fluxos de trabalho e atividades sequenciais e interdependentes, necessárias e suficientes para a execução dos projetos, que por sua vez contemplam diversas atividades, que a seguir exemplificamos:

- ⇒ Elaboração da Proposta Orçamentaria Anual (PLOA);
- ⇒ Controle Orçamentário – Declaração de Disponibilidade;
- ⇒ Execução Orçamentária e Financeira, Programação Financeira, Pagamentos Pessoas Física e Jurídica (Empenho e Ordem Bancária);
- ⇒ Prestação de Contas e Solicitação de Desembolsos;
- ⇒ Controle das Contas Contábeis e Gerenciais do Projeto - Administração do Plano de Contas e Plano Interno-PI dos projetos;
- ⇒ Prestação de Contas/Recomposição do Fundo Rotativo;
- ⇒ Elaboração dos Relatórios Financeiros (ITR's) e Relatório de Progresso;
- ⇒ Conciliação da Conta Designada;
- ⇒ Alimentação e Operacionalização do Sistema Gerencial (SIGMA);
- ⇒ Emissão da DIRF (Imposto de Renda) e Preenchimento e Envio da GFIP (INSS);
- ⇒ Registro dos Contratos Administrativos; e
- ⇒ Emissão de parecer técnico sobre a execução financeira dos Convênios.

9.1.2.1 – Quadro A.9.1 – Estrutura de Controle Internos da Gestão Financeira (item 9.1 da Portaria TCU nº 123/2011).

Tabela XLII: Estrutura de controles internos da Diretoria de Programas

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
<p>Considerações Gerais: As questões 16 e 17 foram interpretadas da Avaliação de Risco com o nível de avaliação 1, por considerar que nunca existiu ocorrência de fraude na Unidade. Por força do contrato de empréstimo com o Banco Mundial e dos acordos básicos de cooperação técnica, existe na estrutura da Diretoria de Programa uma unidade de <i>controller</i> que garante ambiente de controle satisfatório e adequado aos objetivos e funcionamento dos projetos. Com exceção do Relatório de Auditoria de 2010, a partir de 2008, os relatórios de auditoria da SFC/CGU são expedidos com parecer de “regular” refletindo a adequada estrutura de controle dos projetos.</p> <p>Metodologia: A metodologia empregada para responder esse questionário foi de distribuir os questionários para os membros das equipes e realização de reuniões e debates, no âmbito da Diretoria de Programas, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

14. Renúncia Tributária

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não ocorreram deliberações do TCU, em 2011.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

Não restaram deliberações pendentes do TCU, em 2011.

15.3 Recomendações da Unidade de Controle Interno (OCI) e Banco Mundial.

15.3.1 Recomendações da SFC/CGU para o Projeto ESTAL

Projeto ESTAL

No período de 16/08 a 02/09/2011 a gestão de 2011 do Projeto ESTAL foi submetida à auditoria da Secretaria Federal de Controle de Interno – SFC/CGU, que originou no Relatório de Auditoria nº. 21111974, de 16.12.2011 e Parecer dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras Básicas. O Relatório de Auditoria foi encaminhado por meio do Ofício nº 38179/2011/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, apresentando os resultados dos exames realizados no Projeto ESTAL.

Em função do encerramento do Projeto ESTAL em 15/12/2010 os trabalhos de auditoria abrangeram toda execução do Projeto, do período de 2004 a 2010.

Os analistas da SFC apresentaram o Parecer com três constatações ou ressalva, consignadas nos itens 1.1.1.2, 1.1.12.2 e 1.1.12.3 a seguir detalhadas:

RESUMO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 201111974

- Itens:

1.1.1.2: Não elaboração do Plano de Atingimento Contínuo dos Objetivos do Projeto – Cláusula 3.05 do Contrato de Empréstimo.

Recomendação 01: Que a Unidade construa o mencionado documento.

1.1.12.2: Impropriedade apresentadas na contratação de instituição para realização de curso a distância:

1 – Recebimento de nova proposta pela Comissão de Seleção após o ato de abertura, com alterações substanciais;

2 – Inexistência de Comparação de Preços junto ao mercado ou outras instituições similares;

3 – Realização de curso a distância para um número limitado de alunos sem previsão de aplicação do mesmo para novas turmas; e

4 – Existência de superfaturamento pela remuneração desnecessária de cargos de staf e de diversas coordenações, além do estabelecimento linear de horas para todos os cargos da equipe de execução e do acréscimo de 2080 horas por meio de aditivo contratual.

Recomendação 02: Que seja apurada responsabilidade dos membros da comissão de licitação e do Diretor de Projeto à época.

Recomendação 03: Que sejam devolvidos aos cofres do tesouro nacional o valor de R\$ 171.981,78 relativo à reformulação da proposta após a sua abertura pela Comissão de Licitação, bem como seja realizado o levantamento dos valores referentes á prorrogação do curso que devem ser devolvidos pela FAEPESUL.

Recomendação 04: Que o MME submeta o fato ao BIRD quanto a inexigibilidade dos gastos mencionados.

Recomendação 05: Que as Secretarias do MME afetas aos Projetos relativos à Recursos externos estejam atentas no momento da aceitação de produtos para faturamento avaliando se o produto entregue condiz com as obrigações contratuais.

1.1.12.3 Equipe técnica da consultora composta por servidores públicos.

Recomendação: Que a UGP elabore mecanismos de “checagem” e controle para que as contratações de servidores públicos atendam as diretrizes do Banco Mundial.

TABELA XLIII: Relatório de Cumprimento Das Recomendações do OCI (Quadro A.15.3)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201111974	1.1.1.2	Ofício nº 38179/2011/DIENE/DI/SFC/C GU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Descrição da Recomendação:			
Não elaboração do Plano de Atingimento Continuo dos Objetivos do Projeto – Cláusula 3.05 do Contrato de Empréstimo - Recomendação 01 - Que a Unidade construa o mencionado documento			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Síntese da providência adotada:			
Elaborar o Plano de Atingimento Continuo dos Objetivos do Projeto – Cláusula 3.05 do Contrato de Empréstimo.			
Síntese dos resultados obtidos			
Pelas características do Projeto, que durante a sua execução contratou um conjunto de serviços de consultoria, aliado ao encerramento do projeto em 2010, a implantação do mencionado Plano poderá resultar em baixa eficácia.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo			

gestor
O Plano esta em fase de elaboração, porém identificamos algumas dificuldades na obtenção de informações precisas, já que a equipe do projeto foi toda desmobilizada com o encerramento dos contratos temporários em julho de 2009. Como fator positivo ficam as lições aprendidas para os projetos em andamento na Diretoria de Programa.

Tabela XLIII: Estrutura: Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Quadro A.15.3)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201111974	1.1.12.2	Ofício nº 38179/2011/DIENE/DI/SFC/C GU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 02: Que seja apurada responsabilidade dos membros da comissão de licitação e do Diretor de Projeto à época.			
Recomendação 03: Que sejam devolvidos aos cofres do tesouro nacional o valor de R\$ 171.981,78 relativo à reformulação da proposta após a sua abertura pela Comissão de Licitação, bem como seja realizado o levantamento dos valores referentes à prorrogação do curso que devem ser devolvidos pela FAEPESUL.			
Recomendação 04: Que o MME submeta o fato ao BIRD quanto a inexigibilidade dos gastos mencionados.			
Recomendação 05: Que as Secretarias do MME afetas aos Projetos relativos à Recursos externos estejam atentas no momento da aceitação de produtos para faturamento avaliando se o produto entregue condiz com as obrigações contratuais.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Síntese da providência adotada:			
- Notificar todos os responsáveis envolvidos; Reunir com a Consultoria Jurídica e Assessor de Controle Interno, solicitando orientações quanto aos procedimentos que serão adotados; Reunião com todos os responsáveis para contextualizar as constatações e recomendações da CGU; e Notificar e submeter ao Banco Mundial o mencionado relatório.			
Síntese dos resultados obtidos			
Pelas características do Projeto, que durante a sua execução contratou um conjunto de serviços de consultoria, aliado ao encerramento do projeto em 2010, a implantação do mencionado Plano poderá resultar em baixa eficácia.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As recomendações nºs 2 e 3 poderão repercutir no projeto META, por perde de credibilidade da Equipe da Diretoria de Programa, junto ao Banco Mundial e as unidades organizacionais do MME.			

TABELA XLIV: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (A.15.3)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201111974	1.1.12.3	Ofício nº 38179/2011/DIENE/DI/SFC/C GU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Descrição da Recomendação:			
Equipe técnica da consultora composta por servidores públicos. Recomendação: Que a UGP elabore mecanismos de “checagem” e controle para que as contratações de servidores públicos atendam as diretrizes do Banco Mundial.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação.			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Síntese da providência adotada:			
A recomendação será incorporada ao Manual Operativo do projeto META e demais procedimentos de seleção e contratação.			
Síntese dos resultados obtidos			
A eficácia da recomendação será medida quanto da entrada em execução do Projeto META.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A recomendação deverá repercutir de forma positiva, pois garante a aderência dos procedimentos as normas e diretrizes do Banco Mundial, assim como da legislação nacional.			

15.3.2 Recomendações da BRA IICA 08/012

O Projeto BRA IICA 08/012 foi auditado pela SFC/CGU no exercício de 2011, no âmbito da Auditoria de Gestão da Secretaria de Energia Elétrica, não restando nenhuma recomendação.

15.3.3 Recomendações do BANCO MUNDIAL

Não ocorreram atividades de revisão prévia no exercício de 2011.

15.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

15.4.2 Recomendações da SFC/CGU para o Projeto ESTAL

Tabela XLV: Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício (Quadro A.15.4)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201111974	1.1.1.2	Ofício nº 38179/2011/DIENE/DI/SFC/ CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 02: Que seja apurada responsabilidade dos membros da comissão de licitação e do Diretor de Projeto à época.			
Recomendação 03: Que sejam devolvidos aos cofres do tesouro nacional o valor de R\$ 171.981,78 relativo à reformulação da proposta após a sua abertura pela Comissão de Licitação, bem como seja realizado o levantamento dos valores referentes à prorrogação do curso que devem ser devolvidos pela FAEPESUL.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação.			Código SIORG
Diretoria de Programa – Projeto ESTAL			002852
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Diretoria de Programa esta iniciando os procedimentos de notificação a FAEPESUL, para pagamento do valor indicado na Recomendação 02 e solicitando a abertura do processo de sindicância. O Banco Mundial solicitou que Diretoria de programa aguarda-se a manifestação dos técnicos do Banco.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4.2 Recomendações da BRA IICA 08/012.

O PCT BRA IICA 08/12 não foi auditado no período, portanto, não existe recomendações pendentes.

15.4.2 Recomendações do Banco Mundial

Não existem recomendações pendentes do Banco Mundial em 2011.

16. Informações Sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.

Não existe na estrutura da Diretoria de Programa/MME uma Unidade de Auditoria Interna

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

17.1 Os Impactos sobre o Fornecimento dos Bens e Serviços Objetos dos Contratos (item 31 – b da Parte C da DN TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010)

17.1.1 Projeto ESTAL

a) Principais objetivos alcançados e impactos.

Inicialmente o Projeto ESTAL pode não ter cumprido todas as metas programadas no PAD, mas, com a mudança do cenário no Setor de Energia a partir de 2003, os resultados alcançados demonstram significativos impactos nos setores de energia e mineral, que permitiram retomar o planejamento de longo prazo, consolidação do novo marco legal do setor de energia, elaboração do Plano Nacional de Mineração 2030 e o marco regulatório da mineração, apenas para destacar os impactos mais relevantes.

Dentre os vários objetivos alcançados por meio da implantação das ações e atividades previstas no âmbito do Projeto ESTAL, pode-se destacar:

b) Desenvolvimento de Mercado e Regulação

Neste componente foram tratadas questões técnicas importantes principalmente os estudos relacionados com as questões tributárias inseridas nas tarifas de energia elétrica.

c) Acesso à Energia e Tarifas de Baixa Renda.

A atuação do Projeto ESTAL proporcionou a contratação de consultores individuais que atuam no Programa Luz para Todos, para desenvolver e implementar políticas públicas que proporcionaram o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas de energia elétrica.

Os estudos abrangeram a fiscalização da execução do Programa de Revitalização e Capacitação - PRC/PRODEEM, capacitação de multiplicadores em energia elétrica e economia solidária, em comunidades quilombolas ou rurais, beneficiadas com o Programa Luz para Todos.

d) Gestão de Meio Ambiente

- Avaliação de Desempenho do sistema de licenciamento para o setor de energia no Brasil;
- Avaliação da performance do sistema de licenciamento ambiental do Brasil;
- Gerenciamento de informações de licenciamento ambiental dos empreendimentos de geração de energia elétrica constantes no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDEE, com recorte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE.

e) Esses trabalhos subsidiaram:

1. Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, que instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial do Cadastro Socioeconômico, no âmbito e sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia;
2. Encontra-se em processo de finalização a minuta de Portaria Interministerial MME/MMA/MPA/MDA/MAPA que regulamenta o Decreto 7.342/2010;
3. Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009, que altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental;
4. Decreto 7.154, de 9 de abril de 2010, que sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos de aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de unidades de conservação, bem como para autorizar a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável;
5. Portaria Interministerial MMA/MME no 494/2010 que institui o Grupo Estratégico de Acompanhamento de Empreendimentos Energéticos Estruturantes.
 - Contratação de consultoria de pessoa física para avaliação das diretrizes adotadas pelo IBAMA, quanto ao meio biótico, na emissão de Termos para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA de empreendimentos hidrelétricos; e proposição de novas diretrizes que sejam capazes de identificar os impactos necessários para avaliação da viabilidade do empreendimento.
 - O trabalho realizado apoiou a proposta do MME na proposição de revisão do Termo de Referência referente ao meio biótico do Estudo de Impacto Ambiental.
 - Contratação de consultoria de pessoa física para avaliação da aplicabilidade do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial – PACUERA de empreendimentos hidrelétricos

Subsídios à proposição técnica do Projeto de Lei nº 7397/2006 que dispõe sobre as Áreas de Preservação Permanente no entorno de reservatórios d'água artificiais.

f) Planejamento de Longo Prazo

Os estudos classificados no componente de Planejamento de Longo Prazo proporcionaram a preparação e/ou atualização de metodologias para expansão do sistema de energia.

A realização da Revisão do Manual de Inventário e a Revisão das Planilhas Eletrônicas do Manual de Inventário garantiram ao setor a retomada do planejamento de longo prazo, que culminou com a elaboração do Plano Nacional de Energia 2030.

Plano Nacional de Energia - PNE 2030 tem como objetivo o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão desse segmento nas próximas décadas.

g) Fortalecimento Institucional e Coordenação do MME

Este último componente técnico tinha por objetivo a reestruturação e fortalecimento institucional das Unidades do MME, adequando aos objetivos estratégicos dos setores de energia e mineral.

h) Benefícios e Beneficiados (Perfil dos beneficiários).

Por tratar de projeto basicamente constituído na modalidade de assistência técnica e capacitação, inicialmente se imagina que o Projeto não contemplou nenhum grupo social em particular, porém se considerarmos que no conjunto de ações realizadas inclusive os estudos, serviços de consultoria e apoio aos Programas Luz para Todos, a execução do presente Projeto repercutiu no conjunto dos agentes institucionais e atuantes do setor elétrico, do mesmo modo que envolveu intensamente todos os atores inseridos no planejamento e gestão do setor mineral, com isso elevando a capacidade de prover os serviços públicos e melhorar a qualidade dos gastos públicos.

Os principais benefícios ocorreram no desenvolvimento e reforço Institucional no cenário do Setor Elétrico e de Mineração, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e reforço e fortalecimento estratégico do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, inclusive com estudos e proposta de Lei para transformar o DNPM em Agência de Regulação do setor.

Os principais beneficiados foram as diversas Secretarias do Ministério de Minas e Energia e vários órgãos a ela vinculados, entre eles o próprio DNPM, a EPE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS, que culminou com benefícios voltados à sociedade brasileira.

Se considerarmos o alcance do Programa Luz para Todos, o Projeto também procedeu intervenção direta beneficiando as comunidades atendidas pelo Programa, foram executadas, até março/2011, 2.722.906 ligações, beneficiando cerca de 13,6 milhões de brasileiros, dos quais 2.610 milhões estão localizados na região Norte, 6.749 milhões no Nordeste, 2.297 milhões no Sudeste, 1.024 milhões no Sul e 934 mil no Centro-Oeste, poderemos aferir que com o desafio de executar 800.000 novas ligações o LpT atenderá aproximadamente 4,0 milhões de famílias brasileiras.

i) Principais contribuições para execução do projeto -Coparticipantes.

Foram participantes na execução do Projeto ESTAL, os seguintes órgãos e secretarias do Ministério de Minas e Energia:

ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

SEE - Secretaria de Energia Elétrica

SGM - Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral

SPE - Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Energético

SPG - Secretaria de Petróleo e Gás Natural e Combustíveis Renováveis

SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

j) Fatos que impactaram no desempenho do Projeto.

Como já mencionado no início deste relatório, a mudança de governo que ocorreu no início do Projeto entre 2003 e 2004 influenciou significativamente nos impactos tanto quantitativos como qualitativos do projeto, provocando a necessária revisão dos objetivos e atividades do Projeto para ajustar as novas diretrizes de Governo e mudança de cenário no setor de energia.

Dentre os fatos impactantes para o desempenho e desenvolvimento do Projeto ESTAL, destacamos para o início da execução do projeto a dificuldade da realização de processos licitatórios e contratações, utilizando as normas de licitação do Banco Mundial, uma vez que o tema era um tanto quanto incipiente no âmbito do Ministério de Minas e Energia, o que acabou gerando e explicando o atraso e a pequena execução do projeto em suas atividades iniciais.

Por força do previsto na Programação 4 do Contrato de Empréstimo – 4708 – BR, os serviços de consultoria somente poderiam ser adquiridos com base nas Diretrizes de Seleção e uso de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial, publicadas em janeiro de 1997, apenas nas modalidades de “Seleção Baseada em Qualidade e Custo” e “Consultores Individuais”, o que impactou o Projeto provocando atraso na execução dos processos de seleção.

Relacionado com as modalidades de licitação outro fator preponderante na execução do Projeto, foram os limites de revisão prévia (*ante post*) para todas as fases do processo, causando inevitáveis atrasos na seleção e contratação dos serviços de consultoria.

A época da implementação do Projeto ESTAL (2003 e 2004) a legislação já exigia que a constituição da equipe da UGP fosse por servidores de tempo determinado, que em função temporalidade do cargo acabou provocando a saída dos profissionais ao longo do período, para outros concursos de cargos públicos efetivos, ocasionando descontinuidade dos serviços e retenção de conhecimento.

Associado as questões das modalidades de licitação e temporalidade dos servidores da UGP, a falta de capacitação dos coexecutores em elaboração de Termos de Referência e dos servidores em operação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI ocasionou impactos significativos na execução do Projeto.

Em 2008 em função das atividades de fiscalização do Tribunal de Contas da União, em medida preventiva, a direção da UGP suspendeu a execução até verificação da regularidade dos processos de licitação. O projeto retornou ao seu processo de execução normal apenas no exercício 2009. Ressalte-se que os órgãos de controle não encontraram irregularidades nos processos licitatórios e de contratação conduzidos pela UGP do Projeto ESTAL.

k) Lições Aprendidas e Experiências Vividas.

Em gestão de processos as lições aprendidas e experiências vividas positivas ou negativas servem de aprendizado e evitam que erros sejam cometidos no futuro.

Na implementação do Projeto ESTAL a formação da equipe por servidores temporários foi determinante, provocando fuga dos profissionais ao longo período, para outros concursos de cargos públicos definitivos e efetivos, com perda do conhecimento pela falta de registro dos fatos e atividades executadas.

A execução da gestão orçamentária e financeira, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, proporcionou ao projeto segurança e transparência das operações, porém a estrutura dos demonstrativos e relatórios não estavam adequados aos padrões de *Financial Monitoring Report* – FMR’s do Banco Mundial.

Foi determinante na execução do projeto da gestão operacional e financeira centralizada na UGP (PIU) da Secretaria Executiva, dando agilidade aos processos de aquisição e simplificação dos controles financeiros e desembolso.

Para os futuros projetos (Projeto META) o MME deverá investir na capacitação dos coexecutores em elaboração de Termos de Referência e dos servidores da UGP em operação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Dentre as áreas de atuação do projeto ESTAL podem-se destacar a título de exemplo os trabalhos desenvolvidos em Segurança Operacional do Sistema Interligado Nacional - Utilização de Fasores, Baixa Renda, Licenciamento Ambiental - Estudo de Casos, Avaliação do Projeto do Rio Madeira, Estudos para Implantação de um Sistema de Informações Executivas (SIE), Modernização Institucional do DNPM, Estudos para Revitalização do PRC – PRODEEM, Capacitação de Agentes Multiplicadores para Energia Elétrica e Economia Solidária, Analisar o Grau de Satisfação para o Programa Luz para Todos, Levantamento de Dados Georeferenciados das Comunidades Isoladas, Supervisão aos Empreendimentos Eólicos, Biomassa e PCH do PROINFRA, Supervisão de Estudos da SPE para Desenvolvimento do Plano Decenal, Revisão do Manual de Inventário – CEPTEL, Obstáculos e Possibilidades para o Desenvolvimento do Mercado Secundário de Gás Natural: Panorama Internacional e Brasileiro. Estes trabalhos dentre outros contribuíram para a tomada de decisões estratégicas nas diversas ações desenvolvidas pelo MME.

Por outro lado, os contingenciamentos orçamentários e financeiros não impediram o programa de alcançar resultados satisfatórios no cumprimento de seus objetivos, com desempenho reconhecido pelos dirigentes e “*task management*” do Banco Mundial, creditando legitimidade e efetividade às ações do projeto, notadamente aquelas atividades relacionadas ao novo modelo do setor elétrico nacional, as políticas de eficiência energética, universalização do acesso e uso da energia elétrica (Luz para Todos), incentivo as fontes de energia alternativa, estudos de implantação do complexo hidrelétrico do Rio Madeira e outros.

Do ponto de vista dos resultados alcançados o próprio Banco Mundial, por meio do “*Mid Term Review Report*” destaca os estudos executados para Revisão do Projeto do Rio Madeira, que possibilitou a consolidação dos estudos de licenciamento ambiental e do processo de leilão, com economias potenciais de US\$ 500 milhões. Quanto aos processos de licenciamento ambiental, o Banco salienta dois trabalhos de consultoria, executados, o primeiro trata do “Estudo de Caso e Licenciamento” e o outro sobre o arcabouço legal, que possibilitou ao Governo Brasileiro acelerar o aperfeiçoamento e os processos de licenciamento ambiental do setor elétrico.

Mereceu especial ênfase pelo Banco Mundial os resultados obtidos pelo projeto dos estudos para implantação da tecnologia de “medição fasorial sincronizada” no Sistema Interligado Nacional - SIN, o que possibilitará benefícios na capacidade de carregamento equivalentes a “capacidade virtual” de 1.000 MW que representará uma economia da ordem de US\$ 1 bilhão.

l) Perspectivas Futuras para o Projeto ESTAL

Dentre as melhorias que se propõem a projetos para a área de energia e mineral podemos citar a necessidade de viabilizar revisões no decorrer do projeto, de forma a propiciar a flexibilidade quanto à inclusão ou alteração de ações e atividades, no decorrer da execução dos projetos, quando do surgimento de novas demandas e estudos. Isto se dá em virtude do rápido e crescente desenvolvimento destes setores no Brasil, que veem suas necessidades emergentes alteradas de ano a ano, muitas vezes tendo demandas antigas se dissipando no decorrer de 4 a 5 anos, período em que geralmente se executa um projeto desta amplitude.

17.2 BRA/IICA/08/012

Com o início do Projeto de BRA/IICA/08/012, procurou-se desmobilizar as contratações de consultores pessoa física do PNUD BRA/99/011 e fazer a migração para o novo Projeto.

Parte B – item 1: Declaração do Contador.

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME
UG: 320015 – Projeto Estal – SE/BIRD/MME

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2011 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

Anexo II: Documentos relativos ao Contrato de Gestão MME/ANEEL – Exercício 2011

1. Contrato de Gestão firmado entre MME e ANEEL, em 26 de fevereiro de 2010.
2. Aditivo Contratual ao Contrato de Gestão, de 22 de dezembro de 2010.
3. Metas 2011.
4. Ofício nº 001/ANEEL, de 09 de fevereiro 2012, que encaminha o Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão – Exercício 2011, ao MME.
5. Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão – Exercício 2011, elaborado pela ANEEL.
6. Ofício nº 59 que encaminha a Nota Técnica nº 02 (Parecer Conclusivo do MME), de 05 de março de 2012, à ANEEL.
7. Nota Técnica nº 02 do MME, de 05 de março de 2012, que aprova o Relatório Gerencial.



CONTRATO DE GESTÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME, E A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**, doravante denominado **MME**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.383/0001-53, representado neste ato pelo Secretário-Executivo **MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN**, nomeado por Decreto do Presidente da República datado de 21 de janeiro de 2008, e pelo Secretário de Energia Elétrica **JOSIAS MATOS DE ARAÚJO**, portador da carteira de identidade nº 76.523 - SSP/PA e CPF nº 039.310.132-00 e a **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, autarquia sob regime especial criada pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, com sede e foro no Distrito Federal, neste instrumento designada simplesmente **ANEEL**, representada neste ato pelo Diretor-Geral **NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA**, portador da carteira de identidade nº 3818/D - CREA/DF e CPF nº 443.875.207-87 e os diretores **EDVALDO ALVES DE SANTANA**, portador da carteira de identidade nº 1.769.427-2 - SSP/SC e CPF nº 085.532.035-49, **JULIANO SILVEIRA COELHO**, portador da carteira de identidade nº 1.793.086 - SSP/DF e CPF nº 001.202.841-03, **JOSÉ GUILHERME SILVA MENEZES SENNA**, portador da carteira de identidade nº 272.011 - SSP/DF e CPF nº 186.188.631-49, e **ROMEY DONIZETE RUFINO**, portador da carteira de identidade nº 003.551 - SSP/DF e CPF nº 143.921.601-06, considerando que:

a) a administração da ANEEL é objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre o Ministro de Estado de Minas e Energia e a Diretoria da autarquia nos termos do art. 7º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e do art. 20 do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997;

b) compete ao Governo Federal a formulação de políticas e diretrizes para o setor de energia elétrica, com a assessoria do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, instituído pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e regulamentado pelo Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000;

c) a ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal e de acordo com os dispositivos relacionados nas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e nº 10.848, de 15 de março de 2004;

d) no cumprimento de sua missão, a ANEEL implementará ações em conformidade com os programas setoriais, de forma a proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade, de acordo com o art. 3º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 1997.

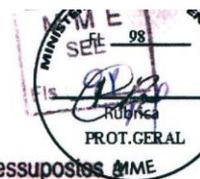
Firmam, entre as partes, o presente CONTRATO DE GESTÃO com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a pactuação, entre o MME e a ANEEL, de diretrizes, desafios, objetivos e metas, definidos para o âmbito de atuação da ANEEL, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do setor elétrico, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, respeitadas as competências legais que lhe foram conferidas.



Pag. 1 / 4



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DIRETRIZES

As metas anuais estabelecidas no âmbito deste CONTRATO DE GESTÃO deverão considerar como pressupostos a missão institucional da ANEEL e em especial as disposições contidas no Anexo I do Decreto nº 2.335, de 1997, observando, como referência para o respectivo período de gestão, as seguintes diretrizes, que dispõem sobre a regulação econômica do setor elétrico, a fiscalização e qualidade dos serviços de energia elétrica, sua efetividade no uso e na oferta e a relação com a sociedade:

- I. Promover em ambiente competitivo, para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio, propiciando o necessário aumento da oferta;
- II. Assegurar a qualidade dos serviços de energia elétrica para que seja compatível com as exigências e requisitos de mercado, com foco na modicidade tarifária;
- III. Contribuir para o aprimoramento da competência tecnológica nacional no setor elétrico, promovendo o uso eficiente e racional da energia;
- IV. Contribuir para a implementação do Plano de Metas de Universalização do atendimento dos serviços de energia elétrica;
- V. Promover ampla interação e diálogo sistemático com o governo, instituições, agentes e consumidores;
- VI. Aprimorar a capacidade de atuação, por meio do processo de descentralização de atividades, mediante delegação de competências às Agências Estaduais;
- VII. Promover a fiscalização dos empreendimentos em implantação ou ampliação, atuando para o cumprimento dos prazos, no âmbito do marco regulatório;
- VIII. Efetuar a fiscalização da atuação dos agentes, de acordo com as regras institucionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PREMISSAS

Em cumprimento ao Decreto nº 2.335, de 1997, considera-se, para efeito do cumprimento das obrigações pactuadas, as seguintes premissas:

- I – Inexistência de restrição legal que possa comprometer o alcance das metas pactuadas; e
- II – Atendimento aos pré-requisitos necessários ao cumprimento das metas pactuadas, por parte dos demais órgãos envolvidos no processo, cuja gerência extrapola as atribuições da ANEEL, nos prazos adequados para o alcance dos resultados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS METAS

As metas anuais pactuadas constarão do ANEXO I deste CONTRATO DE GESTÃO e serão definidas a cada ano para o exercício seguinte.

§ 1º No primeiro trimestre de cada ano, o MME e a ANEEL poderão repactuar as metas para o referido exercício, mediante revisão do ANEXO I, por instrumento firmado pelas partes.

§ 2º Caso a Lei Orçamentária Anual não esteja aprovada até o final do primeiro trimestre, a repactuação das metas poderá ser feita após a aprovação da referida Lei.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ANEEL

A ANEEL, por este CONTRATO DE GESTÃO, obriga-se a:

- I. Observar, na sua atuação institucional, as diretrizes gerais estabelecidas na Cláusula Segunda deste instrumento, com vistas à implementação das políticas públicas do setor elétrico brasileiro;
- II. Direcionar suas ações no sentido do cumprimento das metas estabelecidas no ANEXO I deste CONTRATO DE GESTÃO, em conformidade com os indicadores de resultados, atendidas as premissas citadas na Cláusula Quarta;
- III. Assegurar suporte à realização das atividades voltadas ao acompanhamento e à avaliação do cumprimento deste CONTRATO DE GESTÃO;





- IV. Avaliar periodicamente a pertinência dos desafios, objetivos e metas constantes do ANEXO I, indicando tendência dos valores e podendo propor alteração, exclusão ou inclusão de indicadores que visem a aprimoramento da avaliação do desempenho, mediante revisão justificada do ANEXO I, por instrumento firmado pelas partes;
- V. Encaminhar ao MME, ao final de cada exercício, relatório gerencial do cumprimento do CONTRATO DE GESTÃO.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MME

São obrigações do MME, por este CONTRATO DE GESTÃO:

- I. Apoiar a ANEEL, no que for necessário, para o bom cumprimento das metas pactuadas relacionadas no Anexo I, empenhando-se na viabilização dos recursos materiais, humanos e financeiros necessários para a efetiva execução do CONTRATO DE GESTÃO;
- II. Proceder à avaliação da execução deste CONTRATO DE GESTÃO;
- III. Fornecer orientações à ANEEL, a cada período de renovação do CONTRATO DE GESTÃO, quanto às diretrizes setoriais e às prioridades para a implementação das políticas públicas do setor elétrico e às diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, conforme o estabelecido no Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

O acompanhamento da execução das metas anuais deste CONTRATO DE GESTÃO será realizado, ao longo de cada exercício, por meio de três reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais, e a avaliação final será documentada em relatório gerencial de avaliação e consolidada em reunião anual entre MME e ANEEL.

Subcláusula Primeira – O acompanhamento e a avaliação da execução deste CONTRATO DE GESTÃO levarão em conta o atendimento às premissas definidas na Cláusula Terceira, podendo ser desconsideradas, para fins da avaliação, aquelas metas que tenham sido impactadas pelo não atendimento às referidas premissas, mediante a apresentação das evidências por parte da ANEEL.

Subcláusula Segunda – Anualmente, até 40 dias após o término do exercício, a ANEEL encaminhará ao MME o Relatório Gerencial de Cumprimento do CONTRATO DE GESTÃO, na forma e conforme os procedimentos de acompanhamento e avaliação definidos pelas partes.

Subcláusula Terceira – Cabe ao MME analisar o relatório encaminhado pela ANEEL e elaborar, no prazo de 30 dias, o Parecer Conclusivo sobre a execução das Metas Anuais deste CONTRATO DE GESTÃO.

Subcláusula Quarta – O MME e a ANEEL indicarão gestores, um titular e um suplente de cada órgão, para compor o Grupo de Acompanhamento e Avaliação deste CONTRATO DE GESTÃO.

Subcláusula Quinta – A ANEEL e o MME farão constar dos respectivos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA), a ser enviada ao Tribunal de Contas da União, um tópico específico destinado ao CONTRATO DE GESTÃO, que deverá contemplar as principais informações do Relatório Gerencial e do Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação do MME, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 9.427/96.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente CONTRATO DE GESTÃO terá vigência até 31 de dezembro de 2012.

Subcláusula Primeira – Este Contrato, se necessário, será revisado por ocasião da renovação parcial da diretoria da ANEEL, sem prejuízo da solidariedade entre os membros de sua diretoria. A alteração parcial ou total deste CONTRATO DE GESTÃO poderá ocorrer a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, e será formalizada mediante termo aditivo, necessariamente precedido de justificativa, sendo necessária nas seguintes situações:

- I. por recomendação constante de relatório de Acompanhamento e Avaliação, com parecer favorável do MME;
- II. para adequação a novas políticas governamentais que impactem a execução do CONTRATO DE GESTÃO;





III. para adequação às metas fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) aos recursos efetivamente liberados, adequação a normas que contrariem ou alterem os dispositivos deste instrumento;

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste CONTRATO DE GESTÃO e de seus eventuais aditamentos será publicado no Diário Oficial da União, ficando a cargo da ANEEL as providências e o ônus de sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Por estarem de pleno acordo e atendidos os aspectos legais, as partes diretamente responsáveis pelo cumprimento deste CONTRATO DE GESTÃO firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Subcláusula Única - Os casos omissos serão dirimidos entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

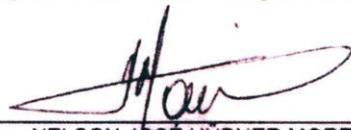
Fica eleito o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida e solucionar questões não resolvidas administrativamente.

Brasília, 26 de fevereiro de 2010.

Pelo Ministério de Minas e Energia – MME

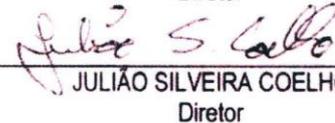
Pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL


MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN
Secretário-Executivo


NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA
Diretor-Geral

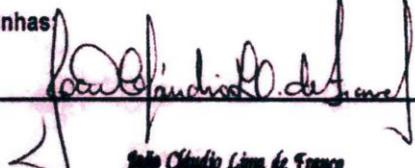

JOSIAS MATOS DE ARAÚJO
Secretário de Energia Elétrica


EDVALDO ALVES DE SANTANA
Diretor


JULIÃO SILVEIRA COELHO
Diretor


JOSÉ GUILHERME SILVA MENEZES SENNA
Diretor


ROMEU DONIZETE RUFINO
Diretor

Testemunhas:

João Cláudio Lima de Franco
Assessor Técnico
Coordenador-Geral de Planejamento
Estratégico


Clécio Silva Teixeira
Assessor
SPG/ANEEL

ANEXO I

ÍNDICES DE AVALIAÇÃO

DE SIA-FDS 2009-2012

Objetivos 2010 (Resoluções Especiais)

META

ETAPAS

Objetivos	Metas	Etapas	Índice		
1) Aprimorar o modelo tarifário e promover a renovação e o reajuste tarifário dos serviços de transmissão e distribuição de Energia Elétrica	OBJETIVO 1: Regular tarifas das concessionárias de transmissão e de distribuição de Energia Elétrica.	Realização de revisão tarifária periódica em 12 (doze) transmissoras.	1,00		
		Realização de reajuste tarifário em 62 (sessenta e duas) distribuidoras.	1,00		
		Realização de reajuste tarifário em 100% (cem por cento) das transmissoras.	1,00		
		Regulamentação da contratação do uso do sistema de transmissão em caráter permanente, flexível e temporário, e as formas de cálculo dos encargos correspondentes aprovados. (SRT)	0,50		
		Elaboração de Nota Técnica e Minuta de Resolução	0,30		
		Aprovação da Resolução pela Diretoria.	0,20		
		Elaboração de Minuta de Resolução e envio à Diretoria	0,70		
		Aprovação da Resolução pela Diretoria	0,30		
		2) Aperfeiçoar os procedimentos de fiscalização da qualidade dos serviços de energia elétrica	OBJETIVO 4: Fiscalizar os serviços geração de energia elétrica	Fiscalização de 100% das usinas em fase de implantação, ou ampliação.	1,00
				Fiscalização, in loco ou por monitoramento de 100% das obras e instalações de transmissão.	1,00
Fiscalização das metas de OEC e FEC de 62 distribuidoras, consolidada em Nota Técnica	1,00				
Realização de 100% dos laudos previstos	1,00				
Realização do laudo A3	0,30				
Realização do laudo A5.	0,30				
Realização do laudo de UHE Belo Monte	0,40				
Análise de 50 (cinquenta) estudos de inventário	1,00				
Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00				
Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00				
3) Contribuir para o equilíbrio entre oferta e demanda de energia	OBJETIVO 5: Promover a oferta dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica	Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
		Elaboração de nova metodologia de tratamento de Consultas de Consumidores.	1,00		
		Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00		
		Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
		Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00		
		Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
		Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00		
		Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
		Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00		
		Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
4) Fortalecer os instrumentos de transparência e diálogo com a sociedade	OBJETIVO 8: Realizar Audiências e Consultas Públicas para subsidiar os processos decisórios da ANEEL	Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
		Elaboração de nova metodologia de tratamento de Consultas de Consumidores.	1,00		
		Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00		
		Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
		Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00		
		Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
		Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00		
		Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		
		Realização de 20 (vinte) Audiências Públicas	1,00		
		Realização de 48 (quarenta e oito) Consultas Públicas	1,00		

Nota 1 - Se houver alteração das quantidades de laudos programadas, as etapas serão ajustadas às novas previsões. Índices de Avaliação: sendo o peso de cada ETAPA igual a "A" e o peso de cada OBJETIVO "C" será igual a Σ produto "A" x "B". A partir do peso de cada OBJETIVO, "C", serão determinados os percentuais REALIZADOS de cada DESAFIO e do CONTRATO, no ANO.



[Handwritten signatures and initials]



**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA**



ADITIVO CONTRATUAL AO CONTRATO DE GESTÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME, E A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL.

A **União**, por intermédio do **Ministério de Minas e Energia – MME**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.383/0001-53, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, cidade de Brasília-DF, neste ato representado por seu Secretário-Executivo, **JOSÉ ANTÔNIO CORRÊA COIMBRA**, nomeado por Decreto do Presidente da República datado de 09 de abril de 2010, e pelo Secretário de Energia Elétrica, **ILDO WILSON GRÜDTNER**, portador da carteira de identidade nº 495185-9 SSP/SC e CPF nº 375.801.169-87, e a **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA**, autarquia sob regime especial criada pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, com sede e foro no Distrito Federal, neste instrumento designada simplesmente **ANEEL**, representada neste ato pelo Diretor-Geral **NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA**, portador da carteira de identidade nº 3818/D – CREA/DF e CPF nº 443.875.207-87 e os diretores **EDVALDO ALVES DE SANTANA**, portador da carteira de identidade nº 1.769.427-2 – SSP/SC e CPF nº 085.532.035-49, **ROMEU DONIZETE RUFINO**, portador da carteira de identidade nº 003.551 - SSP/DF e CPF nº 143.921.601-06, **JULIANO SILVEIRA COELHO**, portador da carteira de identidade nº 1.793.086 – SSP/DF e CPF nº 001.202.841-03, e **ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA**, portador da carteira de identidade nº 0990374-7 SSP-AM e CPF nº 647.676.801-82, firmam o presente ADITIVO CONTRATUAL com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

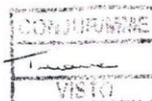
Constitui objeto do presente ADITIVO CONTRATUAL a definição das metas anuais para o exercício de 2011, conforme dispõe a Cláusula Quarta do CONTRATO DE GESTÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS PARA 2011

As metas anuais pactuadas para o ano de 2011 constam do ANEXO I deste ADITIVO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

A ANEEL providenciará a publicação do extrato do presente ADITIVO CONTRATUAL no Diário Oficial da União no prazo legal, conforme preconiza a Cláusula Nona do CONTRATO DE GESTÃO.



CLÁUSULA QUARTA – DA CONFIRMAÇÃO

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições que não tenham sido alteradas pelo presente instrumento. E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 22 de dezembro de 2010.

Pelo Ministério de Minas e Energia – MME

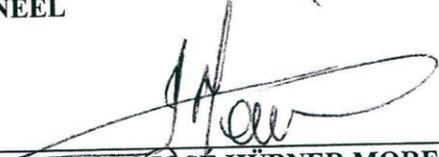


JOSÉ ANTÔNIO CORRÊA COIMBRA
Secretário-Executivo

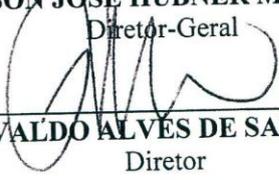


ILDO WILSON GRÜDTNER
Secretário de Energia Elétrica

Pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL



NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA
Diretor-Geral



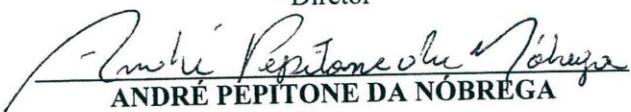
EDVALDO ALVES DE SANTANA
Diretor



ROMEU DONIZETE RUFINO
Diretor



JULIÃO SILVEIRA COELHO
Diretor



ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA
Diretor

Testemunhas:



“Canti Paraiso”
a/MME
não
Mat. SIAPE 1512868



ETAPAS	INDICADORES DE AVALIAÇÃO	ETAPAS	FASE DE
1.00	Realização de reajuste tarifário anual em 100% das transmissoras.	4	1.00
1.00	Realização de reajuste tarifário anual em 94 distribuidoras (95 concessionárias e 38 permissionárias).	4	1.00
1.00	Realização de revisão tarifária periódica de 7 distribuidoras (concessionárias) de Energia Elétrica.	3	1.00
1.00	Elaboração de minuta de Resolução e apresentação desta em Audiência Pública. Análise das contribuições recebidas, consideração destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio desta à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	2	1.00
1.00	Elaboração de minuta de Resolução e apresentação desta em Audiência Pública. Análise das contribuições recebidas, consideração destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio desta à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	2	1.00
1.00	Elaboração e publicação de novo regulamento estabelecendo a distinção entre reatras e multas em instalações de transmissão integrantes de Rede Básica e dos demais instalações de transmissão (Revisão da Resolução Normativa nº 152/2009).	2	1.00
1.00	Elaboração e publicação de Resolução estabelecendo os procedimentos e as condições para início da operação em teste e de operação comercial de transmissão de energia elétrica.	2	1.00
1.00	Elaboração e publicação de regulamento dispondo sobre o processo de autorizações de reatras.	2	1.00
0,30	Para cada concessionária, são previstas 3 etapas: 1 - Apresentação da proposta de estabelecimento dos limites de DEC e FEC da concessionária, por meio de audiência pública. 2 - Análise das contribuições recebidas, consideração destas em Nota Técnica, elaboração da minuta de Resolução, instrução do processo e envio desta à Diretoria para deliberação. 3 - Aprovação da proposta pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução.	3	0,30
1,00	Acompanhamento de execução dos Planos de Universalização das concessionárias, de acordo com as metas e os prazos do Programa Luz para Todos definidos pelo MME para cada Estado ou nível de concessão.	4	1,00
1,00	Publicação das Resoluções Normativas de aprovação dos módulos.	5	1,00
1,00	Fiscalização por monitoramento de 100% das usinas em fase de implantação ou ampliação, e in loco, quando necessário.	7	1,00
1,00	Facilitação, in loco ou por monitoramento, de 22 obras de programa de expansão de transmissão/PMIS.	7	1,00
1,00	Facilitação realizada e Termo de Notificação ou Nota Técnica de Fiscalização emitidos para 60 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	6	1,00
1,00	Finalização de Costa de Variações de Parcelas "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária.	5	1,00
1,00	Fiscalização de Base de Remuneração em 7 concessionárias, para apoio ao processo de revisão tarifária.	3	1,00
1,00	Realização de 1 leilão para os sistemas isolados e dos leilões A-3 e A-5, conforme demanda do MME.	7	1,00
1,00	Aprovação dos processos e publicação das respectivas autorizações.	5	1,00
7h	Etapa 1 - Realização do Leilão nº 1 (Elaborar os Atos justificativos, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	7	7h
7h	Etapa 2 - Realização do Leilão nº 2 (Elaborar os Atos justificativos, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	7	7h
1,00	Etapa 3 - Realização do Leilão nº n (Elaborar os Atos justificativos, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	7	1,00
	Analisar 50 estudos de inventário.	5	



Garanti Parado a/MME
13/11/2012

ALTORE DO SETOR ELÉTRICO (MME)

151/2869

Prevenir potenciais conflitos por meio de ações de conciliação e mediação que estabeleçam adequado relacionamento entre agentes do setor elétrico e demais atores sociais	Manter e aprimorar os serviços de atendimento às demandas de consumidores, por meio das ouvidorias do setor elétrico (SMA)	4	Finalização, no primeiro nível de atendimento, de 97% das solicitações recebidas na Central de Atendimento ao ANEEL, no período de janeiro a dezembro de 2011.	1,00
Promover a participação pública e a transparência das ações regulatórias do setor elétrico.	Realizar, até 31/12/2011, 85% do total das Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Abertas, em andamento em 2011. (SMA e AC)	2	Elaboração de minuta referente à Resolução de regulamentação das condições do Setor Elétrico.	1,00
	Realizar, até 31/12/2011, 85% do total das Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Abertas, em andamento em 2011. (SMA e AC)	3	Finalização, até 31/12/2011, de 85% do total das Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Abertas, em andamento em 2011.	1,00
	Aprimorar o processo de Audiência e Consulta Pública (SMA)	2	Revisão da Resolução nº 273/2007, de modo a especificar os capítulos referentes a audiências e a consultas públicas.	0,50
	Apurar e divulgar o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (ISC) referente ao exercício de 2011. (SRC)	2	Contratação de empresa para realização de pesquisas de satisfação do consumidor residencial, de âmbito nacional. Tratamento dos entrevistadores de empresa contratada.	0,50
			Realização de pesquisas de campo (aplicação dos questionários).	0,50
			Aprovação da pesquisa, apuração e divulgação do Índice ISC referente ao exercício de 2011.	0,50
		Total de Pontos Percentuais		100

PROCURADORIA
FEDERAL/ANEEL
VISTO

CONTRIBUIÇÃO
VISTO

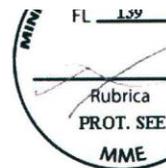
Ass. SIAPÉ 1512868
União



[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

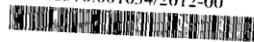
Nota 1. Se houver alteração das quantidades de ações programadas, as ações serão ajustadas às novas provisões. Índices de Avaliação: sendo o peso de cada ETAPA igual a "E", o peso de cada META igual a "M", e o peso de cada OBJETIVO "C" será igual a 1, produto "M" x "E". A partir do peso de cada OBJETIVO, "C", serão determinados os percentuais REALIZADOS de cada DESAFIO e do CONTRATO, no ANO.



AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA GESTÃO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL A CONTRATO DE GESTÃO

Aditivo Contratual ao Contrato de Gestão firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Processo nº 48500.002992/2009-41. Contratante: a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME. Contratada: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. OBJETO: definição das metas anuais para o exercício de 2011, conforme dispõe a Cláusula Quarta do Contrato de Gestão de 26/02/2010, vigente até 31/12/2012. As metas anuais pactuadas para o ano de 2011 constam do ANEXO I do Aditivo Contratual. Fundamento legal: art. 7º da Lei nº 9.427/96 e art. 20 do Anexo I do Decreto nº 2.335/97. Signatários: pela Contratante, José Antônio Corrêa Coimbra, Secretário-Executivo, e Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica, do MME; pela Contratada: Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral, e Edvaldo Alves de Santana, Romeu Donizete Rufino, Julião Silveira Coelho e André Pepitone da Nóbrega, Diretores, da ANEEL. Data da assinatura: 22/12/2010.



Ofício nº 001/2012-SPG/ANEEL

Brasília, 9 de fevereiro de 2012.

A Sua Senhoria o Senhor
Ildo Wilson Grüdner
Secretário de Energia Elétrica
Ministério de Minas e Energia
Brasília - DF

Assunto: Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão MME-ANEEL - Ano 2011

Senhor Secretário,

Encaminhamos em anexo o Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão MME - ANEEL - Ano 2011, em atendimento ao disposto na Cláusula Sétima, Subcláusula Segunda, do Contrato de Gestão firmado entre o MME e a ANEEL, com vigência até dezembro de 2012.

2. Solicitamos que, após análise do MME, nos seja encaminhado o Parecer Conclusivo sobre a execução das Metas Anuais, conforme prescreve a Subcláusula Terceira do Contrato.

3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

RICARDO MARTINS
Superintendente de Planejamento da Gestão

Anexo: citado

RELATÓRIO GERENCIAL DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

ANO 2011

Ministério de Minas e
Energia (MME)

Agência Nacional de
Energia Elétrica (ANEEL)

Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão

Ano 2011

1. Contexto

O art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da prestação de contas do MME e da ANEEL.

Em 26 de fevereiro de 2010, a União – por intermédio do MME – e a ANEEL firmaram Contrato de Gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2012, o qual tem por objeto a pactuação, entre as partes de diretrizes, desafios, objetivos e metas, definidos para o âmbito de atuação da ANEEL, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do setor elétrico.

Os desafios a serem vencidos pela ANEEL até 2012 desdobram-se em objetivos estratégicos a serem alcançados no período. Por sua vez, os objetivos desdobram-se em metas para cada ano. As metas fixadas para o exercício de 2011 foram orientadas pelos desafios e objetivos estratégicos da Agência, incluídos no tema “Governança Regulatória do Setor Elétrico”, tema central da Agenda de Desafios Estratégicos, que compreende desafios de natureza macroestrutural.

O Contrato de Gestão fixa as metas anuais para o ano de 2010 e dispõe que as metas serão definidas a cada ano para o exercício seguinte.

Em 22 de dezembro de 2010, a União Federal, por intermédio do MME, e a ANEEL firmaram o 1º Aditivo Contratual ao Contrato de Gestão, que define as metas para o exercício de 2011.

Conforme estabelecido no Contrato, o acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado, ao longo do exercício de 2011, por meio de três reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais.

A avaliação final do cumprimento das metas fixadas para 2011 foi feita após o encerramento do exercício e, após consolidada em reunião anual entre o MME e a ANEEL, está sendo documentada neste Relatório, que detalha a seguir a metodologia de avaliação adotada.

2. Avaliação do Cumprimento das Metas

A metodologia de avaliação, a seguir exposta, considera os desafios e objetivos estratégicos pactuados, que estão resumidos no quadro a seguir:

Desafios		Objetivos	
1	Aprimorar o modelo tarifário e promover a revisão e o reajuste tarifário dos serviços de transmissão e distribuição de Energia Elétrica.	1	Regular tarifas das concessionárias de transmissão e de distribuição de Energia Elétrica.
		2	Aprimorar regulação da geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.
2	Aperfeiçoar os procedimentos de fiscalização da qualidade dos serviços de energia elétrica.	3	Fiscalizar os serviços geração de energia elétrica.
		4	Fiscalizar os serviços de transmissão de energia elétrica.
		5	Fiscalizar os serviços de distribuição de energia elétrica.
		6	Fiscalizar os aspectos econômicos e financeiros dos agentes do setor elétrico.
3	Contribuir para o equilíbrio entre oferta e demanda de energia.	7	Promover as outorgas de geração e transmissão de energia elétrica, em conformidade com o planejamento da expansão do setor elétrico e apoiando o MME na articulação com os órgãos ambientais e de recursos hídricos.
4	Fortalecer os instrumentos de transparência e diálogo com a sociedade.	8	Manter e aprimorar os serviços de atendimento às demandas de consumidores, por meio das ouvidorias do setor elétrico.
		9	Realizar e aprimorar as Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Abertas, necessárias para subsidiar os processos regulatórios.
		10	Apurar e gerir o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC).

Os objetivos acima indicados desdobram-se em metas, que são desdobradas nas etapas necessárias para o alcance dos resultados esperados. Na maioria dos casos, a meta tem sido constituída de uma etapa única.

O processo de avaliação consiste em aferir o grau, em percentual, de alcance do cumprimento de cada etapa, considerando os seus respectivos pesos. O produto entre o grau de alcance aferido e o peso atribuído para cada etapa corresponderá à sua pontuação aferida. A soma desta pontuação indicará o grau de alcance de cada meta. O valor correspondente ao somatório da *Pontuação Aferida das Etapas* dividido pelo somatório do *Peso das Metas* indicará, de forma percentual, o desempenho institucional.

Portanto, o resultado da avaliação do Contrato de Gestão é representado pelo percentual alcançado do total dos pesos estipulados, que totalizam 100 pontos, ou seja:

$$\frac{\sum \text{Pontuação Aferida das etapas}}{\sum \text{Peso da Metas}} \times 100$$

São propostos os seguintes parâmetros para avaliação do desempenho do Contrato de Gestão:

RESULTADO DA AVALIAÇÃO:	≥ 75% - Satisfatório
	<75% e > 50% - Regular
	≤ 50% - Insatisfatório

O Quadro a seguir mostra a execução apurada (em pontos percentuais) de cada etapa estabelecida no Anexo ao Contrato de Gestão que define as metas para 2011, conforme o 1º Aditivo Contratual, e apresenta o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas.

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso	Realizado	Pontuação
1	Realizar o reajuste tarifário anual de 100% das transmissoras.	4	Realização de reajuste tarifário em 100% das transmissoras.	1,00	100	4
	Realizar o reajuste tarifário anual de 94 distribuidoras (56 concessionárias e 38 permissionárias) de Energia Elétrica.	4	Realização de reajuste tarifário em 94 distribuidoras (56 concessionárias e 38 permissionárias).	1,00	100	4
	Realizar a revisão tarifária periódica de 7 distribuidoras (concessionárias) de Energia Elétrica.	3	Realização de revisão tarifária periódica em 7 distribuidoras (concessionárias) de Energia Elétrica.	1,00	0	0
2	Elaborar regulamento sobre os Serviços de Energia Elétrica nos Sistemas Isolados, de que trata a Lei nº 12.111, de 2009.	2	Elaboração de Minuta de Resolução e apresentação desta em Audiência Pública. Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	1,00	100	2
	Elaborar Resolução regulamentando o início da Operação Comercial de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica.	2	Elaboração de Minuta de Resolução e apresentação desta em Audiência Pública. Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	1,00	0	0
	Elaborar e ou atualizar regulamentos do serviço de transmissão.	2	Elaboração e publicação de novo regulamento estabelecendo a distinção entre reforços e melhorias em instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão (Revisão da Resolução Normativa nº 158/2005).	1,00	100	2
		2	Elaboração e publicação de Resolução estabelecendo os procedimentos e as condições para início da operação em teste e da operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica.	1,00	100	2
		2	Elaboração e publicação de regulamento dispoendo sobre o processo de autorizações de reforços.	1,00	0	0

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso	Realizado	Pontuação
		2	Elaboração e publicação de regulamento estabelecendo os requisitos técnicos e os critérios para remuneração e classificação das instalações de transmissão que se destinam às interligações internacionais de energia elétrica.	1,00	100	2
	Estabelecer os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção – FEC, para as 7 concessionárias de distribuição com revisão tarifária programada para 2011.	3	Para cada concessionária, são previstas 3 etapas:			
			Etapa 1 – Apresentação da proposta de estabelecimento dos limites de DEC e FEC da concessionária, por meio de audiência pública.	0,30	100	0,9
			Etapa 2 – Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, elaboração da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação.	0,50	100	1,5
			Etapa 3 – Aprovação da proposta pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução.	0,20	100	0,6
	Acompanhar a execução de 100% dos Planos de Universalização do acesso e uso da energia elétrica.	4	Acompanhamento da execução dos Planos de Universalização das concessionárias, de acordo com as metas e os prazos do Programa Luz para Todos definidos pelo MME para cada Estado ou área de concessão.	1,00	100	4
	Aprovar os módulos que compõem as regras de comercialização aplicáveis ao novo Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).	5	Publicação das Resoluções Normativas de aprovação dos módulos.	1,00	91	4,5
3	Fiscalizar por monitoramento todos os empreendimentos da expansão da geração de energia elétrica e, quando necessário, in loco, atuando no sentido de fazer cumprir os prazos pactuados.	7	Fiscalização por monitoramento de 100% das usinas em fase de implantação ou ampliação, e in loco, quando necessário.	1,00	100	7

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso	Realizado	Pontuação
4	Acompanhar, mensalmente, todos os empreendimentos de expansão da transmissão, e todas obras do Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico – PMIS, semestralmente, fiscalizando in loco ou por monitoramento, quando necessário.	7	Fiscalização, in loco ou por monitoramento, de 22 obras do programa de expansão da transmissão/PMIS.	1,00	100	7
5	Realizar 60 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica em relação ao atendimento aos consumidores em padrões adequados de qualidade, custo, prazo e segurança.	6	Fiscalização realizada e Termo de Notificação ou Nota Técnica de Fiscalização emitidos para 60 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	1,00	100	6
6	Fiscalizar a Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição e a Base de Remuneração em 7 concessionárias, para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária programados para 2011.	5	Fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária.	1,00	100	5
		3	Fiscalização da Base de Remuneração em 7 concessionárias, para apoio ao processo de revisão tarifária.	1,00	100	3
7	Promover, conforme demanda do MME, 100% dos leilões de geração de energia (A-3, A-5, sistemas isolados).	7	Realização de 1 leilão para os sistemas isolados e dos leilões A-3 e A-5, conforme demanda do MME.	1,00	100	7
	Outorgar autorizações de geração para 90% dos processos em condições de aprovação,	5	Aprovação dos processos e publicação das respectivas autorizações.	1,00	100	5

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso	Realizado	Pontuação
	recebidos na SCG no período de janeiro a outubro de 2011.					
	Promover licitações das obras de transmissão de caráter sistêmico destinadas à expansão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), indicadas no Plano Determinativo de Outorgas, conforme demanda do MME, cujos relatórios técnicos sejam encaminhados à ANEEL até 1º de agosto de 2011.	7	Etapa 1 – Realização do Leilão nº 1 (Elaborar os Atos Justificatórios, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	7/n	100	7
			Etapa 2 – Realização do Leilão nº 2 (Elaborar os Atos Justificatórios, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	7/n	100	
			Etapa 3 – Realização do Leilão nº n (Elaborar os Atos Justificatórios, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	7/n	100	
	Analisar 50 estudos de inventário e/ou suas complementações.	5	Análise de 50 estudos de inventário.	1,00	100	5
8	Manter e aprimorar os serviços de atendimento às demandas de consumidores, por meio das ouvidorias do setor elétrico.	4	Finalização, no primeiro nível de atendimento, de 92% das solicitações recebidas na Central de Teleatendimento da ANEEL, no período de janeiro a dezembro de 2011.	1,00	100	4
		2	Elaboração de minuta referente a Resolução de regulamentação das ouvidorias do Setor Elétrico.	1,00	100	2
9	Finalizar, até 31/12/2011, 80% do total das Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Abertas, em andamento em 2011.	3	Finalização, até 31/12/2011, de 80% do total das Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Abertas, em andamento em 2011.	1,00	100	3
	Aprimorar o processo de Audiência e Consulta Pública.	2	Revisão da Resolução nº 273/2007, de modo a aperfeiçoar os capítulos referentes a audiências e a consultas públicas.	1,00	0	0
10	Apurar e divulgar o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) referente ao	2	Contratação de empresa para realização da pesquisa de satisfação do consumidor residencial, de âmbito nacional.	0,25	100	0,5
			Treinamento dos entrevistadores da empresa contratada.	0,25	100	0,5

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso	Realizado	Pontuação
	exercício de 2011.		Realização da pesquisa de campo (aplicação dos questionários).	0,25	100	0,5
			Aprovação da pesquisa, apuração e divulgação do Índice IASC referente ao exercício de 2011.	0,25	0	0
Total	-	100	-	-	-	90,00

O quadro demonstra que o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas foi de 90,00 pontos percentuais. De posse dessa pontuação aferida, procedeu-se ao cálculo do índice de desempenho da instituição, como segue:

$\frac{\sum \text{Pontuação Aferida das etapas}}{\sum \text{Peso das Metas}} \times 100 \leftrightarrow \frac{90,00}{100} \times 100 = \mathbf{90,00}$
--

Pelos aspectos acima expostos, e de acordo com a apuração dos percentuais de realização das metas, a ANEEL alcançou 90 pontos, que correspondem ao índice de desempenho de 90,00%. Dessa maneira, conforme metodologia de avaliação adotada, o índice de desempenho institucional apurado foi classificado como “**Satisfatório**”.

Com relação às metas que foram parcialmente concluídas ou deixaram de ser realizadas, cabe esclarecer:

- Objetivo 1 – A meta “Realizar a revisão tarifária periódica de 7 distribuidoras (concessionárias) de Energia Elétrica” não foi concluída. Nenhuma revisão foi realizada no ano, visto que a Resolução Normativa nº 433/2011 determinou a postergação das Revisões Tarifárias previstas nos contratos de concessão para o ano de 2011, até que fossem estabelecidos os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição.
- Objetivo 2 – A meta “Elaborar Resolução regulamentando o início da Operação Comercial de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica” não foi concluída devido a fator alheio à Agência. Um dos critérios para início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. Foi promulgada a Lei nº 12.385, de 03/03/2011, que em seu art. 12 altera a Lei nº 10.848, de 15/03/2004, dando ao poder concedente (representado pelo MME/CNPE) competência para autorizar mudança de combustível em termelétricas, nos termos do regulamento. Diante desta legislação superveniente, a ANEEL passou a depender da regulamentação sobre o tema para elaboração da Resolução Normativa. Não tendo sido publicada a regulamentação do CNPE, não foi possível o cumprimento desta meta.
- Objetivo 2 – A meta “Elaborar e ou atualizar regulamentos do serviço de transmissão” foi parcialmente concluída. A parte que trata da “Elaboração e publicação de regulamento dispendo sobre o processo de autorizações de reforços” não foi concluída. Foi emitida a Nota Técnica nº 030/2011-SRT/ANEEL, de 20/04/2011, com a minuta de Resolução Normativa e submetida à apreciação à Diretoria na 15ª Reunião Pública Ordinária, realizada no dia 03/05/2011. Nesta reunião a Diretoria decidiu submeter a minuta de Resolução Normativa, e sua fundamentação, à Audiência Pública nº 026/2011, no período de 05/05/2011 a 03/06/2011, com sessão ao vivo presencial em 19/05/2011. Foi emitida a Nota Técnica nº 069/2011-SRT/ANEEL, de 27/06/2011, contemplando as contribuições recebidas por meio da Audiência Pública nº 026/2011, no âmbito do Submódulo 9.7 “Autorização de Reforços em Instalações de Transmissão” dos

Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET). O processo foi submetido à apreciação da Diretoria em 30/06/2011, porém os autos permanecem em análise na Diretoria da ANEEL, devendo ser concluída em 2012.

- Objetivo 2 – A meta “Aprovar os módulos que compõem as regras de comercialização aplicáveis ao novo Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)” foi parcialmente concluída. Foi publicada a Resolução Normativa nº 428, de 15 de março de 2011, que aprova 11 dos 23 módulos que compõem as regras de comercialização. Foi também publicada a Resolução Normativa nº 456, de 18 de outubro de 2011, que aprovou mais 10 módulos componentes das regras. Dos 2 módulos restantes, um está em análise para abertura de Audiência Pública e o outro ainda se encontra em elaboração. Portanto, dos 23 módulos previstos, foram aprovados 21, o que corresponde à realização de 91% da meta.
- Objetivo 9 – A meta “Aprimorar o processo de Audiência e Consulta Pública” não foi concluída. Até o encerramento de 2011 foram analisadas as 61 contribuições recebidas de nove instituições (públicas, privadas e órgão de defesa dos consumidores). Está finalizada a proposta de aperfeiçoamento da Resolução Normativa nº 273/2007, que aguarda deliberação da Diretoria da Agência.
- Objetivo 10 – A meta “Apurar e divulgar o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) referente ao exercício de 2011” não foi concluída no período. Foi efetuada diligência na empresa contratada para pesquisa, oportunidade em que foi coletada uma amostra de 351 questionários da pesquisa de campo, a partir do universo de 19.470 aplicados, a fim de proceder-se à auditoria dos mesmos. Após análise da amostra coletada, verificou-se a necessidade de ampliar a análise, razão pela qual a ANEEL solicitou nova amostra, de 1.481 questionários, que ainda está sendo analisada. Este fato ocasionou atraso na apuração dos resultados, que somente deverá ser concluída em 2012.

3, Acompanhamento da Execução

O acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado, ao longo do exercício de 2011, por meio de três reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais, referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres, realizadas em 31 de maio, 31 de agosto e 11 de novembro, respectivamente. A situação do avanço da execução das metas foi registrada no quadro de acompanhamento apresentado a seguir.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
1	Realizar o reajuste tarifário anual de 100% das transmissoras.	Realização de reajuste tarifário anual em 100% das transmissoras.	Em fase de tratamento dos dados. Previsão de realização em junho/2011.	Meta cumprida: Resolução Homologatória nº 1.171, de 28/06/2011, publicada em 01/07/2011. Estabelece as receitas anuais permitidas para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão, integrantes da rede básica, e das demais instalações de transmissão. Resolução Homologatória nº 1.173, de 28/06/2011, publicada em 30/06/2011. Estabelece o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional, fixa a tarifa de transporte da energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional e estabelece o valor dos encargos de uso aplicáveis às concessionárias de distribuição de que trata a Resolução Normativa ANEEL 349, de 13/01/2009; e dá outras providências.	Meta cumprida no 2º trimestre.	Meta cumprida no 2º trimestre.
	Realizar o reajuste tarifário anual de 94 distribuidoras (56 concessionárias e 38 permissionárias) de Energia Elétrica.	Realização de reajuste tarifário anual em 94 distribuidoras (56 concessionárias e 38 permissionárias).	Concessionárias (9): CPFL SANTA CRUZ, CPFL SUL PAULISTA, CPFL JAGUARI, CPFL LESTE PAULISTA/CPEE, CPFL MOCOCA, ENERGISA BORBOREMA, SANTA MARIA, AMPLA (+ Supr.p/ENERGISA N.FRIBURGO), JOÃO CESA. Permissionárias (2): CERIPA,	Concessionárias (24): CPFL PAULISTA, CEMIG (+ TUSD para POÇOS DE CALDAS), CEMAT, ENERSUL, AES-SUL (+ Supr. para NOVA PALMA), NOVA PALMA, COELBA, COSERN, ENERGISA SERGIPE (+ Supr. para SULGIPE), CELPE, CAIUÁ, PARANAPANEMA, BRAGANTINA, NACIONAL, EMG - ENERGISA MINAS GERAIS, ENF	Concessionárias (14): CELTINS, ESCELSA (+ Supr. STA MARIA), CELESC (+ Supr. IGUAÇU, COOPERALIANÇA, J.CESA, URUSSANGA), IGUAÇU, COOPERALIANÇA, URUSSANGA, CEB-DIS, FORCEL, CEMAR, ENERGISA PARAÍBA, CEAL, CEPISA, CELG (+	Meta cumprida. Concessionárias (9): CEEE-D; AMAZONAS, BOA VISTA, CERR, LIGHT, CERON; ELETROACRE, CEA; SULGIPE. Permissionárias (3): CERIM; CERMC; CETRIL. TOTAL DE REAJUSTES

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
			<p>CERES.</p> <p>TOTAL DE REAJUSTES NO 1º TRIMESTRE: 11.</p>	<p>- ENERGISA NOVA FRIBURGO, RGE (+ Supr. p/ DEMEI, ELETROCAR, HIDROPAN, MUXFELDT), COPEL-D (+ Supr.p/OESTE-COCEL-FORCEL), COCEL, OESTE, DEMEI, ELETROCAR, HIDROPAN, MUXFELDT. Permissionárias (13): CERPRO, CERRP, CERTAJA, CERCOS, CERNHE, CERTEL, CERAL ARAPOTI, CERILUZ, CERMISSÕES, COOPERLUZ, COPREL, CRELUZ-D, CRERAL.</p> <p>TOTAL DE REAJUSTES NO 2º TRIMESTRE: 37</p>	<p>Supr. CHESP), CHESP. Permissionárias (20): CERIS, CEDRAP, CEDRI, CEJAMA, CEPRAG, CERAÇÁ, CERAL ANITAPOLIS, CERBRANORTE, CEREJ, CERGAL, CERGAPA, CERGRAL, CERMOFUL, CERPALO, CERSUL, CERTREL, COOPERA, COOPERCOCAL, COOPERMILA, COORSEL.</p> <p>TOTAL DE REAJUSTES NO 3º TRIMESTRE: 34</p>	<p>NO 4º TRIMESTRE: 12.</p>
	Realizar a revisão tarifária periódica de 7 distribuidoras (concessionárias) de Energia Elétrica.	Realização de revisão tarifária periódica de 7 distribuidoras (concessionárias) de Energia Elétrica.	Nenhuma Revisão foi realizada no período.	Nenhuma Revisão foi realizada no período.	Nenhuma Revisão foi realizada no período. Todas as Revisões tarifárias foram postergadas pela Resolução 433/2011.	<u>Meta não cumprida.</u> Nenhuma Revisão foi realizada no ano, visto que a Resolução Normativa nº 433/2011 prorrogou as Revisões Tarifárias previstas para 2011 nos contratos de concessão.
2	Elaborar regulamento sobre os Serviços de Energia Elétrica nos Sistemas Isolados, de que trata a Lei nº 12.111, de 2009.	Elaboração de Minuta de Resolução e apresentação desta em Audiência Pública. Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de	<u>Meta cumprida.</u> Resolução Normativa nº 427, de 22/02/2011, publicada no DOU de 11/03/2011, seção 1, p. 36.	<u>Meta cumprida no 1º trimestre.</u>	<u>Meta cumprida no 1º trimestre.</u>	<u>Meta cumprida no 1º trimestre.</u>

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
		Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.				
Elaborar Resolução regulamentando o início da Operação Comercial de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica.	Elaboração de Minuta de Resolução e apresentação desta em Audiência Pública. Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, revisão da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação. Aprovação pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução Normativa.	Um dos critérios para Início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. Foi promulgada a Lei nº 12.385, de 03/03/2011, que em seu art. 12 altera a Lei nº 10.848, de 15/03/2004, dando ao poder concedente (aqui representado pelo MME/CNPE) competência para autorizar mudança de combustível em termelétricas, nos termos do regulamento. Diante desta legislação superveniente, a ANEEL passa a depender da regulamentação sobre o tema para elaboração da Resolução Normativa. Assim, a ANEEL aguarda a publicação do regulamento (CNPE) para dar andamento ao cumprimento desta meta.	A ANEEL aguarda a publicação do regulamento (CNPE) para dar andamento ao cumprimento desta meta, conforme exposto no acompanhamento do 1º trimestre.	A ANEEL ainda aguarda a publicação do regulamento (CNPE) para dar andamento ao cumprimento desta meta, conforme exposto nos acompanhamentos do 1º e do 2º trimestre.	<u>Meta não cumprida.</u> Em razão de não ter sido publicado o regulamento (CNPE) conforme exposto no acompanhamento do 1º trimestre. A meta não foi alcançada por motivo externo à ANEEL.	
Elaborar e ou atualizar regulamentos do serviço de	Elaboração e publicação de novo regulamento estabelecendo a	Emitidas a Nota Técnica nº 019/2011-SRT/ANEEL, de 18/03/2011, com minuta de Resolução Normativa	Emitida a Nota Técnica nº 062/2011-SRT/ANEEL, de 21/06/2011, contemplando a análise das contribuições da Audiência Pública nº	<u>Meta cumprida.</u> Resolução Normativa nº 443 de 26/07/2011 publicado em 05/08/2011, Estabelece na	<u>Meta cumprida no 3º trimestre.</u>	

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	transmissão.	distinção entre reforços e melhorias em instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão (Revisão da Resolução Normativa nº 158/2005).	submetida à Diretoria na 10ª Reunião Pública Ordinária, realizada no dia 22 de março de 2011, na qual a Diretoria decidiu submeter a minuta de Resolução Normativa, e sua fundamentação à Audiência Pública nº 017/2011, no período 31/03/2011 a 03/05/2011, por intercâmbio documental. Instaurado o Processo de Audiência Pública nº 017/2011, na modalidade intercâmbio documental, relativo à proposição de regulamento para aprimorar a Resolução Normativa nº 158, de 23 de maio de 2005, que estabelece a distinção entre melhorias e reforços em instalações sob responsabilidade de concessionárias de transmissão. O período para recebimento de contribuições é de 31/03 a 03/05/2011.	017/2011, e proposta de regulamento para aprimorar a Resolução Normativa nº 158, de 2005. Processo nº 48500.001222/2004-04 instruído e submetido à apreciação da Diretoria em 22/06/2011.	forma desta resolução, a distinção entre melhorias e reforços em instalações de transmissão sob responsabilidade de concessionária de transmissão. Inclui no art.4º-B, o parág. 3º da REN ANEEL 068 de 8/06/2004. Altera a ementa, os arts. 1º e 8º, parág. 2º, 3º e 4º, da REN ANEEL 265 de 10/06/2003; bem como revoga a REN ANEEL 158 de 23/05/2005.	
		Elaboração e publicação de Resolução estabelecendo os procedimentos e as condições para início da operação em teste e da operação comercial de empreendimentos de	Emitidas a Nota Técnica nº 013/2011–SRT/ANEEL, 15/03/2011, com a minuta de Resolução Normativa submetida à apreciação à Diretoria na 10ª Reunião Pública Ordinária, realizada no dia 22/03/2011, na qual a Diretoria decidiu submeter a minuta de Resolução	Emitida a Nota Técnica nº 057/2011–SRT/ANEEL, de 24/06/2011, com a análise de contribuições da Audiência Pública nº 016/2011 e proposta de aprimoramento da minuta de regulamentação que estabelece critérios e condições para entrada em operação comercial de reforços e ampliações de instalações de transmissão sob responsabilidade de	Em andamento: A previsão é que a minuta de resolução normativa seja deliberada na Reunião Pública Ordinária da Diretoria no dia 18/10/2011.	Meta cumprida: Publicada em 26/10/2011, a Resolução Normativa nº 454 de 18/10/2011, que estabelece os critérios e condições para entrada em operação comercial de reforços e ampliações de instalações de transmissão a serem

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
		transmissão de energia elétrica.	Normativa, e sua fundamentação à Audiência Pública nº 016/2011, no período 31/03/2011 a 03/05/2011, por intercâmbio documental; Instaurado o Processo de Audiência Pública nº 016/2011, na modalidade intercâmbio documental, quanto à proposição de regulamento que estabelece critérios e condições para entrada em operação comercial de reforços e ampliações de instalações de transmissão sob responsabilidade de transmissoras, a serem integrados ao Sistema Interligado Nacional. O período para recebimento de contribuições é de 31/03 a 03/05/2011.	transmissoras a serem integrados ao SIN. Processo nº 48500.001557/2006-86 instruído e submetido à apreciação da Diretoria em 27/06/2011.		integrados ao SIN.
		Elaboração e publicação de regulamento dispondo sobre o processo de autorizações de reforços.	Em fase final a elaboração da Nota Técnica e da minuta de Resolução Normativa.	Emitida a Nota Técnica nº 030/2011-SRT/ANEEL, de 20/04/2011, com a minuta de Resolução Normativa submetida à apreciação à Diretoria na 15ª Reunião Pública Ordinária, realizada no dia 03/05/2011, na qual a Diretoria decidiu submeter a minuta de Resolução Normativa, e sua fundamentação à Audiência Pública nº 026/2011, no período de 05/05/2011 a 03/06/2011, com sessão ao vivo presencial em 19/05/2011. Emitida a Nota Técnica nº 069/2011-	Em andamento: Os autos do processo estão com o diretor-relator André Peppitone.	<u>Meta não cumprida.</u> Os autos do processo permanecem em análise na Diretoria.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
				SRT/ANEEL, de 27/06/2011, contemplando as contribuições recebidas por meio da Audiência Pública nº 026/2011, no âmbito do Submódulo 9.7 “Autorização de Reforços em Instalações de Transmissão” dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET). Processo nº 48500.001841/2011-91 instruído e submetido à apreciação da Diretoria em 30/06/2011.		
		Elaboração e publicação de regulamento estabelecendo os requisitos técnicos e os critérios para remuneração e classificação das instalações de transmissão que se destinam às interligações internacionais de energia elétrica.	Emitidas a Nota Técnica nº 018/2011-SRT/SRE/SEM/ANEEL, de 15/03/2011, com minuta de Resolução Normativa submetidas à apreciação à Diretoria na 9ª Reunião Pública Ordinária, realizada no dia 22/03/2011, na qual a Diretoria decidiu submeter a minuta de Resolução Normativa, e sua fundamentação à Audiência Pública no 014/2011, no período de 24/03/2011 a 28/04/2011 na modalidade de intercâmbio documental. Instaurado o Processo de Audiência Pública nº 014/2011, na modalidade intercâmbio documental, relativo à proposta de regulamentação das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais,	Emitida a Nota Técnica nº 058/2011-SRT/SRE/SEM/ANEEL, de 14/06/2011, com a análise das contribuições recebidas da Audiência Pública nº 014/2011. Processo nº 48500.001927/2010-32 instruído e submetido à apreciação da Diretoria em 20/06/2011.	Meta cumprida: Resolução Normativa nº 442 de 26/07/2011 publicada em 05/08/2011, Regulamenta as disposições relativas às instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais que se conectam a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Inclui o art. 3º-A, dá nova redação ao inciso II do art. 4º e ao parágraf 1º do art. 5º da REN 067 de 08/06/2004; altera os parágraf. 2º e 4º do art. 18 da REN 399 de 13/04/2010.	Meta cumprida no 3º trimestre.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados				
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
			conforme disposto na Lei nº 12.111, de 09/12/2009 e no Decreto nº 7.246, de 28/07/2010. O período para recebimento de contribuições é de 24/03 a 28/04/2011.				
		Para cada concessionária, são previstas 3 etapas:					
	Estabelecer os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção – FEC, para as 7 concessionárias de distribuição com revisão tarifária programada para 2011.	1 – Apresentação da proposta de estabelecimento dos limites de DEC e FEC da concessionária, por meio de audiência pública.					
		2 – Análise das contribuições recebidas, consolidação destas em Nota Técnica, elaboração da Minuta de Resolução, instrução do processo e envio deste à Diretoria para deliberação.	No 1º trimestre não foram apresentadas propostas de estabelecimento dos limites de DEC e FEC para nenhuma concessionária. O cronograma desta meta depende de definições ainda em fase de discussão.	Aguardando decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL acerca da nova metodologia de estabelecimento dos limites de DEC e FEC, a ser adotada no 3º ciclo de Revisão Tarifária Periódica.	As propostas de limites de DEC e FEC das 07 concessionárias (CEA, COELCE, ELETROPAULO, CELPA, ELEKTRO, BANDEIRANTE e CPFL-Piratininga) para 2012 serão apresentadas à Diretoria no 4º trimestre, conforme cronograma.		
		3 – Aprovação da proposta pela Diretoria Colegiada e publicação da Resolução.					Meta cumprida. As seguintes resoluções foram emitidas: Resolução Autorizativa nº 3244 de 13/12/2011 (ELETROPAULO); Resolução Autorizativa nº 3245 de 13/12/2011 (Bandeirante); Resolução Autorizativa nº 3246 de 13/12/2011 (Elektro); Resolução Autorizativa nº 3247 de 13/12/2011 (CEA); Resolução Autorizativa nº 3248 de 13/12/2011 (CPFL Piratininga); Resolução Autorizativa nº 3249 de 13/12/2011 (COELCE); Resolução Autorizativa nº 3266 de 20/12/2011 (CELPA).

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	Acompanhar a execução de 100% dos Planos de Universalização do acesso e uso da energia elétrica.	Acompanhamento da execução dos Planos de Universalização das concessionárias, de acordo com as metas e os prazos do Programa Luz para Todos definidos pelo MME para cada Estado ou área de concessão.	Este acompanhamento é feito com periodicidade trimestral. No total de 39 empresas que tem metas para o ano de 2010 e cujos contratos de execução foram prorrogados para 2011, 16 empresas enviaram os dados referentes ao primeiro trimestre de 2011: BRAGANTINA-EEB, CEAL, CELPA, CELTINS, CEMAT, CER, CLFM, COELCE, CPEE, CSPE, ELEKTRO, ELETROACRE, ELETRONORTE-CEA, ELFSMARIA, ENERSUL, SAELPA. As demais 23 empresas não enviaram os seus relatórios serão notificadas para apresentar as devidas informações.	Este acompanhamento é feito com periodicidade trimestral. No total de 39 empresas que tem metas para o ano de 2010 e cujos contratos de execução foram prorrogados para 2011, 17 empresas enviaram os dados referentes ao segundo trimestre de 2011: BRAGANTINA-EEB, CEAL, CEEE, CELPA, CELTINS, CEMAT, CEMIG, CLFM, COELBA, COELCE, COPEL, CPEE, CSPE, ELEKTRO, ELETROACRE, ELETRONORTE-CEA e ENERSUL. As demais 22 empresas não enviaram os seus relatórios serão notificadas para apresentar as devidas informações.	Das 39 empresas cujas metas foram prorrogadas para 2011, 13 tiveram o prazo de prorrogação encerrado no primeiro semestre. Das restantes 26 empresas, que tem metas para o ano de 2010 e cujos contratos de execução foram prorrogados para o segundo semestre de 2011, 10 empresas enviaram os dados referentes ao terceiro trimestre de 2011: CEAL, CELTINS, CEMIG, COELBA, CPEE, CSPE, ELEKTRO, ELETROACRE, ELETRONORTE-CEA e ENERSUL. As demais 16 empresas não enviaram os seus relatórios serão notificadas para apresentar as devidas informações.	Meta cumprida. Das 39 empresas cujas metas foram prorrogadas para 2011, 13 tiveram o prazo de prorrogação encerrado no primeiro semestre. Das restantes 26 empresas, que tem metas para o ano de 2010 e cujos contratos de execução foram prorrogados para o segundo semestre de 2011, 8 empresas enviaram os dados referentes ao quarto trimestre de 2011: CEAL, CELPA, CELTINS, CEMIG, COELBA, BRAGANTINA-EEB, ELETROACRE e ELETRONORTE-CEA. As demais 18 empresas não enviaram os seus relatórios serão notificadas para apresentar as devidas informações.
	Aprovar os módulos que compõem as regras de comercialização aplicáveis ao novo Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL) da Câmara de Comercialização de Energia	Publicação das Resoluções Normativas de aprovação dos módulos.	Publicada a Resolução Normativa nº 428, de 15 de março de 2011, que aprova 11 dos 23 módulos que compõem as regras de comercialização aplicáveis ao Novo SCL. Análise de 10 módulos encaminhados pela CCEE para posterior submissão ao processo de audiência pública.	Fase final de análise e revisão de 10 módulos para submissão ao processo de audiência pública.	Análise das contribuições à Audiência Pública nº 039/2011 à qual os 10 módulos revisados foram submetidos. Um dos 2 módulos restantes encontra-se em análise para submissão à Audiência Pública.	Meta cumprida parcialmente. Resolução Normativa nº 456, de 18/10/2011, aprovou 10 módulos que compõem as regras de comercialização aplicáveis ao Novo SCL. Dos 2 módulos restantes, um está em análise para abertura de Audiência Pública e o outro se encontra em elaboração pela CCEE. Assim, dos 23

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	Elétrica (CCEE).					módulos previstos, foram aprovados 21.
3	Fiscalizar por monitoramento todos os empreendimentos da expansão da geração de energia elétrica e, quando necessário, in loco, atuando no sentido de fazer cumprir os prazos pactuados.	Fiscalização por monitoramento de 100% das usinas em fase de implantação ou ampliação, e in loco, quando necessário.	No 1º trimestre de 2011, foram realizadas 42 fiscalizações relativas a expansão da geração. Deste total, 27 foram realizadas diretamente pela ANEEL (23 em campo e 4 a distância) e 15 de forma descentralizada pelas agências estaduais (em campo). Considerando que 140 usinas estão com obras em andamento, a fiscalização realizada no período corresponde a 30% das usinas. Além disso, foi realizado o acompanhamento a distância baseado na análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes, inclusive dos 417 empreendimentos outorgados que ainda não tiveram obras iniciadas ou que estão paralisadas.	Até o 2º trimestre de 2011, foram realizadas 140 fiscalizações relativas a expansão da geração. Deste total, 52 foram realizadas diretamente pela ANEEL (38 em campo e 14 a distância) e 88 de forma descentralizada pelas agências estaduais (em campo). Considerando que 162 usinas estão com obras em andamento, a fiscalização realizada no período corresponde a 86% das usinas. Além disso, foi realizado o acompanhamento a distância baseado na análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes, inclusive dos 394 empreendimentos outorgados que ainda não tiveram obras iniciadas ou que estão paralisadas.	Até o 3º trimestre de 2011, foram realizadas 170 fiscalizações relativas a expansão da geração. Deste total, 71 foram realizadas diretamente pela ANEEL (51 em campo e 20 a distância) e 99 de forma descentralizada pelas agências estaduais (em campo). Considerando que 165 usinas estão com obras em andamento, a fiscalização realizada no período corresponde a 97% das usinas. Além disso, foi realizado o acompanhamento a distância baseado na análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes, inclusive dos 389 empreendimentos outorgados que ainda não tiveram obras iniciadas ou que estão paralisadas.	Meta cumprida. Até o 4º trimestre de 2011, foram realizadas 256 fiscalizações relativas a expansão da geração. Deste total, 102 foram realizadas diretamente pela ANEEL (79 em campo e 23 a distância) e 154 de forma descentralizada pelas agências estaduais (em campo). Considerando que 160 usinas estão com obras em andamento, a fiscalização realizada no período corresponde a 100% das usinas. Além disso, foi realizado o acompanhamento a distância baseado na análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes, inclusive dos 398 empreendimentos outorgados que ainda não tiveram obras iniciadas ou que estão paralisadas.
4	Acompanhar, mensalmente, todos os empreendimentos de expansão da transmissão, e	Fiscalização, in loco ou por monitoramento, de 22 obras do programa de expansão da	Até o 1º trimestre foram realizadas 3 ações de fiscalização que corresponde a 13% da meta prevista para 2011.	Até o 2º trimestre foram realizadas 10 ações de fiscalização que corresponde a 45% da meta prevista para 2011.	Até o 3º trimestre foram realizadas 26 ações de fiscalização, superando a Meta prevista para 2011 de 22 fiscalizações.	Meta cumprida. Foram realizadas 29 ações de fiscalização que corresponde a 131% da Meta prevista para 2011.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	todas obras do Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico - PMIS, semestralmente, fiscalizando in loco ou por monitoramento, quando necessário.	transmissão/PMIS.				
5	Realizar 60 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica em relação ao atendimento aos consumidores em padrões adequados de qualidade, custo, prazo e segurança.	Fiscalização realizada e Termo de Notificação ou Nota Técnica de Fiscalização emitidos para 60 ações de fiscalização, in loco ou por monitoramento, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	Até o 1º trimestre foram realizadas um total de 26 ações de fiscalização que corresponde a 43% da meta prevista para 2011.	Meta cumprida. Até o 2º trimestre foram realizadas 93 ações de fiscalização que corresponde a 155% da meta prevista para 2011.	Meta cumprida. Até o 3º trimestre foram realizadas 187 fiscalizações.	Meta cumprida. Em 2011, ocorreram vários desligamentos não programados e de longa duração, que levaram à intensificação das fiscalizações. Foram realizadas 256 fiscalizações da distribuição, superando em muito a meta programada.
6	Fiscalizar a Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias	Fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de	Até o 1º trimestre foram realizadas fiscalizações da CVA em 19 concessionárias, que corresponde a 30% da meta prevista para o ano.	Até o 2º trimestre foram realizadas fiscalizações da CVA em 37 concessionárias, que corresponde a 59% da meta prevista para o ano.	Até o 3º trimestre foram realizadas fiscalizações da CVA em 60 concessionárias, que corresponde a 95% da meta prevista para o ano.	Meta cumprida. Até o 4º trimestre, foram realizadas fiscalizações da CVA em 63 concessionárias, que corresponde a 100% da meta

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	de distribuição e a Base de Remuneração em 7 concessionárias, para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária programados para 2011.	distribuição para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária. Fiscalização da Base de Remuneração em 7 concessionárias, para apoio ao processo de revisão tarifária.				prevista para o ano.
			Até o 1º trimestre foi realizada fiscalização de Base de Remuneração em 1 concessionária, que corresponde a 14% da meta programada para o período.	Meta cumprida. Até o 2º trimestre foram realizadas fiscalizações de Base de Remuneração em 7 concessionárias, que corresponde a 100% da meta programada.	Meta cumprida no 2º trimestre.	Meta cumprida no 2º trimestre.
7	Meta cumprida. Foram realizados os leilões 002/2011 (A-3), em 17/08/2011; 003/2011 (LER), em 18/08/2011; 007/2011 (A-5), em 20/12/2011; O Leilão 008/2011 (A-1), em 30/11/2011. O Leilão para o Sistema Isolado de Fernando de Noronha a Portaria MME nº 320, de 20/05/2011 foi cancelado pela Portaria MME nº 690 de 27/12/2011.	Realização de 1 leilão para os sistemas isolados e dos leilões A-3 e A-5, conforme demanda do MME.	No 1º trimestre os leilões estavam em fase de habilitação técnica na EPE. Está prevista a realização das Audiências Públicas (nº 028 e 029/2011) para aprimoramento dos Editais em maio, a publicação dos editais em junho e realização de dois leilões em julho, sendo um A-3 e um de Energia de Reserva (LER).	No período de 12/05/2011 a 03/06/2011, foram realizadas as Audiências Públicas nº 028 e 029/2011, para aprimoramento dos editais dos leilões A-3 e LER, cujos leilões estão previstos para o terceiro trimestre.	Foram realizados os leilões 002/2011 (A-3), em 17/08/2011 e 003/2011 (LER), em 18/08/2011. Está determinado pela Portaria MME 498, de 25/08/2011 a realização do leilão A-5, em 20/12/2011, com previsão de Audiência Pública entre 13 e 24 de outubro/2011. Para o Sistema Isolado de Fernando de Noronha a Portaria MME nº 320, de 20/05/2011 estabelece realização de leilão no segundo semestre de 2011.	Meta cumprida. Foram realizados os leilões 002/2011 (A-3), em 17/08/2011; 003/2011 (LER), em 18/08/2011; 007/2011 (A-5), em 20/12/2011; o Leilão 008/2011 (A-1), em 30/11/2011. Já o Leilão para o Sistema Isolado de Fernando de Noronha (Portaria MME nº 320, de 20/05/2011) foi cancelado pela Portaria MME nº 690, de 27/12/2011.
	Outorgar	Aprovação dos	No 1º trimestre, 83% dos	Até o 2º trimestre, 61 requerimentos	Até o 3º trimestre, 74dos	Meta cumprida. Dos

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	autorizações de geração para 90% dos processos em condições de aprovação, recebidos na SCG no período de janeiro a outubro de 2011.	processos e publicação das respectivas autorizações.	requerimentos de outorga recebidos estavam com instrução concluída, aguardando deliberação da diretoria, ou com instrução suspensa, aguardando envio de documentação pelo interessado.	de outorga recebidos estavam com instrução concluída, aguardando deliberação da diretoria, ou com instrução suspensa, aguardando envio de documentação pelo interessado. Essa quantidade equivale a 79% dos 77 requerimentos recebidos no período de janeiro a junho.	requerimentos de outorga recebidos estavam com instrução concluída ou aguardando deliberação da diretoria, ou com instrução suspensa, aguardando envio de documentação pelo interessado. Essa quantidade equivale a 68,83% dos 93 requerimentos recebidos no período de janeiro a setembro.	processos com pedidos de autorização para empreendimentos de geração, recebidos entre janeiro e outubro, 56 estavam - até novembro - com documentação completa, em condições de análise. Destes 56, foram aprovados 52, com autorizações publicadas, correspondendo a 92,96% dos pedidos. Na aferição final, não foram considerados os requerimentos que obtiveram apenas Despacho de Outorga e os interessados não enviaram a documentação necessária para a obtenção da autorização. Esses Despachos foram contabilizados nos trimestres anteriores, o que explica a diferença para menor do total de requerimentos de outorga anteriormente considerados em relação à última aferição.
	Promover licitações das obras de transmissão de caráter sistêmico destinadas à expansão da Rede Básica do Sistema Interligado	Etapa 1 – Realização do Leilão nº 1 (Elaborar os Atos Justificatórios, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	Em fevereiro foi realizada a Audiência Pública nº 004/2011 para aprimoramento do Edital do Leilão nº 001/2011, referente a Instalações para Conexão Compartilhada de Geradores - ICGs. Em 5/4/2011 foram encaminhados ao TCU os atos justificatórios do Leilão.	Foi realizado em 10/6/2011, o Leilão 001/2011, que licitou em 3 lotes 426,5 km de Linhas de Transmissão e 3.050 MVA de potência de transformação, referente a Instalações para Conexão Compartilhada de Geradores - ICGs.	<u>Etapa cumprida no 2º trimestre.</u>	<u>Etapa cumprida no 2º trimestre.</u>

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	Nacional (SIN), indicadas no Plano Determinativo de Outorgas, conforme demanda do MME, cujos relatórios técnicos sejam encaminhados à ANEEL até 1º de agosto de 2011.		Planeja-se para maio a publicação do edital e para junho a realização da sessão pública deste 1º leilão de transmissão de 2011.			
		Etapas 2 – Realização do Leilão nº 2 (Elaborar os Atos Justificatórios, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	Foram encaminhados ao TCU, em 15/4/2011 os atos justificatórios referentes ao Leilão nº 004/2011 (2º Leilão de Transmissão). Está prevista para maio a realização de Audiência Pública nº 033/2011 para aprimoramento do Edital.	No período de 26/05/2011 a 06/06/2011 foi realizada a Audiência Pública 033/2011, que visou aprimorar o Edital do Leilão de Transmissão nº 004/2011. Em decorrência das contribuições recebidas, o Edital está em fase de ajuste. Após a conclusão dos ajustes, deverá ser submetido à apreciação da Diretoria Colegiada.	Foi realizado em 2/9/2011 o leilão 004/2011, que licitou em 12 lotes 2.051 km de linhas de transmissão e 6.900 MVA de potência de transformação em 14 Estados da Federação.	<u>Etapas cumpridas no 3º trimestre.</u>
		Etapas 3 – Realização do Leilão nº n (Elaborar os Atos Justificatórios, o Edital do Leilão e realizar a Sessão Pública do Leilão).	Aguardando envio de documentação pelo MME, para início dos procedimentos administrativos referentes ao 3º leilão de transmissão.	Aguardando envio de documentação pelo MME, para início dos procedimentos administrativos referentes ao 3º leilão de transmissão.	Está sendo preparado o Edital de transmissão referente ao Leilão 006/2011. Os atos justificatórios foram encaminhados ao TCU no último dia 12/9/2011.	<u>Meta cumprida.</u> Foi realizado em 16/12/2011 o leilão 006/2011, que licitou em 8 lotes 1.364 km de linhas de transmissão e 3.905 MVA de potência de transformação em 7 Estados da Federação. As respectivas concessões serão contratadas em 2012.
	Analisar 50 estudos de inventário e/ou suas complementações.	Análise de 50 estudos de inventário.	Foram analisados 12 estudos, perfazendo 24% da meta.	Foram analisados 24 estudos, perfazendo 48% da meta.	Foram analisados 33 estudos, perfazendo 66% da meta.	<u>Meta cumprida.</u> Foram analisados 54 estudos, perfazendo 108% da meta.
8	Manter e aprimorar os serviços de atendimento às demandas de	Finalização, no primeiro nível de atendimento, de 92% das solicitações	93,31% das solicitações de ouvidoria recebidas na CTA, no 1º trimestre, foram finalizadas no primeiro nível de atendimento. Portanto, até o	92,59% das solicitações de ouvidoria recebidas na CTA, até o 2º trimestre, foram finalizadas no primeiro nível de atendimento. Portanto, até o momento está sendo alcançada a meta prevista	92,36% das solicitações de ouvidoria recebidas na CTA foram finalizadas no primeiro nível de atendimento. Portanto, até o momento está sendo	<u>Meta cumprida.</u> 92,33% das solicitações de ouvidoria recebidas na CTA foram finalizadas no primeiro nível

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	consumidores, por meio das ouvidorias do setor elétrico.	recebidas na Central de Teleatendimento da ANEEL, no período de janeiro a dezembro de 2011.	momento está sendo alcançada a meta prevista de 92%. A apuração desta meta é feita mensalmente.	de 92%.	alcançada a meta prevista de 92%.	de atendimento.
		Elaboração de minuta referente a Resolução de regulamentação das ouvidorias do Setor Elétrico.	Meta cumprida. A minuta de resolução foi elaborada, apresentada em Audiência para Público Interno – API nº 003/2010 – e na Consulta Pública nº 021/2010, com sessão presencial em 18/03/2011. Após revisão incorporando as contribuições, a minuta foi concluída.	Meta cumprida no 1º trimestre.	Meta cumprida no 1º trimestre.	Meta cumprida no 1º trimestre.
9	Finalizar, até 31/12/2011, 80% do total das Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Abertas, em andamento em 2011.	Finalização, até 31/12/2011, de 80% do total das Audiências Públicas, Consultas Públicas e Reuniões Abertas, em andamento em 2011.	Foram instauradas 19 Audiências Públicas, das quais 12 já tiveram finalizados o período de contribuições. Foram instauradas e finalizadas 2 Consultas Públicas. Assim, 66% foram finalizadas no 1º trimestre.	Até o final do 2º trimestre, foram instauradas 38 Audiências Públicas, das quais 32 já tiveram finalizados o período de contribuições. Foram instauradas e finalizadas 3 Consultas Públicas. Assim, das 41 Audiências/Consultas Públicas instauradas, 35 foram finalizadas até o final do 2º trimestre, o que corresponde a 85%.	Até o término do 3º trimestre foram instauradas 52 Audiências Públicas, com 44 finalizadas o período de contribuições. Foram instauradas 5 Consultas Públicas, das quais 4 já finalizaram o período de inscrição. Assim, das 57 Audiências/ Consultas Públicas instauradas, 48 já encerraram o período de contribuições, o que correspondente a 84%.	Meta cumprida. Até o final de 2011 foram instauradas 81 Audiências Públicas, com 73 finalizadas o período de contribuições. Foram instauradas 9 Consultas Públicas, das quais 7 já finalizaram o período de inscrição. Assim, das 90 Audiências/ Consultas Públicas instauradas, 80 já encerraram o período de contribuições, o que correspondente a 88,8%.
	Aprimorar o processo de Audiência e Consulta Pública.	Revisão da Resolução nº 273/2007, de modo a aperfeiçoar os capítulos referentes a	Minuta e Nota Técnica elaboradas e apresentadas à Diretoria. Será enviada a Sorteio de Diretor Relator, com vistas à aprovação pela	Minuta de Resolução com aperfeiçoamentos e Nota Técnica enviadas para a Diretoria. O sorteio público, realizado no dia 06/06/2011, definiu o Diretor Relator. O processo	Deliberado pela diretoria em 5/7/2011 pelo Diretor Relator Edvaldo Santana. Instaurada a Audiência Pública (AP 040/2011). Está em análise das	Meta não cumprida. Até o encerramento do corrente ano foram analisadas as 61 contribuições recebidas de nove instituições (públicas,

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
		audiências e a consultas públicas.	Diretoria.	aguarda deliberação da Diretoria.	contribuições recebidas.	privadas e órgão de defesa dos consumidores). Está finalizada a proposta de aperfeiçoamento da Resolução 273/2007, que aguarda deliberação da Diretoria da Agência. Processo nº 48500.003143/2005-83.
10	Apurar e divulgar o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) referente ao exercício de 2011.	Contratação de empresa para realização da pesquisa de satisfação do consumidor residencial, de âmbito nacional.	Em março foi iniciado o processo para realização da 12ª Pesquisa de Satisfação do Consumidor - IASC 2011. Após aprovação da procuradoria da ANEEL, o processo encontra-se em fase de contratação, prevista para junho.	O Pregão nº 28/2011 foi realizado em 21/06/2011. O melhor lance foi dado pela empresa “COMPET Consultoria, Marketing, Pesquisas e Treinamentos”. Desde 24/06/2011 estão sendo realizadas diligências na documentação para habilitação técnica apresentada pela licitante.	Em 22 de agosto de 2011, no Diário Oficial da União nº 161, na seção 3, página 93 (ISSN 1677-7069), a ANEEL publicou o extrato de contrato nº 274/2011, celebrado entre a ANEEL e a COMPET.	Etapa cumprida no 3º trimestre.
		Treinamento dos entrevistadores da empresa contratada.	Previsto para o terceiro trimestre de 2011.	Prevista para o terceiro trimestre de 2011.	Em 31 de agosto de 2011, foi realizado o treinamento dos pesquisadores e coordenadores pela ANEEL e pela COMPET.	Etapa cumprida no 3º trimestre.
		Realização da pesquisa de campo (aplicação dos questionários).	Prevista para o terceiro trimestre de 2011.	Prevista para o terceiro trimestre de 2011.	A pesquisa de campo foi iniciada em 3 de setembro e será encerrada em 7 de novembro.	Etapa cumprida no 4º trimestre.
		Aprovação da pesquisa, apuração e divulgação do Índice IASC referente ao exercício de 2011.	Prevista para o quarto trimestre de 2011.	Prevista para o quarto trimestre de 2011.	Prevista para o quarto trimestre de 2011.	Meta não cumprida. Foi efetuada diligência na empresa contratada para pesquisa, oportunidade em que foi coletada uma amostra de 351 questionários da pesquisa de campo, a partir do universo de 19.470 aplicados, a fim de proceder-se à

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
						<p>auditação dos mesmos. Após análise da amostra coletada, verificou-se a necessidade de ampliar a análise, razão pela qual a ANEEL solicitou nova amostra, de 1.481 questionários, que ainda está sendo analisada. Este fato ocasionou atraso na apuração dos resultados, que somente deverá ser concluída em 2012.</p>

5. Conclusão

Em face do exposto, conclui-se que, no cumprimento das metas do Contrato de Gestão fixadas para o ano de 2011, a ANEEL alcançou o índice de desempenho de **90,00%**, o que é considerado um índice de desempenho institucional “**Satisfatório**”, de acordo com a metodologia de avaliação adotada.

48370.001533/2012-00



Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Energia Elétrica
Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 6º andar, sala 609
70065-900 – Brasília - DF
2032-5923 / see@mme.gov.br

Ofício nº 059/2012-SEE-MME

Brasília, 5 de março de 2012.

Ao Senhor
RICARDO MARTINS
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Superintendência de Planejamento da Gestão
SGAN, Quadra 603, Módulo "I"
70830-030 Brasília - DF

Assunto: **Parecer Conclusivo do MME, Contrato de Gestão MME/ANEEL, Relatório Gerencial de Avaliação de 2011.**

Senhor Superintendente,

Fazemos referência ao Contrato de Gestão MME/ANEEL, para encaminhar a anexa NOTA TÉCNICA N° 2/2012-SE-MME, relativa ao Parecer Conclusivo do MME sobre a execução das Metas Anuais da ANEEL, descrita no Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, ano de 2011.

Atenciosamente,


ILDO WILSON GRÜDTNER
Secretário de Energia Elétrica

C/c: Secretaria Executiva/MME; AEGE/MME.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Secretaria-Executiva
Secretaria de Energia Elétrica

NOTA TÉCNICA Nº 2/2012-SE-MME

Assunto: Contrato de Gestão MME/ANEEL. Parecer Conclusivo do MME sobre a execução das Metas Anuais descritas no Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão - Exercício 2011.

Referência: Parecer Conclusivo - Execução das Metas do Contrato de Gestão - Exercício 2011.

INTRODUÇÃO

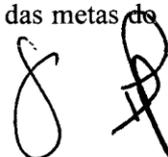
1. O Art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da ANEEL será objeto de Contrato de Gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o Contrato de Gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da prestação de contas do MME e da ANEEL.

2. A União Federal, por intermédio do MME, e a ANEEL celebraram Contrato de Gestão em 26 de fevereiro de 2010, com vigência até 31 de dezembro de 2012, conforme preconiza o Art. 7º da Lei nº 9.427/1996 e o Art. 2º do Anexo I do Decreto nº 2.335/1997.

3. O Contrato de Gestão tem por objeto a pactuação, entre o MME e a ANEEL, de diretrizes, desafios, objetivos e metas definidos para o âmbito de atuação da ANEEL, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do setor elétrico.

ANÁLISE

4. Pela Cláusula Sétima, do Contrato de Gestão, Subcláusula Segunda, que diz respeito ao Acompanhamento e Avaliação, a ANEEL se obriga a encaminhar anualmente ao MME, até 40 dias após o término do exercício, o Relatório Gerencial de execução das metas do Contrato de Gestão, referente ao ano anterior.

Two handwritten signatures in black ink, one on the left and one on the right, appearing to be initials or names.

5. O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, Ano 2011, da ANEEL, encaminhado ao MME pelo Ofício nº 001/2012-SPG/ANEEL, de 9 de fevereiro de 2012, foi analisado pelos técnicos do MME e da ANEEL, durante reunião realizada em 9 de fevereiro de 2012, com a finalidade de cumprir a Cláusula Sétima do Contrato de Gestão.

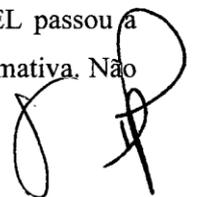
6. Os 10 objetivos estratégicos, definidos para serem alcançados em 2011, se desdobraram em 21 metas e estas em 33 etapas necessárias para alcance dos resultados esperados.

7. O acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado ao longo do exercício de 2011, por meio de três reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais, nas datas de 31 de maio, 31 de agosto e 11 de novembro.

8. A análise e avaliação do Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão, Ano 2011, da ANEEL, que levou em conta as premissas definidas na Cláusula Terceira do Contrato de Gestão, indicaram que 05 metas não foram concluídas e uma outra foi concluída parcialmente.

9. Com relação às metas que deixaram de ser realizadas ou foram parcialmente concluídas, cabe esclarecer:

- A meta “Realizar a revisão tarifária periódica de 7 distribuidoras (concessionárias) de Energia Elétrica” não foi concluída. Nenhuma revisão foi realizada no ano, visto que a Resolução Normativa nº 433/2011 determinou a postergação das Revisões Tarifárias previstas nos contratos de concessão para o ano de 2011, até que fossem estabelecidos os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição.
- A meta “Elaborar Resolução regulamentando o início da Operação Comercial de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica” não foi concluída devido a fato alheio à Agência. Um dos critérios para início de operação comercial refere-se à garantia de suprimento de combustível. Foi promulgada a Lei nº 12.385, de 03/03/2011, que em seu art. 12 altera a Lei nº 10.848, de 15/03/2004, dando ao poder concedente (representado pelo MME/CNPE) competência para autorizar mudança de combustível em termelétricas, nos termos do regulamento. Diante desta legislação superveniente, a ANEEL passou a depender da regulamentação sobre o tema para elaboração da Resolução Normativa. Não



tendo sido publicada a regulamentação do CNPE, não foi possível o cumprimento desta meta.

- A meta “Elaborar e ou atualizar regulamentos do serviço de transmissão” foi parcialmente concluída. A parte que trata da “Elaboração e publicação de regulamento dispendo sobre o processo de autorizações de reforços” não foi concluída. Foi emitida a Nota Técnica nº 030/2011-SRT/ANEEL, de 20/04/2011, com a minuta de Resolução Normativa e submetida à apreciação da Diretoria na 15ª Reunião Pública Ordinária, realizada no dia 03/05/2011. Nessa reunião a Diretoria decidiu submeter a minuta de Resolução Normativa, e sua fundamentação, à Audiência Pública nº 026/2011, no período de 05/05/2011 a 03/06/2011, com sessão ao vivo e presencial em 19/05/2011. Foi emitida a Nota Técnica nº 069/2011-SRT/ANEEL, de 27/06/2011, contemplando as contribuições recebidas por meio da Audiência Pública nº 026/2011, no âmbito do Submódulo 9.7 “Autorização de Reforços em Instalações de Transmissão” dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET). O processo foi submetido à apreciação da Diretoria em 30/06/2011, porém os autos permanecem em análise na Diretoria da ANEEL, devendo ser concluída em 2012.

- A meta “Aprovar os módulos que compõem as regras de comercialização aplicáveis ao novo Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)” foi parcialmente concluída. Foi publicada a Resolução Normativa nº 428, de 15 de março de 2011, que aprova 11 dos 23 módulos que compõem as regras de comercialização. Foi também publicada a Resolução Normativa nº 456, de 18 de outubro de 2011, que aprovou mais 10 módulos componentes das regras. Dos 2 módulos restantes, um está em análise para abertura de Audiência Pública e o outro ainda se encontra em elaboração. Portanto, dos 23 módulos previstos, foram aprovados 21, o que corresponde à realização de 91% da meta.

- A meta “Aprimorar o processo de Audiência e Consulta Pública” não foi concluída. Até o encerramento de 2011 foram analisadas as 61 contribuições recebidas de nove instituições (públicas, privadas e órgãos de defesa dos consumidores). Está finalizada a proposta de aperfeiçoamento da Resolução Normativa nº 273/2007, que aguarda deliberação da Diretoria da Agência.

- A meta “Apurar e divulgar o índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) referente ao exercício de 2011” não foi concluída no período. Foi efetuada diligência na empresa contratada para pesquisa, oportunidade em que foi coletada uma amostra de 351 questionários da pesquisa de campo, a partir do universo de 19.470 aplicados, a fim de

proceder-se à auditoria dos mesmos. Após análise da amostra coletada, verificou-se a necessidade de ampliar a análise, razão pela qual a ANEEL solicitou nova amostra, de 1.481 questionários, que ainda está sendo analisada. Este fato ocasionou atraso na apuração dos resultados, que somente deverá ser concluída em 2012.

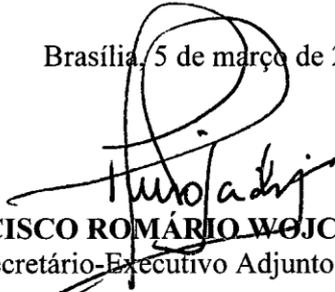
CONCLUSÃO

10. As avaliações parciais das metas institucionais da ANEEL, pactuadas no Contrato de Gestão, realizadas por meio de reuniões trimestrais documentadas, possibilitaram acompanhar e consolidar, durante a reunião de 9 de fevereiro de 2012, que a ANEEL alcançou de maneira satisfatória (desempenho de 90%) as metas anuais referentes a 2011.

11. O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão - Exercício 2011, da ANEEL, apresentado na reunião de 9 de fevereiro de 2012, foi aprovado.

12. O Relatório Gerencial e este Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação integrarão a Prestação de Contas Anual do MME e da ANEEL, a serem enviadas ao Tribunal de Contas da União, em tópico específico destinado ao Contrato de Gestão.

Brasília, 5 de março de 2012.


FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI
Secretário-Executivo Adjunto


ILDO WILSON GRÜDTNER
Secretário de Energia Elétrica

Relatórios Agregados

I. Secretaria de Energia Elétrica - SEE

II. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE

III. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG

IV. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

V. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA